

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

45

jan/dez, 2015



OBRA PUBLICADA PELO

**PRESIDENTE**

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Francisco da Chagas Soares

Isaías Matos Dantas

Luiz Carlos Everton de Farias

Manoel Lucena dos Santos

Romildo Carneiro Rolim

Wanger Antonio de Alencar Roch

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS
DO NORDESTE – ETENE**Francisco José Araújo Bezerra
*Superintendente***Economista Chefe**

Luiz Alberto Esteves

Ambiente de Estudos, Pesquisa e AvaliaçãoTibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Luciano J. F. Ximenes

*Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e Pesquisas*Leonardo Dias Lima - Gerente Executivo E.E. – *Central de Informações
Econômicas, Sociais e Tecnológicas***CORPO EDITORIAL****Editor-Chefe**

Francisco José Araújo Bezerra

Editor-Executivo

Luciano Jany Feijão Ximenes

Editor-Científico

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA**Síntese e Expectativas**

Airton Saboya Valente Junior

Produto Interno Bruto

Jacqueline Nogueira Cambota

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Maria de Fátima Vidal

Maria Simone de Castro Pereira Brayner

Produção Industrial

Francisco Diniz Bezerra

Serviços e Comércio

Wellington Santos Damasceno

Turismo

Airton Saboya Valente Junior

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Cenário Internacional

Airton Saboya Valente Júnior

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiária

Francisca Crisia Diniz Alves

Jovem Aprendiz

Lucas Sousa dos Santos

Preparação de Tabulação de Dados

Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinto

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo

Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033 Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - Edição 45 (janeiro – dezembro. 2015). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2015 -

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS	5
1.1. Panorama da infraestrutura de transporte e de energia no Brasil e no Nordeste	5
1.2. Mapeamento do mercado de trabalho formal do agronegócio no Nordeste	16
2. SÍNTESE E EXPECTATIVAS	25
2.1 Resumo Executivo	25
2.2 Expectativas	27
3. ATIVIDADE ECONÔMICA	29
3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO	29
3.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	33
Agricultura	33
Algodão	34
Café	35
Cana-de-Açúcar	39
Feijão	41
Milho	42
Soja	43
Pecuária	45
Balanço do agronegócio no Nordeste	48
3.3 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	53
3.4 COMÉRCIO E SERVIÇOS	58
4. TURISMO	62
5. MERCADO DE TRABALHO	65
5.1 Taxa de desocupação	65
5.2 Rendimentos da População Ocupada	65
5.3 Ocupação	66
5.4 Salário Mínimo	68

6 SETOR EXTERNO	71
6.1 CENÁRIO INTERNACIONAL	71
6.2 COMÉRCIO EXTERIOR	74
Alagoas	75
Bahia	75
Ceará	76
Maranhão	77
Paraíba	77
Pernambuco	78
Piauí	78
Rio Grande do Norte	79
Sergipe	79
 7 FINANÇAS PÚBLICAS	 81
7.1 Arrecadação de ICMS	81
7.2 Fundos Constitucionais	82
7.3 Transferências Discricionárias	83
7.4 Indicadores Fiscais dos Estados	83
 8 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	 85
8.1 Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional	85
8.2 Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro no Nordeste	86
8.3 Empréstimos e financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME	87
8.4 Banco do Nordeste: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e Operações de Crédito	88
 9 INDÍCE DE PREÇOS	 90
9.1 INFLAÇÃO	90
9.2 CESTA BÁSICA REGIONAL	91

1 AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 PANORAMA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E DE ENERGIA NO BRASIL E NO NORDESTE

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Engenheiro Civil, Mestre em Engenharia de Produção, Doutor em Administração. Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB e Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza.

Francisco Diniz Bezerra

Engenheiro Civil, Mestre em Engenharia de Produção, Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB e Professor da Universidade de Fortaleza.

Introdução

A infraestrutura desempenha papel estruturador e integrador, oferecendo sustentação às atividades socioeconômicas e proporcionando as condições para implantação de políticas públicas, além de criar um ambiente favorável aos negócios. Ademais, os investimentos em infraestrutura podem contribuir de forma relevante para o crescimento do PIB.

De acordo com Magro e Bartolomé (2010), a infraestrutura constitui importante instrumento de coesão econômica e social, de estruturação do território, integração espacial e melhoria da acessibilidade. O efeito multiplicador que pode exercer sobre a economia de um país torna os investimentos em infraestrutura uma ferramenta de política anticíclica durante épocas de crise, de grande utilidade para acelerar o processo de recuperação da economia.

Percebeu-se nos últimos anos a tentativa de alavancar os investimentos em infraestrutura no Brasil, tendo em vista os reconhecidos problemas apresentados pela infraestrutura do País e a referida importância desses investimentos para o agregado da economia nacional, especialmente com a inserção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Entretanto, a participação dos investimentos em infraestrutura no PIB tem se mantido baixa nas últimas décadas, estando aquém das necessidades.

Essa seção tem como objetivo traçar um panorama do que de mais relevante aconteceu em relação à infraestrutura no Brasil, em geral, e no Nordeste, em particular, no ano de 2015, especificamente nos segmentos de infraestrutura de transporte e infraestrutura energética.

Infraestrutura de transporte

Apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos, o Brasil apresenta deficiências na sua infraestrutura de transporte e mesmo com a existência de planos e programas que apresentam soluções na forma de projetos, tais como o Plano Nacional de Logística de Transporte (PNLT), o Programa de Investimentos em Logística (PIL), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre outros, a implantação dos mesmos não tem ocorrido a contento.

Um dos fatores que contribuem para que no Brasil os custos logísticos de transporte sejam relativamente altos, diz respeito ao desbalanceamento de sua matriz de transporte de cargas, que apresenta forte concentração no modal rodoviário, em detrimento do uso de modais mais adequados ao perfil das principais cargas transportadas e das distâncias envolvidas, tais como os modais ferroviário e o aquaviário, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Matriz do transporte de cargas no Brasil em 2014

Modal	Quantidade Transportada (Milhões TKU)	Participação (%)
Rodoviário	485.625	61,1
Ferrovário	164.809	20,7
Aquaviário	108.000	13,6
Dutoviário	33.300	4,2
Aéreo	3.169	0,4
Total	794.903	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNT (2016).

Nas próximas seções será apresentado um panorama sobre a evolução dos principais componentes da infraestrutura de transportes em 2015, incluindo mudanças na capacidade (oferta) da infraestrutura, investimentos previstos, aspectos regulatórios que mereçam destaque, indicadores, entre outros, com foco nos transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo, nessa ordem, e maior ênfase no transporte de cargas.

Transporte rodoviário

A infraestrutura de transporte rodoviário brasileira é composta por rodovias federais, estaduais coincidentes, estaduais e municipais, incluindo as rodovias planejadas, as redes pavimentada e não pavimentada, totalizando 1.720,64 mil quilômetros de rodovias, distribuídas no território nacional (grandes regiões) conforme apresenta a Tabela 2. Destaca-se que apenas 12,2% das rodovias consideradas no Sistema Nacional de Viação são pavimentadas.

Tabela 2 – Infraestrutura rodoviária brasileira por tipo de pavimentação e grande região em 2015

Região	Planejada	Rede não Pavimentada					Rede pavimentada				Total
		Leito Natural	Em Obras Implant.	Implantadas	Em Obras Paviment.	Sub-Total	Pista Simples	Em Obras Duplicação	Pista Dupla	Sub-Total	
Norte	32.367,6	54.329,8	4.460,6	31.285,2	3.787,7	93.863,3	21.315,3	6,9	240,0	21.562,2	147.793,1
Nordeste	29.256,5	311.059,3	158,0	42.282,3	3.959,7	357.459,3	56.425,9	696,4	1.719,2	58.841,5	445.557,3
Sudeste	19.458,3	435.318,5	28,4	14.491,4	2.170,7	452.009,0	56.621,8	273,5	5.217,1	62.112,4	533.579,7
Sul	58.150,0	170.868,2	41,2	118.319,8	2.824,6	292.053,8	35.432,1	439,8	2.113,0	37.984,9	388.188,7
Centro-Oeste	18.328,5	142.535,1	48,0	11.629,2	2.865,8	157.078,1	28.122,8	219,7	1.775,3	30.117,8	205.524,4
BRASIL	157.560,9	1.114.110,9	4.736,2	218.007,9	15.608,5	1.352.463,5	197.917,9	1.636,3	11.064,6	210.618,8	1.720.643,2

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DNIT (2016).

A Tabela 2 permite inferir que o Nordeste, desconsiderando as rodovias planejadas, possui 26,6% das rodovias que compõem o sistema nacional e 27,9% das rodovias pavimentadas, percentuais compatíveis com a participação populacional da Região no agregado nacional. Ademais, considerando toda a rede, inclusive as rodovias planejadas, percebe-se que somente 13,2% das rodovias nordestinas são pavimentadas, situação ligeiramente mais favorável em comparação com o agregado nacional.

Levando-se em consideração apenas as rodovias

federais pavimentadas, que são aquelas que propiciam a ligação inter-regional em melhores condições, a evolução da oferta nos últimos anos tem sido tímida. De acordo com a CNT (2015a), a extensão da malha rodoviária federal pavimentada cresceu 14,7% no período 2005-2015, passando de 58,2 mil km para 66,7 mil km.

Na distribuição regional da malha rodoviária federal pavimentada (Tabela 3), a região Nordeste detém maior participação (30,0%), mas obteve o segundo menor crescimento no período 2005-2015 (10,2%).

Tabela 3 – Extensão da malha rodoviária federal pavimentada por região e crescimento ocorrido no período 2005-2015

Região	2005		2015		Crescimento 2005-2015 (%)
	Extensão (Km)	Participação (%)	Extensão (Km)	Participação (%)	
Norte	6.074	10,4%	8.561	12,8%	40,9%
Nordeste	18.167	31,2%	20.014	30,0%	10,2%
Centro-Oeste	13.728	23,6%	14.665	22,0%	6,8%
Sudeste	10.586	18,2%	12.006	18,0%	13,4%
Sul	9.610	16,5%	11.466	17,2%	19,3%
Brasil	58.165	100,0%	66.712	100,0%	14,7%

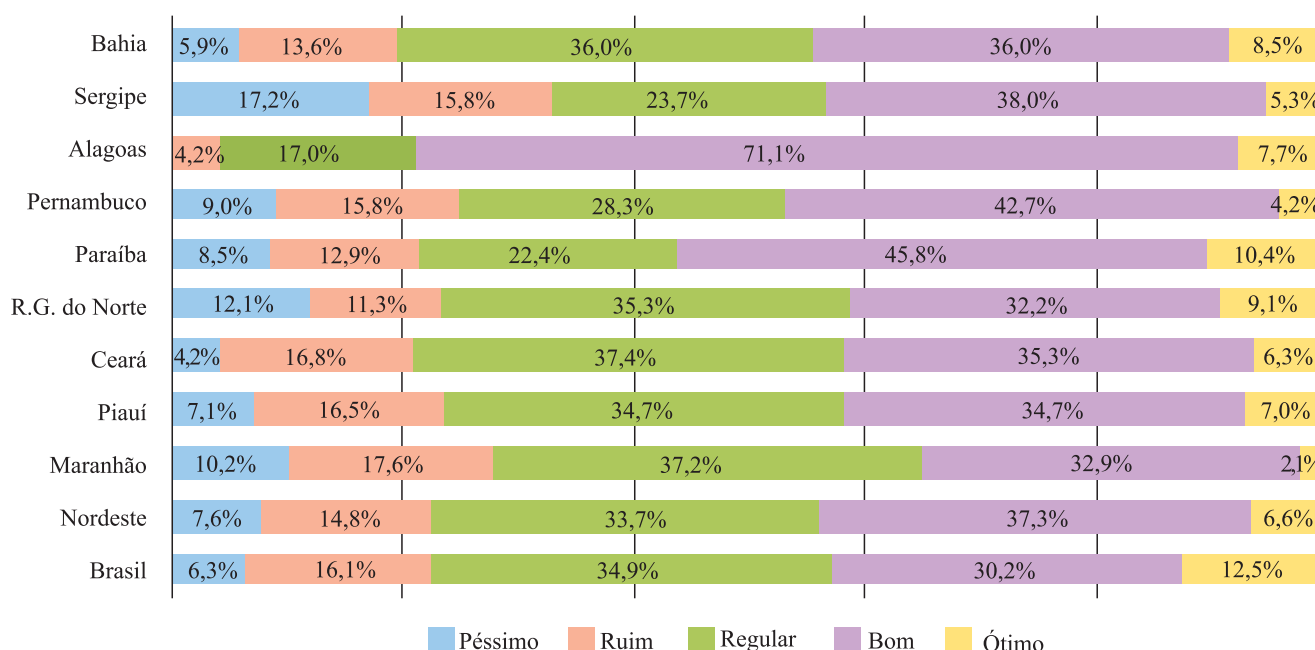
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNT (2015a).

Em termos comparativos com outros países de dimensões continentais, a densidade da malha (km extensão/área territorial) rodoviária brasileira é bem inferior. Considerando dados referentes a 2014, a CNT (2015a) revela que a densidade da malha brasileira era de 25,0 km/mil km², enquanto que a do Canadá era de 41,6 km/mil km², a da Austrália de 46,0 km/mil km², a da Rússia 54,3 km/mil km², a da China 359,9 km/mil km² e a dos Estados Unidos 438,1 km/mil km².

Um fato importante a ser considerado em relação à infraestrutura rodoviária é o estado de conservação das rodovias. A pesquisa CNT de rodovias 2015 (CNT,

2015a) analisou mais de 100 mil quilômetros de rodovias em todo o território nacional, entre rodovias federais e estaduais. Desse total, 80,3% são rodovias administradas pelo setor público e 16,7% pelo setor privado. Em termos de estado geral, considerando todos os fatores avaliados (pavimento, sinalização e geometria da via), 12,5% das rodovias pesquisadas estão em estado ótimo, 30,2% em estado bom, 34,9% em estado regular, 16,1% em estado ruim e 6,3% em estado péssimo. No Nordeste, o quadro é semelhante, mas entre os estados da Região há certa heterogeneidade, conforme se pode visualizar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Classificação do estado geral das rodovias (%) por região e unidade da federação



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNT (2015a).

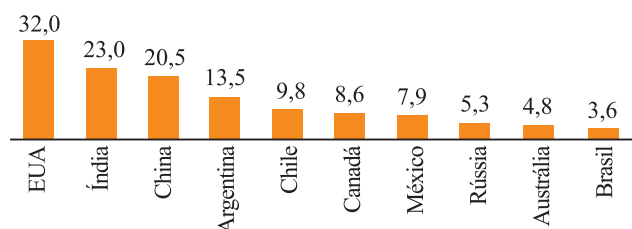
Transporte ferroviário

O transporte ferroviário teve considerável crescimento no Brasil desde que se iniciou o processo de concessão das malhas federais à iniciativa privada, em meados da década de 1990. Nesse período, a responsabilidade pela prestação do serviço e manutenção do sistema foi transferida ao setor privado, com ganhos de eficiência e segurança. O aumento da produtividade, por um lado, e a diminuição do número de acidentes, por outro, em uma evolução permanente, têm contribuído para a redução dos custos e colaborado com o desenvolvimento do transporte de cargas no Brasil

(CNT, 2015b). Entretanto, conforme citado anteriormente, considerando o perfil das principais cargas transportadas no Brasil e tendo em vista as distâncias envolvidas, seria natural maior participação do modal ferroviário na matriz de transporte de cargas, o que não ocorre fundamentalmente devido à pequena extensão e densidade da malha e a deficiências na infraestrutura.

A extensão da malha ferroviária brasileira é relativamente pequena frente à área territorial do País, o que gera uma densidade da malha de apenas 3,6 km de ferrovias por 1.000 km² de extensão territorial, abaixo da densidade de outros países, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Densidade da malha ferroviária (km de ferrovias por 1.000 km² de área territorial) em 2014: Brasil e países selecionados



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNT (2015b) *apud* ANTT e CIA The World Factbook.

O atual sistema ferroviário brasileiro possui 29.291 km de extensão, distribuídos entre 16 malhas ferroviárias, conforme apresentado na Tabela 4, entre as quais 12 compõem os principais trechos do sistema ferroviário nacional. As 12 malhas ferroviárias, juntas, totalizam 28.176 km de linhas férreas, que atendem às Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e, em menor proporção, Centro-Oeste e Norte do País (CNT, 2015b).

Tabela 4 – Distribuição da malha ferroviária brasileira por concessionária e tipo de bitola

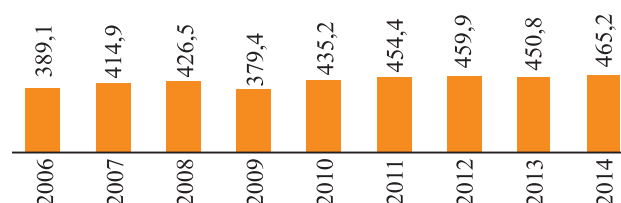
Operadoras	Extensão (Km)			Total
	Bitola Larga (1,6 m)	Bitola Métrica (1,0 m)	Bitola Mista	
ALLMN - América Latina Logística Malha Norte	735	-	-	735
ALLMO - América Latina Logística Malha Oeste	-	1.953	-	1.953
ALLMP - América Latina Logística Malha Paulista	1.533	305	269	2.107
ALLMS - América Latina Logística Malha Sul	-	7.223	-	7.223
EFC - Estrada de Ferro Carajás	997	-	-	997
EFVM - Estrada de Ferro Vitória a Minas	-	888	-	888
FCA - Ferrovia Centro-Atlântica	-	7.085	130	7.215
FNS S/A -Ferrovia Norte-Sul TRAMO NORTE (VALEC-Subconcessão)	745	-	-	745
FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste	-	248	-	248
FTC - Ferrovia Tereza Cristina	-	163	-	163
MRS - MRS Logística	1.708	-	91	1.799
FTL S/A - Ferrovia Transnordestina Logística	-	4.257	20	4.277
VALEC/Subconcessão: Ferrovia Norte-Sul TRAMO CENTRAL	815	-	-	815
Total	6.533	22.122	510	29.165

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANTT (2015).

Na região Nordeste está localizada toda a malha da FTL (antiga CFN), distribuída nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; parte da malha da FCA (1.551 Km na Bahia e 278 Km em Sergipe), bem como partes da EFC (668 Km) e da FNS (215 Km), ambas no Maranhão.

A quantidade de carga transportada pelas ferrovias brasileiras tem crescido nos últimos anos, com pequenos decrescimentos em anos específicos, conforme mostra o Gráfico 3, expansão em patamar ainda insuficiente para alterar de modo significativo a participação do modal ferroviário na matriz de transporte de carga nacional.

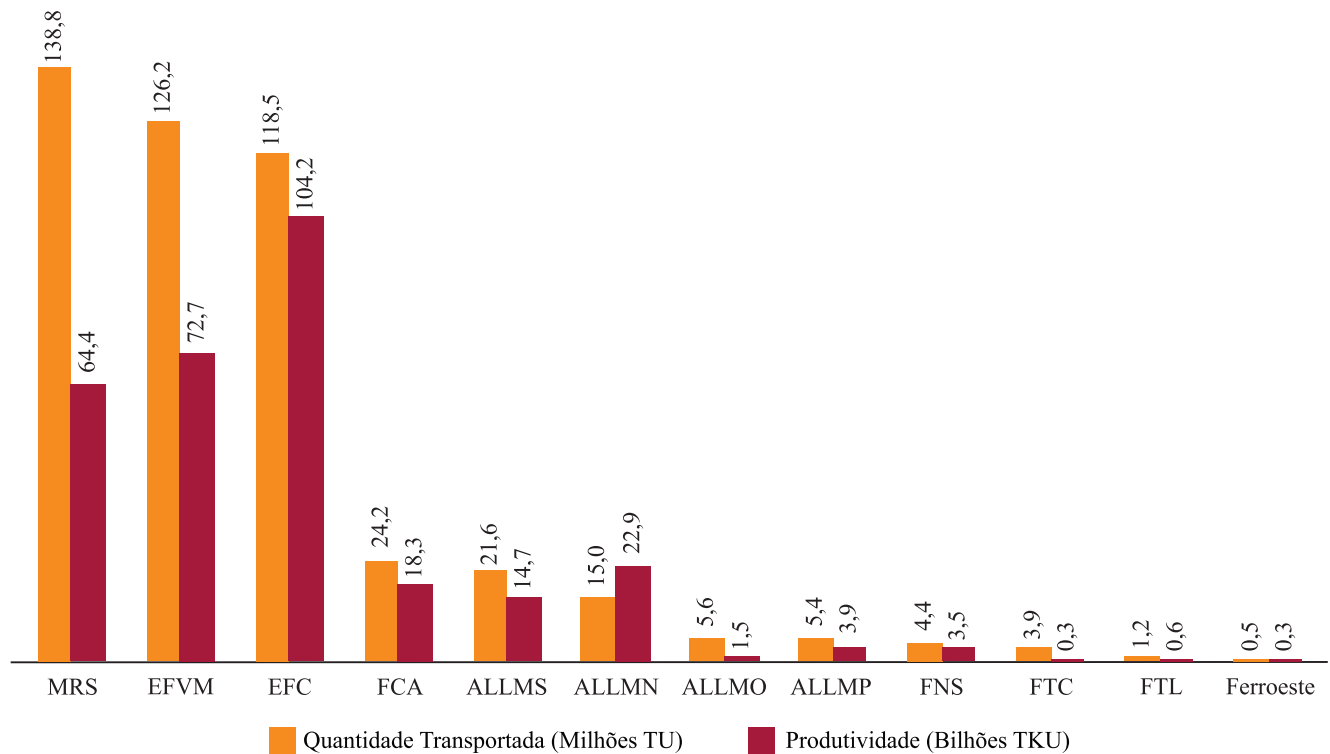
Gráfico 3 – Evolução do volume de cargas transportado no sistema ferroviário brasileiro de 2006 a 2014 (em milhões de TU)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNT (2015b).

Ao se avaliar a distribuição das cargas movimentadas por cada concessionária em 2014, nos respectivos trechos sob sua responsabilidade, bem como a produtividade do transporte (Gráfico 4), percebe-se a predominância, em termos quantitativos, das ferrovias responsáveis principalmente pelo escoamento de minérios e produtos siderúrgicos, no caso, EFC, EFVM e MRS Logística.

Gráfico 4 – Quantidade de carga transportada (milhões de TU) e produtividade (bilhões de TKU) das concessionárias de ferrovias brasileiras em 2014



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNT (2015b).

Por outro lado, a concessionária que detém a maior parte da malha em território nordestino, a Ferrovia Transnordestina Logística S/A (FTN), possui um dos piores desempenhos, tanto em termos de quantidade transportada, quanto em relação à produtividade do transporte. Destaca-se que vários trechos da FTN não estão operacionais, limitando a possibilidade de utilização da ferrovia para o fluxo de cargas entre todas as capitais nordestinas, o que certamente contribui para o baixo desempenho apresentado.

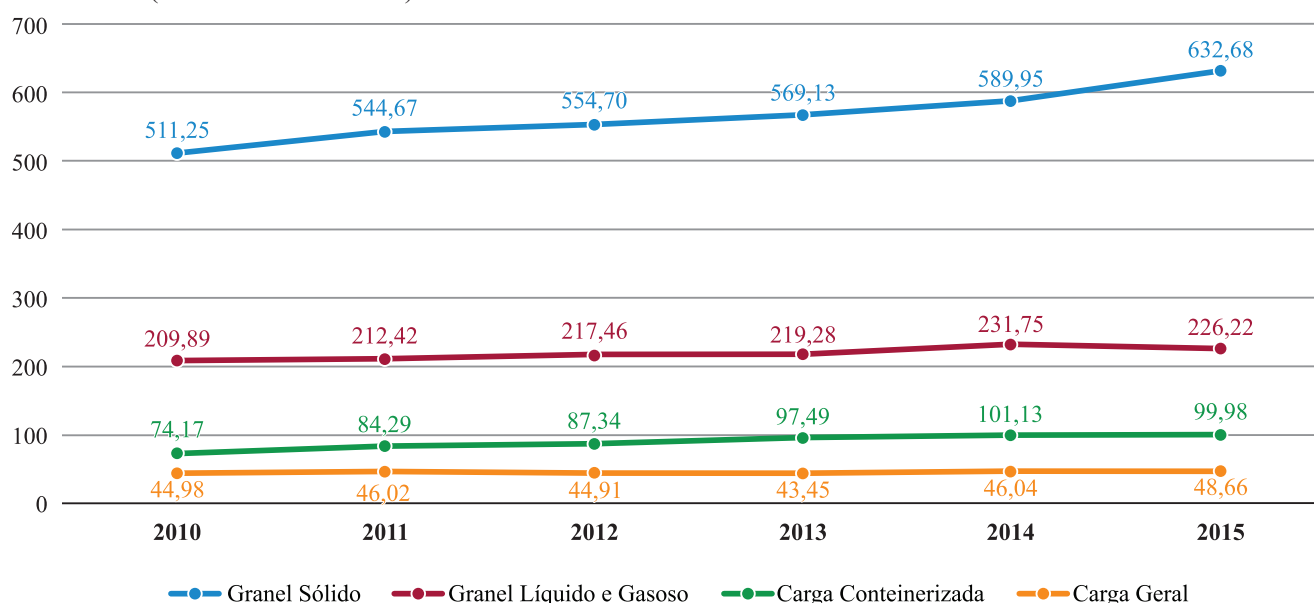
Transporte aquaviário

A infraestrutura de transporte aquaviário engloba os portos (marítimos e fluviais), que constituem pontos de origem e destino de cargas transportadas internamente (navegação de cabotagem) e do comércio exterior, bem como as hidrovias, nas quais ocorre a navegação de interior.

O Brasil possui um total de 235 terminais portuários, entre portos públicos e terminais de uso privativo (TUP), marítimos ou fluviais. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, os portos brasileiros movimentaram em 2015 um total de 1.007,54 milhões de toneladas em 2015, crescimento de 4,0% em relação a 2014. Desse total, 34,9% das cargas foram movimentadas em portos públicos e 65,1% em terminais de uso privativo. Os portos públicos registraram aumento de 0,66% na movimentação em relação a 2014, enquanto nos TUP o aumento foi de 5,86%.

No período 2010-2015 os graneis sólidos, graneis líquidos e gasosos e cargas containerizadas apresentaram crescimento consistente até 2014, tendo os dois últimos tipos apresentado queda na movimentação em 2015, enquanto que as cargas gerais apresentaram certa oscilação no período (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução da movimentação de carga nos portos brasileiros no período 2010-2015, por tipo de carga (milhões de toneladas)

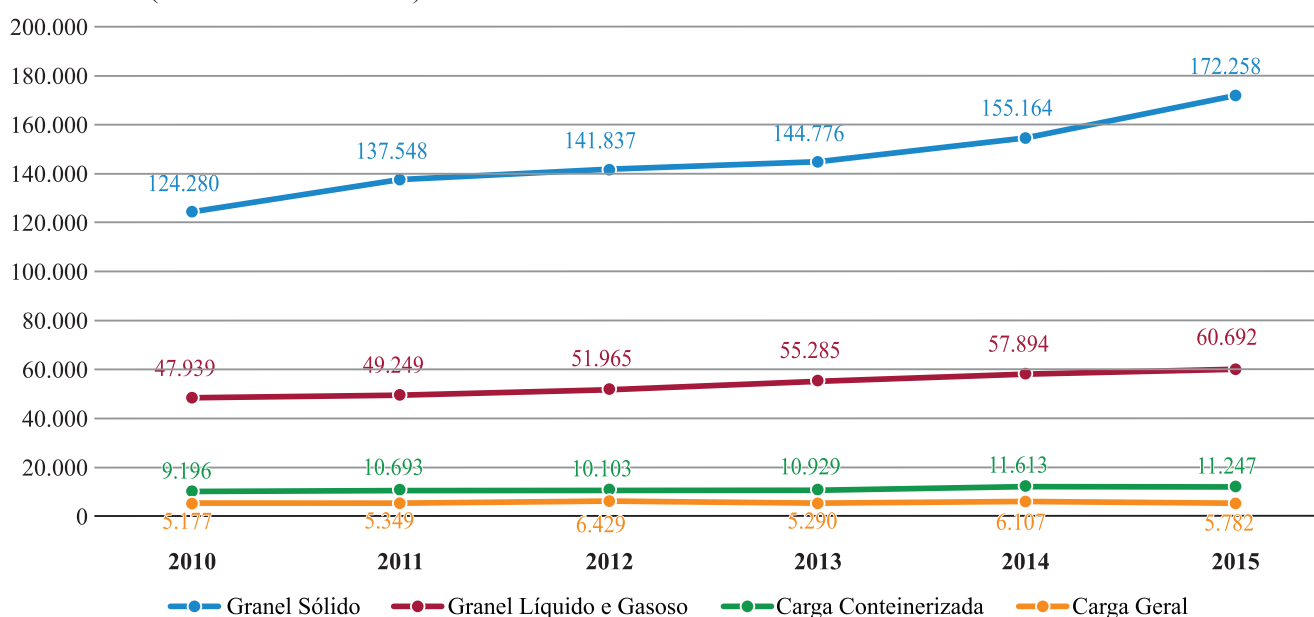


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANTAQ (2016).

A região Nordeste possui um total de 29 terminais portuários registrados na ANTAQ, tendo movimentado um total de 249,98 milhões de toneladas em 2015, crescimento de 8,3% em relação a 2014. Desse total, 26,7% das cargas foram movimentadas em portos públicos e 73,3% em terminais de uso privativo. Os portos públicos registraram aumento de 12,3% na movimentação em relação a 2014, enquanto nos TUP o aumento foi de 6,94% (ANTAQ, 2016).

Considerando o período 2010-2015, observa-se que os graneis sólidos, graneis líquidos e gasosos e cargas containerizadas apresentaram crescimento consistente até 2014 no Nordeste, tendo os dois últimos tipos apresentado queda na movimentação em 2015. Já as cargas gerais apresentaram certa oscilação no período (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Evolução da movimentação de carga nos portos nordestinos no período 2010-2015, por tipo de carga (milhares de toneladas)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANTAQ (2016).

A Tabela 5 apresenta a relação dos dez terminais portuários do Nordeste com maior movimentação de cargas em 2015, na qual se percebe a predominância dos portos localizados nos estados de maior importância econômica.

Tabela 5 – Relação dos dez portos nordestinos com maior movimentação de cargas em 2015

Instalação Portuária	Tipo	UF	Movimentação em 2015 (Mil Toneladas)	Crescimento em Relação a 2014
Terminal Ponta da Madeira	TUP	MA	124.602	10,73%
Porto de Itaqui	Público	MA	21.817	21,01%
Terminal Madre de Deus	TUP	BA	19.755	-0,03%
Porto de Suape	Público	PE	19.727	29,47%
Terminal ALUMAR	TUP	MA	14.577	6,57%
Porto de Pecém	TUP	CE	7.006	-15,34%
Porto de Aratu	Público	BA	6.140	-5,42%
Porto de Fortaleza	Público	CE	4.675	-12,63%
Terminal Portuário Cotegipe	TUP	BA	4.221	20,22%
Porto de Salvador	Público	BA	4.207	-3,06%

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANTAQ (2016).

Além das instalações portuárias, a infraestrutura de transporte aquaviário também inclui as hidrovias, as quais possibilitam a chamada navegação interior. De acordo com a ANTAQ (2015), em 2014 foram movimentadas 27,7 milhões de toneladas pelas hidrovias brasileiras, gerando 17,1 bilhões de TKU (toneladas por quilômetro útil) de produtividade, o que representa aumento de 18,9% na quantidade movimentada e 23,9% na produtividade, em relação a 2010.

Apesar do crescimento observado no período citado, nota-se que as cargas movimentadas por hidrovias correspondem a apenas 18,7% do total movimentado por cabotagem (que foi de 147,6 milhões de toneladas em 2014) e 2,7% do total movimentado nos portos brasileiros, incluindo cabotagem e longo curso. Esse baixo volume movimentado pelas hidrovias reflete-se na baixa participação do modal aquaviário na matriz de transporte de cargas no Brasil, conforme apresentado na Tabela 1.

Embora a participação das hidrovias na movimentação de cargas no Brasil seja relativamente pequena frente ao potencial das mesmas, a ANTAQ (2015) ressalta que as hidrovias exercem importante papel no trânsito de mercadorias por meio da navegação interior. As rotas dos principais grupos de mercadorias enfatizam os corredores logísticos, os quais são apresentados na Tabela 6, com as respectivas quantidades de cargas transportadas em 2014.

Tabela 6 – Transporte de cargas (em toneladas) e TKU por corredor hidroviário em 2014

Hidrovia	Quantidade Movimentada (t)	Distância Média (Km)	TKU Total
Rio Madeira	4.785.638	1.071	5.123.072.998
Rio Solimões-Amazonas	10.569.627	554	5.853.836.436
Rio Tocantins-Araguaia	3.623.827	207	676.569.427
Hidrovias do Sul	4.105.384	271	1.114.450.862
Rio Paraguai	7.148.005	513	3.670.402.550
Rio São Francisco	12.812	576	7.373.818
Rio Paraná-Tietê	4.644.129	140	649.381.764

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANTAQ (2015).

Percebe-se que, na região Nordeste, apenas a Hidrovia do Rio São Francisco apresenta movimentação de cargas registrada, mesmo assim em quantidade incipiente em comparação às demais. A Hidrovia do São Francisco tem sido utilizada apenas para o transporte de caroço de algodão no sentido Ibotirama-Petrolina, tendo apresentado uma redução de 74% no transporte entre 2013 e 2014, influenciada pelas condições climáticas adversas (seca) na Região.

Infraestrutura de energia

A energia elétrica engloba, da produção ao consumo, os seguintes setores: geração, transmissão e distribuição. Nesta cadeia, reveste-se também de importância singular o processo de comercialização da energia elétrica gerada, que é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Enquanto a transmissão e a distribuição de energia elétrica são monopólios naturais, sendo antieconômica a implantação de duas ou mais redes paralelas, a geração ocorre em ambiente concorrencial, sendo a maior parte da energia gerada comercializada por meio de leilões.

Com relação às fontes energéticas, predomina no Brasil a fonte hidráulica, responsável por 65,0% da potência outorgada (*proxy* da capacidade instalada de geração de energia elétrica) pela ANEEL no País. Já no Nordeste, a energia eólica tem assumido um papel

de suma importância, tendo em vista que a fonte eólica já representa 22,54% da potência outorgada, estando paulatinamente elevando a sua participação na matriz de energia elétrica da Região (Tabela 7).

Tabela 7 – Empreendimentos de geração de energia elétrica no Brasil e no Nordeste por tipo de central geradora – Posição: 23/02/2016

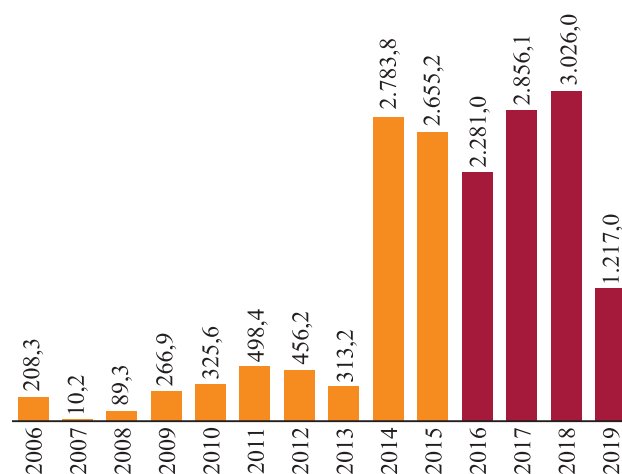
Tipo	Brasil			Nordeste		
	Qde	Potência Outorgada (kW)	%	Qde	Potência Outorgada (kW)	%
CGH	548	408.671	0,29	38	29.865	0,11
EOL	336	8.195.568	5,75	250	6.332.558	22,54
PCH	456	4.804.747	3,38	13	101.764	0,36
UFV	33	25.336	0,02	9	14.665	0,05
UHE	204	89.574.241	61,33	15	11.974.457	42,63
UTE	2.870	41.181.634	27,83	375	9.636.045	34,30
UTN	2	1.990.000	1,40	0	0,00	0,00
Total	4.449	146.180.197	100,00	700	28.089.354	100,00

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANEEL (2016).

Nota: CGH = Central Geradora Hidrelétrica (capacidade instalada até 1 MW); EOL = Central Geradora Eólica; PCH = Pequena Central Hidrelétrica (capacidade instalada superior a 1 MW até 30 MW cuja área do reservatório não seja maior que 300 ha); UFV = Central Geradora Solar Fotovoltaica; UHE = Usina Hidrelétrica (capacidade instalada superior a 30 MW cuja área do reservatório seja maior que 300 ha); UTE = Usina Termelétrica; UTN = Usina Termonuclear.

As termelétricas e a fonte eólica têm elevado paulatinamente suas participações na composição da geração de energia elétrica no Subsistema Nordeste¹, em razão da ocorrência de anos de baixa pluviometria, exigindo maior despacho das térmicas, e do aumento da capacidade instalada de geração eólica na Região. A tendência é a continuidade do incremento da participação da fonte eólica na matriz de geração de energia elétrica da região nordestina, em razão desta ser, atualmente, a segunda alternativa mais competitiva (segundo menor preço de comercialização), perdendo apenas para as grandes hidrelétricas, e também por ter dezenas de projetos já contemplados nos últimos leilões, previstos para entrar em operação até 2019 (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução da capacidade instalada de geração eólica no Brasil e previsão de incremento anual no horizonte até 2019 (MW)



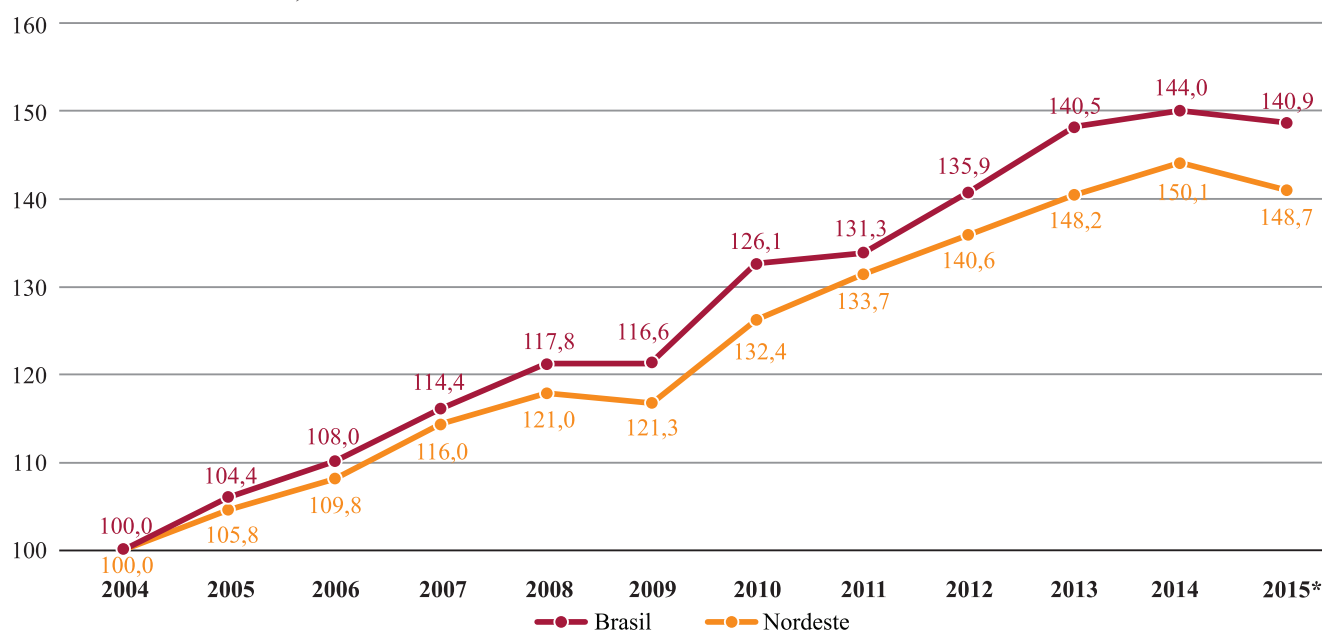
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANEEL (2016).

Notas: 2015 até novembro. A maior parte do aumento da capacidade instalada de energia eólica ocorre no Nordeste.

No que diz respeito à demanda, o consumo de energia elétrica na rede do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizou 2015 com declínio de 2,1% em relação a 2014, totalizando 464,7 terawatts-hora (TWh). Já no Nordeste, a queda no consumo foi menos expressiva, atingido 0,9% em 2015 ante o ano anterior, alcançando 80,0 TWh (Gráfico 7).

¹ O Subsistema Nordeste, que faz parte do Sistema Interligado Nacional, é composto por todos os estados da Região, exceto o Maranhão, já que este último faz parte do Subsistema Norte.

Gráfico 7 – Evolução do consumo de energia elétrica no Brasil e no Nordeste de 2004 a 2015 (Número-índice: 2004 = 100)



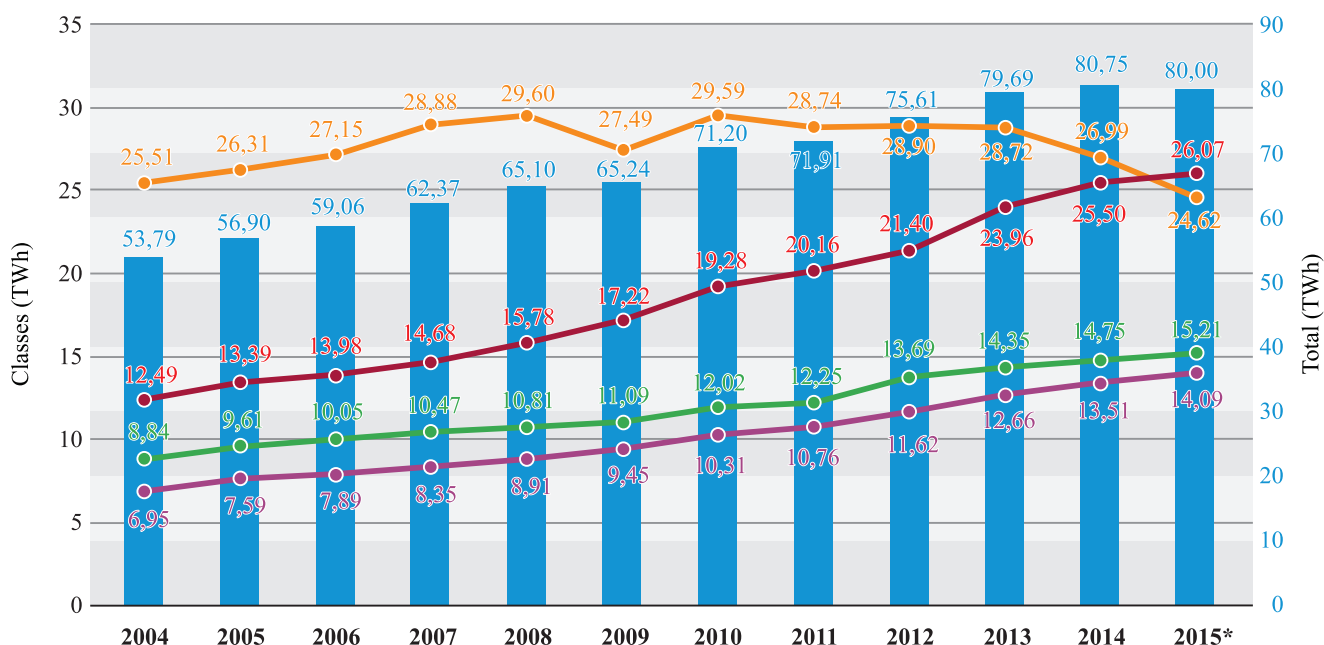
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2016).

Tanto no Brasil, como no Nordeste, a queda no consumo de energia elétrica foi puxada principalmente pelo declínio no consumo das indústrias, que recuou 5,3% no País e 8,8% na Região, em razão do desempenho desfavorável da atividade industrial em quase todos os segmentos no transcorrer de 2015. Apesar da queda na demanda de energia elétrica no Nordeste em 2015 na classe industrial, a Região foi a única que apresentou elevação no consumo livre (+9,3%).

O consumo residencial de energia elétrica no País também registrou decréscimo, caindo 0,7%. No Nordeste,

embora tenha ocorrido crescimento de 2,3% em 2015 no consumo da classe residencial, este foi o pior desempenho desde o começo da série histórica, iniciada em 2004. Este resultado se deve à combinação de diversos fatores, tais como o quadro econômico adverso, elevação da tarifa média de eletricidade ao consumidor, esta impactada tanto pelo índice de reajuste superior a 40% em algumas distribuidoras do País, quanto pela incidência da bandeira vermelha nas contas de eletricidade durante o ano de 2015. O Gráfico 8 apresenta a evolução do consumo de energia elétrica no Brasil nas principais classes de consumidores.

Gráfico 8 – Nordeste: Evolução do consumo de energia elétrica total e nas principais classes de consumidores no período de 2004 a 2015 (TWh)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2016).

Na classe comercial, o resultado anotado em 2015 (+0,6%) distanciou-se da expansão que vinha ocorrendo nos últimos cinco anos (superior a 6%, em média). Tal resultado se deveu ao enfraquecimento da atividade comercial e ao recuo de investimentos no setor. Em termos regionais, coube ao Nordeste a principal contribuição para o resultado ainda positivo da classe. Nessa Região, que responde por 15% da classe comercial do País, o consumo cresceu 4,3%, devido à maturação de investimentos no setor como um todo, que foram se concretizando ao longo do ano, sobretudo no primeiro semestre.

O quadro de menor consumo de energia elétrica no País e no Nordeste tem repercutido, obviamente, na redução das vendas das distribuidoras (concessionárias). No entanto, nem todas tiveram diminuição de receitas. Considerando o conjunto das concessionárias que atuam no Nordeste, houve incremento real de 4,9% nas receitas financeiras, livre de impostos, entre 2014 e 2015. Isto se deveu ao expressivo aumento na tarifa de energia elétrica ocorrido em algumas concessionárias durante o ano de 2015.

Considerações finais

Pode-se afirmar que nos últimos anos houve certo alento no que diz respeito à possibilidade de melhor desenvolvimento da infraestrutura no Brasil, especialmente devido à retomada do planejamento, que culminou com a elaboração de planos e programas voltados à infraestrutura (Plano Nacional de Logística de Transporte, Plano Decenal de Energia, Programa de Aceleração do Crescimento, Programa de Investimentos em Logística), bem como na melhoria dos marcos e das estruturas regulatórias voltados à infraestrutura. Entretanto, há necessidade da implantação mais efetiva dos projetos e programas que têm sido planejados, que dependem de vultosos investimentos e da maior participação da iniciativa privada.

Nesse sentido, em termos de perspectivas para a infraestrutura de transportes, espera-se a implantação dos investimentos previstos na segunda etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado em junho de 2015 e voltado a novas concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias e portos e totalizando investimentos de R\$ 197,1 bilhões nos próximos anos, sendo R\$ 69,2 bilhões previstos para o período 2015-2018.

Especificamente no Nordeste, a segunda etapa do PIL prevê investimentos da ordem de R\$ 15,6 bilhões, os quais representam 56,5% das concessões aeroportuárias, 10,2% dos investimentos em rodovias, 17,3% das concessões portuárias (sem considerar os novos

investimentos em arrendamentos já existentes) e uma porção insignificante das concessões ferroviárias, percentuais esses incompatíveis com a representatividade do Nordeste em termos populacionais e até mesmo econômicos.

Ainda em relação à infraestrutura de transporte, há expectativa também para a conclusão de grandes projetos em implantação no Nordeste, especificamente a Ferrovia Nova Transnordestina, a Integração do Rio São Francisco e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

Com relação à oferta de energia elétrica, o aumento da oferta oriunda das fontes eólica e hídrica (desde que o regime de chuvas seja favorável), possibilitará a redução da geração em termelétricas movidas a combustíveis fósseis, de maior custo. Isto favorecerá a redução das tarifas para os consumidores, entretanto, não afetará os preços negociados nos leilões de energia, que valerão por toda a vigência do contrato.

Apesar do enorme potencial existente no Nordeste, a geração solar ainda possui escala de custos superior à de outras fontes, haja vista o seu insucesso nas concorrências dos leilões da ANEEL. Por outro lado, a micro e a minigeração distribuída, atualmente embrionária, tende a crescer nos próximos anos no País e, em particular, no Nordeste, principalmente por meio da utilização da tecnologia fotovoltaica.

Em termos de demanda de energia elétrica, ante a crise econômica atual, espera-se queda no consumo de energia elétrica em 2016, tanto no País como na região nordestina, com possível recuperação a partir de 2017. Este fato poderá gerar impactos nas receitas financeiras das concessionárias de energia elétrica.

Em linhas gerais, os planos e programas existentes relacionados à infraestrutura, caso sejam efetivamente implementados, podem garantir que o Brasil e o Nordeste disponham de infraestrutura adequada ao desenvolvimento econômico sustentável no longo prazo. Um grande problema a ser resolvido é dispor de *funding* adequado aos investimentos necessários, tendo em vista a baixa capacidade de investimento do setor público em geral e a necessidade de se ter marcos regulatórios claros e estáveis e atratividade financeira para os investimentos privados.

Referências

ANEEL-AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (2016). *Banco de informações de geração*. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm> Acesso em 23.03.2016.

ANTAQ-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (2015). *TKU da navegação Interior e de cabotagem*. Brasília: ANTAQ.

_____. (2016). *Anuário estatístico aquaviário 2015*. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/anuario/>. Acesso em: 15.03.2016.

ANTT-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (2015). *Extensão da malha ferroviária 2015*. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/4751/Ferrovitaria.html>. Acesso em: 22.03.2016.

CNT-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (2015a). *Pesquisa CNT de rodovias 2015: relatório gerencial*. Brasília: CNT: SEST: SENAT.

_____. (2015b). *Pesquisa CNT de ferrovias 2015: relatório gerencial*. Brasília: CNT.

_____. (2016). *Boletim Estatístico CNT*. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Boletim/boletim-estatistico-cnt>. Acesso em: 08.03.2016.

DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (2016). *Sistema nacional de viação*. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao>. Acesso em: 08.03.2016.

EPE-EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (2016). *Consumo de energia elétrica por classe*. Disponível em: <http://www.epe.gov.br>. Acesso em: 25.02.2016.

MAGRO, J. M. V.; BARTOLOMÉ, R. I. (2010). *Infraestructura pública y participación privada: conceptos y experiencias en América y España*. Caracas: CAF.

1.2 Mapeamento do mercado de trabalho formal do agronegócio no Nordeste

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Economista, Mestre em Economia Rural (UFC).
Coordenadora de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB.

Francisca Crisia Diniz Alves

Graduanda em Economia e Bolsista de Nível Superior do BNB/ETENE

1 Introdução

O presente artigo aborda a geração de emprego e renda das atividades do agronegócio, determinando as dimensões espaciais do mercado de trabalho formal da extensa cadeia produtiva desse segmento no Nordeste. A investigação analisa os possíveis desdobramentos na geração de emprego e renda ao nível de mesorregião de cada Estado, com a proposta de esboçar um mapeamento a partir destas informações.

As etapas em seguida especificadas foram utilizadas para se atingir os objetivos propostos pelo estudo: localizou-se as principais atividades do agronegócio desenvolvidas em cada mesorregião nos estados da Região; identificou-se e analisou-se o número de vínculos empregatícios do agronegócio distribuídos em cada Estado da região Nordeste e suas respectivas mesorregiões conforme a atividade de cada segmento do setor; mensurou-se e analisou-se a remuneração média real recebida por empregado do agronegócio em cada Estado da região Nordeste e suas respectivas mesorregiões e conforme a atividade de cada segmento do setor.

O trabalho está subdividido, além dessa introdução, em mais três seções. A segunda parte trata de algumas considerações metodológicas nas disposições dos recortes dos microdados utilizados e suas respectivas fontes de informações. Na terceira seção, analisa-se a nova dinâmica espacial do mercado de trabalho formal do agronegócio no Nordeste brasileiro. A partir das informações reunidas e enfocadas na última seção, apresentam-se as considerações finais com destaque para as principais questões abordadas no estudo além de se indicar reflexões sobre os encadeamentos do agronegócio na região Nordeste.

2 Considerações Metodológicas

Utilizou-se como principal fonte as informações do número de vínculos empregatícios e remuneração média por trabalhador da base de microdados fornecidas

pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS², do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para os anos de 2006, 2009 e 2014.

Os dados coletados obedeceram aos seguintes recortes para remuneração média recebida por empregado e número de vínculos empregatícios do agronegócio:

- a) Por Estado da região Nordeste e suas respectivas mesorregiões;
- b) Por atividade de cada segmento do setor.

Para a coleta dos microdados tanto do vínculo empregatício quanto da remuneração média do trabalhador da RAIS, foi necessária a identificação das atividades em cada segmento da cadeia produtiva do agronegócio conforme a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Para tanto, tomou-se como base as atividades relacionadas ao agronegócio propostas pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP³), de acordo com o Quadro 1

Dentre a classificação das atividades do agronegócio adotada pelo Cepea/USP, a atividade “refino de petróleo (óleo diesel)”, que tinha participação de 9,5% das atividades alocadas no agronegócio, especificamente para a análise neste estudo, foi substituída pela atividade “fabricação de biocombustível, exceto álcool (CNAE 1932-2)”. A fabricação de combustíveis dispõe de classificação na CNAE, tendo-se adotado o mesmo grau de participação no agronegócio da atividade “fabricação de etanol”, ou seja, 100%. No entanto, a atividade “serviços de comercialização” foi excluída da metodologia deste estudo, pois não foi possível

2 A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um importante instrumento de coleta de dados do mercado de trabalho que tem periodicidade anual. Os objetivos são o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho, a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Como os dados da RAIS contemplam 97% do mercado formal do País, a análise dos dados desse artigo pode contribuir com a análise estrutural do mercado formal do agronegócio no Nordeste brasileiro.

3 As atividades selecionadas no Quadro 1 fazem parte da metodologia do cálculo do PIB do agronegócio realizado pelo Cepea/USP. Porém, não será desenvolvida neste trabalho a metodologia de medição do PIB do agronegócio, pois não é objeto do estudo.

realizar a identificação precisa na CNAE, não sendo possível desagregar de outras atividades não correlatas com o agronegócio.

Quadro 1 – Atividades e suas participações no agronegócio

Atividades	Segmentos	% das atividades alocadas no agronegócio
Agricultura, silvicultura e pesca	Agropecuária	100
Pecuária e pesca	Agropecuária	100
Indústria e café	Agropecuária	100
Indústria frutas, legumes e hortaliças	Agropecuária	100
Beneficiamento de produtos vegetais (arroz, trigo, mandioca, milho)	Agropecuária	100
Móveis de madeira	Agropecuária	100
Abate e preparação de carnes	Agropecuária	100
Laticínios	Agropecuária	100
Açúcar	Agropecuária	100
Óleo vegetal (exceto milho) e farelo	Agropecuária	100
Pães, massas, doces, bebidas	Agropecuária	100
Fumo	Agropecuária	100
Têxtil	Agropecuária	48,5
Vestuário e acessórios	Agropecuária	36,4
Artigos couro e calçados	Agropecuária	62,5
Produtos madeira	Agropecuária	100
Papel e celulose	Agropecuária	100
Etanol	Agropecuária	100
Biocombustíveis, exceto álcool	Agropecuária	100
Medicamentos veterinários	Insumos	100
Fertilizantes	Insumos	100

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Cepea/USP (2014).

3 Mercado de trabalho do agronegócio no nordeste brasileiro

3.1 Número de empregos e renda média recebida por empregado do agronegócio por Estado e Messorregião

De acordo com dados da RAIS (MTE, 2015), ao longo de 2006, 2009 e 2014, o Nordeste apresentou tendência de crescimento na quantidade de vínculos empregatícios relacionados ao agronegócio ao registrar aumento de 12% no período, passando de 602.317 empregos formais em 2006 para 674.913 empregos formais em 2014 (Tabela 1).

Em termos estaduais, cabe destacar a participação da Bahia (24,5%), Pernambuco (22,8%) e Ceará (13,8%) no total dos empregos gerados pelo agronegócio da Região em 2014, sendo os estados com maior população e dinamismo econômico na Região. A estrutura de participação dos três maiores Estados detentores de mão de obra do setor se mantém praticamente a mesma para os anos 2006, 2009 e 2014. Neste mesmo período, os estados da Região também apresentaram crescimento na quantidade de vínculos empregatícios, com exceção de Alagoas e Rio Grande do Norte (Tabela 1).

Tabela 1 – Quantidades de vínculos empregatício do agronegócio – Estados e Nordeste

Estado	Quantidade de vínculos		
	2006	2009	2014
Bahia	135.863	142.050	165.516
Pernambuco	146.797	154.893	153.909
Ceará	72.266	81.598	92.834
Alagoas	99.656	104.489	79.911
Paraíba	39.226	45.483	49.444
Rio Grande do Norte	42.302	40.812	40.423
Maranhão	28.800	31.356	38.825
Sergipe	24.081	26.579	33.308
Piauí	13.326	15.696	20.743
Nordeste	602.317	642.956	674.913

Fonte: Elaboração dos autores com dados de Brasil (2015b).

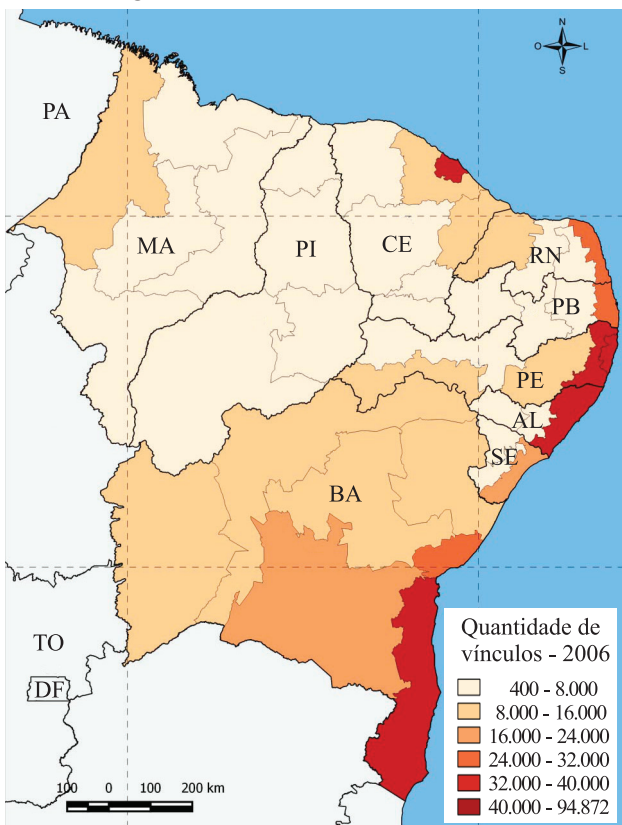
A localização espacial da distribuição dos empregos do agronegócio no Nordeste pode ser visualizada através dos Mapas 1 e 2, que retrata a evolução nas mesorregiões entre 2006 e 2014. Neste período, as mesorregiões que mais geraram empregos foram: Metropolitana de Fortaleza (12.371 novos postos de trabalho – como principal atividade a produção de alimentos); Extremo Oeste Baiano (aumento em 8.989 empregos

– nas atividades da agricultura, especialmente na produção de grãos, como soja, milho e algodão); Agreste Pernambucano (8.953 novos vínculos empregatícios no ramo da avicultura, bovinocultura e suinocultura, além da produção de café e feijão); e Metropolitana de Recife (com aumento em 7.159 empregos em atividades ligadas à fabricação de produtos alimentícios).

As mesorregiões mais dinâmicas desenvolvem atividades ligadas à fabricação de produtos alimentícios (absorve 40% da mão de obra do agronegócio da Região) e à agricultura, pecuária e serviços relacionados (participa com 32,9% dos empregos do agronegócio regional).

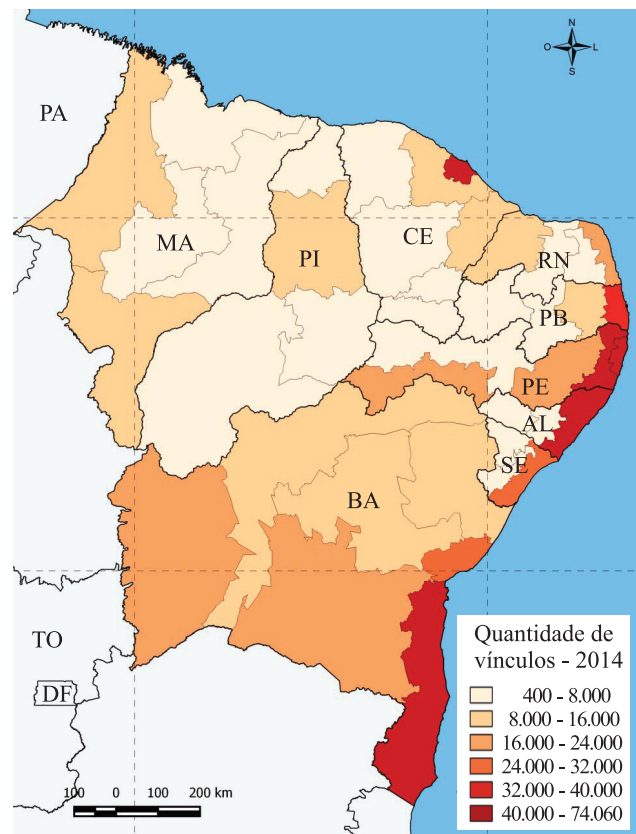
Vale destacar a atuação do setor florestal no mercado de trabalho na Região entre 2006 e 2014. A produção florestal é a quarta atividade que mais empregava em 2014 (com 18.054 empregos formais), seguida pela produção de celulose e papel, com 18.040 vínculos empregatícios. A representatividade regional do setor florestal é de 5,4% em 2014, com crescimento de 12% no período de 2006 e 2014. As mesorregiões Oeste Maranhense e Centro Sul Baiano são responsáveis pelos maiores empreendimentos dessa atividade. Das 42 mesorregiões do Nordeste, dezesseis possuíam menos que 1% dos empregos relacionados ao agronegócio, em especial no semiárido.

Mapa 1 – Emprego formal no agronegócio – Mesorregiões do Nordeste – 2006



Fonte: Elaboração dos autores com dados de Brasil (2015b).

Mapa 2 – Emprego formal no agronegócio – Mesorregiões do Nordeste – 2014



Fonte: Elaboração dos autores com dados de Brasil (2015b).

Analisando-se a Bahia, percebe-se que as mesorregiões Sul Baiano, Metropolitana de Salvador e Extremo Oeste Baiano assinalam as maiores participações na geração total de vínculos empregatícios desse Estado em 2014, correspondendo a 28%, 18% e 14%, respectivamente. As três mesorregiões representam mais de 60% dos postos de trabalho gerados do agronegócio no Estado, constituindo-se nas áreas mais dinâmicas na geração de vínculos empregatícios em atividades ligadas ao agronegócio, especialmente em agricultura (produção de café, cana-de-açúcar, algodão, feijão, milho e a fruticultura), pecuária (bovinocultura), atividades relacionadas à produção florestal e fabricação de papel e celulose além da indústria de alimentos.

O Sul Baiano é a mesorregião que mais gera ocupações com 23.178 postos de trabalho representando 28% dos empregos formais do agronegócio do Estado em 2014, concentrados na agricultura, pecuária, fabricação de produtos alimentícios e produção florestal. Importante mencionar que o Sul Baiano cresceu 915% nos postos de trabalho na atividade de fabricação de álcool que, em 2006, contava com 123 empregos formais, passando para 1.249 empregos em 2014, além de ser a única mesorregião baiana que possui fábrica

para a produção de álcool combustível. A Região Metropolitana de Salvador é a segunda mesorregião do Estado em geração de empregos no agronegócio (29.997 empregos formais) com suas atividades concentradas na fabricação de produtos alimentícios, agricultura, pecuária e fabricação de bebidas.

Em Pernambuco, verifica-se maior concentração de ocupações nas mesorregiões Mata Pernambucana (37,8% dos empregos do agronegócio do Estado), onde se destacam atividades ligadas ao setor sucroalcooleiro, e a Região Metropolitana de Recife (34,4%), com atividades voltadas à indústria de alimentos.

O Ceará segue no ranking como terceiro maior gerador de vínculos empregatícios, com 92.834 de postos de trabalho relacionados ao setor do agronegócio. Entre as mesorregiões que mais empregam estão a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza (57%), Jaguaribe (15%) e Norte Cearense (11%), com atividades voltadas à indústria de alimentos, agricultura (produção da castanha de caju, feijão, milho e a fruticultura irrigada), pecuária (bovinocultura, avicultura, ovinocultura e caprinocultura) e aquicultura (criação de camarão e tilápia).

O Piauí apresentou a maior variação percentual nos empregos formais do agronegócio na região Nordeste (55,7%), passando de 13.326 em 2006 para 20.743 vínculos empregatícios em 2014, proporcionando remuneração média de R\$ 1.024,24 nesse último ano. O Sudoeste Piauiense foi a mesorregião teve o maior incremento em postos de trabalho (128,9%), sendo também a que mostrou maior remuneração média (R\$ 1.189,8). Os maiores salários podem ser explicados em parte pelas atividades de agricultura e pecuária que concentram 83,3% dos postos de trabalho com remuneração média de R\$ 1.613,97, contribuindo para aumentar o ordenado médio estadual (Tabela 2).

Sergipe registrou variação positiva na geração de empregos formais no agronegócio, aumento de 38,3% entre 2006 e 2014. Isso se deve ao fato de que houve incremento considerável das ocupações nas atividades de fabricação de álcool, fabricação de produtos alimentícios e agricultura e pecuária no Agreste Sergipano como também na agricultura e pecuária do Leste Sergipano. Apesar de essas atividades terem

remunerações médias relativamente elevadas em se tratando de Nordeste, e mesmo com o crescimento do emprego formal do Estado ocasionado por essas atividades, o Agreste Sergipano apresentou remuneração média de apenas R\$ 948,41.

Alagoas registrou perda expressiva de 19,8% de empregos formais no agronegócio, queda explicada pela diminuição de postos de trabalho no Leste Alagoano, mesorregião que durante os anos analisados deteve acima de 90% dos postos de trabalho formais do agronegócio do Estado. Essas perdas nos postos de trabalho de Alagoas ocorreram nas atividades de agricultura (em especial o setor sucroalcooleiro), pecuária e fabricação de produtos alimentícios.

O Rio Grande do Norte, por sua vez, perdeu 4,4% dos postos de trabalho entre 2006 e 2014. Dentre as mesorregiões do Estado somente a Central Potiguar aumentou o emprego formal. Os setores que tiveram as maiores quedas foram as atividades da agricultura e pecuária (-32%) além da fabricação de álcool (-17%).

Examinando o quantitativo de empregos no Maranhão, entre 2006 e 2014 houve ganho de 34,8%, registrando 38.825 postos de trabalho no último ano. Verifica-se que as mesorregiões Oeste Maranhense (12.025 trabalhadores) e Sul Maranhense (8.945) agregavam maior número de empregos formais no agronegócio em 2014. Estas áreas são mais dinâmicas devido às características das atividades desenvolvidas (no setor agropecuário, como avicultura, produção de mandioca, mel, soja; agroindustrial, processamento de alguns alimentos, como soja e milho; produção florestal).

A Paraíba registrou crescimento significativo na geração de empregos formais no agronegócio no período entre 2006 e 2014 (26%). Com 49.444 postos de trabalho em 2014, a mesorregião Mata Paraibana absorveu 71,6%. Mesmo diante desse cenário de crescimento no quantitativo do mercado de trabalho do agronegócio, as remunerações desse setor seguem abaixo da média regional. Em 2014, destacava-se apenas a Mata Paraibana que apresentou rendimento médio de R\$ 1.087,68, fomentado pela produção de cana-de-açúcar.

Tabela 2 – Quantidades de vínculos empregatício do agronegócio – Mesorregião e Nordeste

Estado	Mesorregião	Quantidade de vínculos		
		2006	2009	2014
Alagoas	Leste Alagoano	94.872	98.690	74.060
	Agreste Alagoano	3.901	4.702	4.799
	Sertão Alagoano	883	1.097	1.052
Bahia	Sul Baiano	44.100	44.175	46.783
	Metropolitana de Salvador	24.214	23.655	29.997
	Extremo Oeste Baiano	14.189	18.990	23.178
	Centro-Sul Baiano	16.472	18.266	22.544
	Centro-Norte Baiano	12.083	13.423	15.611
	Vale São-Franciscano da Bahia	14.199	12.145	14.899
	Nordeste Baiano	10.606	11.396	12.504
Ceará	Metropolitana de Fortaleza	40.984	46.715	53.355
	Jaguaribe	11.878	11.836	14.330
	Norte Cearense	9.686	11.927	10.331
	Noroeste Cearense	5.504	6.416	7.481
	Sul Cearense	2.022	2.406	4.441
	Sertões Cearenses	1.429	1.394	1.799
	Centro-Sul Cearense	763	904	1.097
Maranhão	Oeste Maranhense	10.855	11.442	12.025
	Sul Maranhense	4.378	5.589	8.945
	Norte Maranhense	4.672	5.283	7.398
	Leste Maranhense	4.828	5.452	6.883
	Centro Maranhense	4.067	3.590	3.574
Paraíba	Mata Paraibana	30.443	35.077	35.416
	Agreste Paraibano	5.966	7.057	9.937
	Sertão Paraibano	2.407	2.927	3.614
	Borborema	410	422	477
Pernambuco	Mata Pernambucana	71.347	73.641	58.186
	Metropolitana de Recife	45.763	48.005	52.922
	Agreste Pernambucano	11.943	17.277	20.896
	São Francisco Pernambucano	15.441	13.604	18.960
	Sertão Pernambucano	2.303	2.366	2.945
	Centro-Norte Piauiense	7.852	8.815	10.842
Piauí	Sudoeste Piauiense	2.905	3.674	6.650
	Norte Piauiense	1.723	1.860	2.160
	Sudeste Piauiense	846	1.347	1.091
Rio Grande do Norte	Leste Potiguar	24.138	25.754	23.250
	Oeste Potiguar	14.604	11.287	13.328
	Central Potiguar	1.862	1.985	2.310
Sergipe	Agreste Sergipano	1.698	1.786	1.535
	Leste Sergipano	20.922	20.922	24.618
	Sertão Sergipano	2.292	4.760	7.414
Nordeste		867	897	1.276
		602.317	642.956	674.913

Fonte: Elaboração dos autores com dados de Brasil (2015b).

Com o propósito de analisar a distribuição da remuneração média dos empregados em atividades do agronegócio no Nordeste, buscaram-se recortes espaciais tanto por Estados, conforme a Tabela 3, como recortes em nível de detalhamento de mesorregiões, como mostra a Tabela 4.

Conforme dados da RAIS (MTE, 2015), ao longo de 2006, 2009 e 2014 percebeu-se que a Região também apresentou tendência de crescimento nas remunerações médias recebidas por empregado nas atividades relacionadas ao agronegócio ao registrar aumento de 35,7% no período, passando de R\$ 799,94 no ano de 2006 para R\$ 1.085,17 em 2014, conforme a Tabela 3.

Analizando-se a remuneração média por estados, verifica-se que o Maranhão (R\$ 1.294,11), Bahia (R\$ 1.1287,74) e Pernambuco (R\$ 1.110,06) apresentam as maiores remunerações médias relacionadas ao agronegócio (Tabela 3). Diferente da distribuição do número de vínculos empregatícios por Estado, o Ceará apresentou-se como a terceira unidade federativa detentora de mão de obra do setor (Tabela 5), mas segue em penúltimo em remuneração média (R\$ 993,55).

O Maranhão registrou 38% dos empregos formais nas atividades de agricultura e pecuária e 19% dos empregos formais nas atividades de produção florestal. A Bahia segue com 50,7% de seus empregos formais gerados na agricultura e pecuária e 23% dos empregos na fabricação de produtos alimentícios. Para Pernambuco, a distribuição dos empregos formais do agronegócio é de aproximadamente 50% na fabricação de produtos alimentícios, 29,5% dos empregos concentrados na agricultura e pecuária e 8% na fabricação de bebidas.

O Estado que registrou a menor remuneração média por trabalhador foi a Paraíba (R\$ 944,00) que tem 23% de seus empregos formais na agricultura e pecuária, 35% na fabricação de produtos alimentícios e os 42% estão distribuídos nas demais atividades.

Tabela 3 – Remuneração média recebida por empregado do Agronegócio – Estado (R\$- 2014)

Estado	Ano		
	2006	2009	2014
Maranhão	877,47	983,93	1.294,11
Bahia	922,41	1.052,85	1.287,74
Pernambuco	866,87	938,24	1.110,06
Rio Grande do Norte	719,55	832,27	1.055,95
Sergipe	807,27	904,46	1.052,13
Piauí	747,95	855,61	1.022,24
Alagoas	827,94	881,75	1.006,73
Ceará	719,62	840,83	993,55
Paraíba	710,34	789,12	944,00

Fonte: Elaboração dos autores com dados de Brasil (2015b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Em termos de salários, as três maiores remunerações médias estão nas mesorregiões Região Metropolitana de Salvador (R\$ 1.953,57), Sul Maranhense (R\$ 1.716,47), Região Metropolitana de Recife (R\$ 1.457,50), Extremo Oeste Baiano (R\$ 1.562,76) e Sul Baiano (R\$ 1.339,81), como mostra a Tabela 4.

Examinando-se a Região Metropolitana de Salvador, Extremo Oeste Baiano e Sul Baiano, percebe-se que são as três mesorregiões mais dinâmicas na geração de vínculos empregatícios em atividades relacionadas ao agronegócio, como também as que possuem as maiores remunerações médias do setor. Entre as atividades desenvolvidas nestas três mesorregiões baianas estão a agricultura (produção de algodão, café, cacau, cana-de-açúcar, feijão, fumo, milho e a fruticultura), a pecuária (bovinocultura), atividades ligadas à produção florestal e fabricação de papel e celulose, além da indústria de alimentos.

Na mesorregião Sul Maranhense, destacam-se as atividades agrícolas (produção de algodão, milho e soja) e pecuária (avicultura), produção florestal e fabricação de produtos alimentícios.

Em Pernambuco, quando se analisa a distribuição da remuneração média recebida por empregado em atividades ligadas ao setor do agronegócio, verifica-se que a Metropolitana de Recife, São Francisco Pernambucano e Mata Pernambucana apresentam as maiores remunerações no Estado. As atividades desenvolvidas nestas mesorregiões são as atividades relacionadas ao setor sucroalcooleiro, atividades voltadas à indústria de alimentos e à fruticultura (produção de goiaba, manga e uva).

Tabela 4 – Remuneração média recebida por empregado do Agronegócio - Mesorregião (R\$ - 2014)

Estado	Mesorregião	Ano		
		2006	2009	2014
Alagoas	Leste Alagoano	924,11	1.027,93	1.224,61
	Sertão Alagoano	835,46	799,28	911,21
	Agreste Alagoano	724,26	818,03	884,36
Bahia	Metropolitana de Salvador	1.353,80	1.555,38	1.953,57
	Extremo Oeste Baiano	972,21	1.219,84	1.562,76
	Sul Baiano	928,07	1.112,61	1.339,81
	Centro-Norte Baiano	879,07	968,40	1.086,76
	Nordeste Baiano	802,49	801,00	1.061,89
	Vale São-Franciscano da Bahia	789,02	878,61	1.037,76
	Centro-Sul Baiano	732,23	834,14	971,63

Estado	Mesorregião	Ano		
		2006	2009	2014
Ceará	Metropolitana de Fortaleza	1.063,34	946,88	1.192,46
	Sertões Cearenses	618,20	1.094,43	1.173,09
	Jaguaribe	692,89	794,23	999,71
	Norte Cearense	655,77	819,14	984,80
	Noroeste Cearense	671,26	737,12	902,72
	Sul Cearense	723,32	806,09	868,32
	Centro-Sul Cearense	612,56	687,94	833,75
Maranhão	Sul Maranhense	1.009,97	1.159,09	1.716,47
	Leste Maranhense	873,17	970,67	1.318,20
	Norte Maranhense	978,24	1.113,50	1.234,75
	Oeste Maranhense	777,27	879,39	1.104,69
	Centro Maranhense	748,70	797,02	1.096,45
Paraíba	Mata Paraibana	891,12	949,48	1.087,68
	Agreste Paraibano	680,50	791,76	917,53
	Sertão Paraibano	673,96	738,32	905,63
	Borborema	595,80	676,93	865,15
Pernambuco	Metropolitana de Recife	1.139,30	1.262,43	1.457,50
	São Francisco Pernambucano	894,58	917,34	1.139,92
	Mata Pernambucana	885,24	920,57	1.109,93
	Agreste Pernambucano	699,66	790,29	923,95
	Sertão Pernambucano	715,57	800,58	919,00
Piauí	Sudoeste Piauiense	815,43	997,58	1.189,83
	Sudeste Piauiense	605,79	778,71	991,00
	Centro-Norte Piauiense	775,10	896,69	986,38
	Norte Piauiense	795,49	749,45	921,77
Rio Grande do Norte	Oeste Potiguar	757,70	868,51	1.143,86
	Central Potiguar	678,81	766,95	1.142,61
	Leste Potiguar	827,54	988,35	1.104,77
	Agreste Potiguar	614,16	705,24	832,57
Sergipe	Leste Sergipano	1.007,82	1.129,03	1.272,45
	Agreste Sergipano	769,48	823,33	948,41
	Sertão Sergipano	644,50	761,01	935,54

Fonte: Elaboração dos autores com dados de Brasil (2015b).

3.2 Número de empregos e renda média recebida por empregado do agronegócio por atividade

Dentre as atividades do agronegócio desenvolvidas no Nordeste que se destacam na geração de postos de trabalho estão a fabricação de produtos alimentícios, tendo representado 40% (269.629 postos de trabalho) dos empregos formais do agronegócio em 2014. Em seguida tem-se agricultura e pecuária com participação de 32,9% (222.328 postos de trabalho). As demais atividades têm participação de 27,1% na geração de empregos (Tabela 5).

A fabricação de produtos alimentícios é mais atuante na mesorregião Leste Alagoano onde emprega 65.846 pessoas, apesar de ter recuado 21,5% nos empregos formais entre 2006 e 2014. Em seguida, tem-se a Mata Pernambucana que gera 35.709 empregos tendo

perdido 1,4% nos postos de trabalho desta atividade. Outras mesorregiões importantes na fabricação de produtos alimentícios são as Regiões Metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador que juntas geram 69.837 empregos formais.

A agricultura e pecuária são as atividades que possuem a segunda maior participação na geração de empregos formais no agronegócio nordestino. Entre as mesorregiões que mais empregam nestas atividades, destacam-se o Agreste Pernambucano que, em 2006, contabilizava 4.470 empregos formais na agricultura e pecuária, e em 2014 passou a gerar 10.225 postos de trabalho, aumento expressivo de 128,7%. Já a Mata Pernambucana que em 2006 era a mesorregião que mais gerava empregos formais na agricultura (28.538 postos de trabalho), teve uma redução de 59,4%, caindo para 11.587 empregos formais em 2014. O Vale São Franciscano da Bahia também tem reduzido os empregos formais na agricultura e pecuária, passando de 12.905 no ano de 2006, para formação de 10.252 empregos formais em 2014, redução de 20,6%.

Tabela 5 – Quantidade de vínculos empregatícios por atividade do agronegócio - Nordeste

Divisão CNAE	Atividades do Agronegócio	Ano		
		2006	2009	2014
10	Fabricação de produtos alimentícios	243.359	277.424	269.629
1	Agricultura, pecuária e serviços elacionados	216.176	207.891	222.328
11	Fabricação de bebidas	25.825	31.056	42.146
13	Fabricação de produtos têxteis	20.917	26.941	26.725
19	Fab. de coque, de prod. derivados do petróleo e de biocombustíveis	18.757	22.416	23.125
2	Produção florestal	20.236	18.022	18.054
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	12.507	14.213	18.040
31	Fabricação de móveis	10.310	11.990	17.603
3	Pesca e aquicultura	9.197	6.911	9.889
15	Prep. de couros e fab. de artefatos de couro, art. de viagem e calçados	7.750	9.490	8.608
16	Fabricação de produtos de madeira	8.893	7.431	8.134
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3.673	4.575	4.399
20	Fabricação de produtos químicos	2.704	2.390	4.301
12	Fabricação de produtos do fumo	1.726	1.935	1.701
21	Fabricação de produtos farmacêutica e química	287	271	231
Total Nordeste		602.317	642.956	674.913

Fonte: Elaboração dos autores com dados de Brasil (2015b).

Para uma análise da remuneração média por atividade, a fabricação de biocombustíveis (exceto álcool) apresentou a maior remuneração média dentre as atividades do agronegócio com valor de R\$ 6.754,61 em 2014, seguido pela fabricação de defensivos agrícolas (R\$ 2.609,33) e fabricação de adubos fertilizantes (R\$ 2.568,87). As menores remunerações médias estão nas atividades de fabricação de artigos do vestuário produzidos em malharias e tricotagens (R\$ 840,41), fabricação de artefatos de tapeçaria (R\$ 835,40) e fabricação de artefatos de couro (R\$ 831,33) (Tabela 6).

Os setores que apresentaram as maiores remunerações têm menor capacidade de gerar empregos, como o setor de biocombustíveis (exceto álcool) que gera 349 empregos formais e possui uma remuneração média por trabalhador de R\$ 6.754,61. Estes postos de trabalho estão distribuídos em grande parte no Centro-Norte Baiano, Região Metropolitana de Salvador, Agreste Paraibano e Sertões Cearenses.

A fabricação de defensivos agrícolas gera 645 empregos formais e tem uma remuneração média por trabalhador de R\$ 2.609,33. Sua distribuição de empregos está na Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Salvador e Leste Alagoano.

A fabricação de adubos e fertilizantes gera 3.656 e tem uma remuneração média por trabalhador de R\$ 2.568,87. Os empregos da fabricação de adubos e fertilizantes estão partilhados especialmente na Região Metropolitana de Salvador, Leste Sergipano, Extremo Oeste Baiano, Norte Maranhense e Região Metropolitana de Recife, cujas atividades desenvolvidas estão estritamente ligadas ao setor da agricultura.

Tabela 6 – Remuneração média recebida por empregado do agronegócio por atividade (R\$ - 2014)

Divisão / CNAE	Atividades do Agronegócio	R M - 2006	R M - 2009	R M - 2014
19	Fab. de coque, de prod. derivados do petróleo e de biocombustíveis	1.008,68	2.395,63	4.198,36
20	Fabricação de produtos químicos	2.287,59	2.383,28	2.589,10
12	Fabricação de produtos do fumo	1.309,00	1.304,73	1.630,54
21	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	3.752,05	1.240,76	1.379,05
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	942,12	1.133,95	1.278,83
2	Produção florestal	770,18	937,23	1.205,50
11	Fabricação de bebidas	1.029,00	1.137,38	1.184,83
10	Fabricação de produtos alimentícios	824,41	929,47	1.104,05
3	Pesca e aquicultura	805,91	889,76	1.052,98

Divisão / CNAE	Atividades do Agronegócio	R M - 2006	R M - 2009	R M - 2014
1	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	749,49	859,59	1.028,99
13	Fabricação de produtos têxteis	801,17	871,41	988,02
31	Fabricação de móveis com predominância de madeira	661,36	764,77	948,64
16	Fabricação de produtos de madeira	679,27	769,23	947,62
15	Prep. de couros e fab. de artefatos de couro, art. p/ viagem de calçados	709,49	795,69	930,02
14	Confec. de art. do vestuário e acessórios	647,41	694,00	877,95

Fonte: Elaboração dos autores com dados de Brasil (2015b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

4. Considerações Finais

Pode-se concluir que o agronegócio é importante para a geração de emprego e renda na região Nordeste, pois tem contribuído tanto para o crescimento dos vínculos empregatícios quanto para o aumento real da remuneração média dos empregados nas atividades do setor.

De acordo com os microdados da RAIS (MTE, 2015), nos anos de 2006, 2009 e 2014, todos os estados apresentaram tendência de crescimento no setor, com exceção de Alagoas e Rio Grande do Norte. Em 2014, o agronegócio registrou 674.913 empregos formais na Região, aumento em 12% no período, quando em 2006 somou 602.317 postos de trabalho.

Em relação ao quantitativo de vínculos empregatícios por Estado, Bahia (24,5%), Pernambuco (22,8%) e Ceará (13,8%) registraram mais da metade dos vínculos empregatícios do agronegócio em 2014. Esta estrutura de participação se mantém praticamente a mesma para os anos 2006, 2009 e 2014, revelando que não houve mudanças significativas entre as participações dos três maiores empregadores regionais.

Quanto às atividades de cada segmento do agronegócio, a fabricação de produtos alimentícios e agricultura, pecuária e serviços relacionados têm maior participação na geração de empregos na Região, tendo apresentado mais da metade dos empregos formais do setor em 2014.

No tocante às remunerações médias recebidas por empregado do agronegócio, os Estados que ofertaram as maiores remunerações médias em 2014 foram: Maranhão - com os empregos formais concentrados na agricultura, pecuária e produção florestal, seguido da

Bahia - que apresentou a maior quantidade de vínculos empregatícios na agricultura, pecuária e fabricação de produtos alimentícios e, logo em seguida, tem-se Pernambuco - com empregos formais concentrados na agricultura, pecuária e fabricação de produtos alimentícios.

Porém, constatou-se que a unidade federativa com menor remuneração média por trabalhador no agronegócio foi a Paraíba, especificamente a mesorregião da Borborema, que possuía a menor média de remuneração recebida por empregado em 2014.

Analisando-se os salários por mesorregião, verificou-se que as três maiores remunerações médias estavam na Região Metropolitana de Salvador, Sul Maranhense, Região Metropolitana de Recife, Extremo Oeste Baiano e Sul Baiano.

Dentre as atividades do agronegócio que apresentaram as maiores remunerações médias estavam as atividades relacionadas à energia da biomassa, com a fabricação de biocombustível e etanol e a produção de insumos agrícolas, com a fabricação de defensivos agrícolas e fabricação de adubos fertilizantes. No entanto, apesar destas atividades registrarem as maiores remunerações médias por trabalhador, estas geram quantidade modesta de postos de trabalho no agronegócio.

Pode-se concluir que setores do agronegócio que apresentaram as maiores remunerações têm menor capacidade de gerar empregos, como o setor de biocombustíveis (exceto álcool) que gerou 349 empregos formais e tem uma remuneração média por trabalhador de R\$ 6.754,61 em 2014.

Em síntese, conclui-se que o agronegócio vem assumindo importante papel na geração de emprego e renda no Nordeste, promovendo maior dinamismo econômico na Região. Entretanto, nos períodos analisados, percebe-se que o quantitativo dos vínculos empregatícios está espacialmente concentrado em poucas mesorregiões de cada Estado analisado, exceto a Bahia. O mesmo resultado foi encontrado para as análises de distribuição da remuneração média recebida por empregado, em que poucas mesorregiões concentram as maiores remunerações médias por trabalhador, com exceção das mesorregiões dos Estados do Maranhão e da Bahia. Dessa forma, o aprofundamento da análise do agronegócio no Nordeste representa uma questão estratégica para as tomadas de decisões públicas e privadas que visam ao melhor aproveitamento do potencial econômico de cada mesorregião dos estados do Nordeste brasileiro.

Referências

BNB-BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (2015a). *BNB Conjuntura Econômica*. - N. 41 (julho - dez. 2014). Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/rcePDF.aspx?cd_rce=47. Acesso em: 31.08.2015.

_____. (2015b). *Perfil Socioeconômico de Alagoas*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2015c). *Perfil Socioeconômico da Bahia*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2015d). *Perfil Socioeconômico do Ceará*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2015e). *Perfil Socioeconômico do Maranhão*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2015f). *Perfil Socioeconômico da Paraíba*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2015g). *Perfil Socioeconômico de Pernambuco*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2015h). *Perfil Socioeconômico do Piauí*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2015i). *Perfil Socioeconômico do Rio Grande do Norte*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

_____. (2015j). *Perfil Socioeconômico de Sergipe*. Francisco José Araújo Bezerra...[et al.], organizadores. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2015a). *Balança Comercial: Unidades da Federação*. Brasília, DF.

_____. (2014). Ministério do Trabalho e Emprego (2015b). *Relação anual de informações sociais – RAIS. Empregos formais no Nordeste 2006, 2009 e 2014*. Brasília, DF.

CEPEA-CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2014). *PIB do agronegócio brasileiro - Comentários metodológicos*. Universidade de São Paulo.

CONAB-COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (2015) –. *Séries históricas de área plantada, produtividade e produção, relativas às Safras 1976/77 a 2014/15 de Grãos*. Brasília, DF.

DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. (1957). *A concept of agribusiness*. Boston; Harvard University.

GUILHOTO, J. J. M. MODOLO, D. B. ASSUMPÇÃO. M. IMORI, D. (2007). *O Agronegócio da Bahia e de suas mesorregiões*. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos.

HADDAD, P. et al. (1999). *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: Estudo de Cluster*. Brasília, DF: CNPq.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2015a). *Produção agrícola municipal*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31.08. 2015.

_____. (IBGE 2015b). *Produção pecuária municipal*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31.08.2015.

RODRIGUES, M. T. (1998). *Cadeias produtivas – alguns conceitos introdutórios*. IN: Banco do Nordeste do Brasil. *Comentários conjunturais de mercado*. Fortaleza: Banco do Nordeste.

2 SÍNTESE E EXPECTATIVAS

2.1 Resumo Executivo

A economia mundial tem enfrentado um período de instabilidade, ocasionando modesto desempenho econômico e fraca performance do comércio internacional em 2015. Uma combinação inter-relacionada de fatores conduziu a esse cenário, a exemplo do declínio no preço das matérias-primas, a volatilidade nas taxas de câmbio, a instabilidade nos fluxos de capitais, a redução nos investimentos produtivos além da falta de conexão entre o segmento das finanças e do setor produtivo (Nações Unidas, 2016).

Diante desse quadro, o FMI (2016) estimou crescimento do PIB global de 3,1% em 2015, sendo que os países desenvolvidos expandiram 1,9% e os países em desenvolvimento 4,0%. O comércio internacional aumentou 2,6% em 2015, abaixo, portanto, do desempenho médio do PIB global.

Por sua vez, os preços médios dos combustíveis, dos metais e dos produtos agrícolas recuaram 45%, 21% e 14% em 2015 quando comparado com 2014, respectivamente. O preço do barril de petróleo declinou de US\$ 96 em 2014 para US\$ 51 em 2015 (Banco Mundial, 2016; FMI, 2016).

Quanto ao Brasil, o Produto Interno Bruto-PIB registrou queda de 3,8% em 2015 em relação a igual período de 2014. Estima-se que o índice de atividade econômica do Nordeste decresceu 2,7% em 2015, enquanto que nas três maiores economias da Região, isto é, Bahia, Pernambuco e Ceará, o recuo foi de 3,2%, 3,5% e 3,5%, respectivamente (IBGE, 2016a).

Em termos nacionais e sob a ótica da oferta, a agropecuária cresceu 1,8% enquanto que indústria e serviços recuaram 6,2% e 2,7%, respectivamente, em 2015. A agropecuária foi beneficiada pelo desempenho da agricultura, com destaque para a produção de grãos, particularmente soja e milho. Por outro lado, algumas lavouras registraram decréscimo de produção anual, a exemplo do trigo, café e laranja. No caso da pecuária, silvicultura e extração vegetal, o desempenho foi modesto no ano em análise.

Quanto à indústria, cabe destacar o desempenho do segmento extrativo mineral, com destaque para petróleo, gás natural e minérios ferrosos. Contudo, a indústria de transformação, a construção civil e os Serviços Industriais de Utilidade Pública-SIUP sofreram retração. No Nordeste, a produção industrial retraiu 2,8% em 2015. A deterioração da confiança dos

empresários, a elevação das taxas de juros, o intenso corte do investimento público e a redução das inversões da Petrobras e do setor de construção civil contribuíram para esses resultados.

Os serviços, inclusive o comércio, registraram decréscimo em 2015. Por outro lado, o turismo foi beneficiado, tendo em vista que a movimentação operacional nos principais aeroportos do País totalizou um recorde de 212,2 milhões de passageiros embarcados e desembarcados em 2015, dos quais 34,3 milhões no Nordeste.

Analisando-se o PIB sob a ótica da despesa, a formação bruta de capital fixo recuou 14,1% em 2015, em função da queda da produção interna, em especial na construção civil, além do recuo na importação de bens de capital. A despesa de consumo das famílias caiu 4,0%, em função da deterioração dos indicadores de inflação, juros, crédito, emprego e renda no ano em análise. A despesa do consumo do governo, por sua vez, declinou 1,0%. A taxa de investimento e a taxa de poupança alcançaram 18,2% e 14,4% do PIB, respectivamente, em 2015.

Em valores correntes, o PIB do Brasil totalizou R\$ 5,9 trilhões e o PIB *per capita* alcançou R\$ 28.876 em 2015. O valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços alcançou R\$ 263,6 bilhões, R\$ 1.149,4 bilhões e R\$ 3.642,3 bilhões, respectivamente. A despesa de consumo das famílias totalizou R\$ 3.741,9 bilhões, a despesa de consumo do governo R\$ 1.192,4 bilhões e a formação bruta de capital fixo R\$ 1.072,5 bilhões (IBGE, 2016).

A balança comercial brasileira obteve superávit de US\$ 19,7 bilhões em 2015. As exportações (US\$ 191,1 bilhões) recuaram 15,1% em relação às registradas em 2014, em função da queda dos preços das principais *commodities* comercializadas no mercado internacional apesar do incremento da quantidade embarcada. As importações (US\$ 171,4 bilhões) afetadas pela retração da atividade doméstica e pela valorização do Dólar norte-americano apresentaram queda ainda maior, de 25,2%, no período estudado (BRASIL, 2016a).

Ainda no âmbito do setor externo, a balança de bens e serviços ficou deficitária em R\$ 75,7 bilhões, enquanto que a balança comercial apresentou superávit de US\$ 19,7 bilhões. As exportações de bens e serviços cresceram 6,1%, enquanto que as importações registraram queda de 14,3%. Entre os produtos e serviços

da pauta de exportações, os maiores aumentos foram observados em petróleo, soja, produtos siderúrgicos e minério de ferro. Quanto às importações, as maiores quedas foram observadas em máquinas e equipamentos, automóveis, petróleo e derivados, bem como em serviços de transportes e viagens.

O agronegócio nacional finalizou 2015 com um saldo de US\$ 80,1 bilhões, 6,6% superior aos US\$ 75,1 bilhões de 2014, apesar da redução dos preços das *commodities* e mesmo considerando a menor demanda da economia da China.

Ao contrário do País, a balança comercial do Nordeste acumulou, em 2015, déficit de US\$ 6,7 bilhões. Este resultado decorreu do decréscimo de 7,9% no valor exportado (US\$ 14,7 bilhões) que não foi suficiente para cobrir a redução de 25,4% das importações (US\$ 21,4 bilhões). A análise por fator agregado revela que as vendas de produtos básicos cresceram 5,5%, no período em análise, enquanto os embarques de produtos semimanufaturados e manufaturados decresceram 0,4%, e 18,8%, respectivamente. Do lado das importações nordestinas, todas as categorias de uso apresentaram queda nas aquisições externas, especialmente combustíveis e lubrificantes. O agronegócio do Nordeste exportou US\$ 7,7 bilhões, superando as importações de US\$ 2,3 bilhões, gerando superávit de US\$ 5,4 bilhões (BRASIL, 2016a).

O baixo dinamismo da economia brasileira refletiu-se no mercado de trabalho. A taxa de desocupação nacional alcançou 6,9% em dezembro de 2015. Como resultado do baixo desempenho das atividades econômicas, o saldo anual de empregos formais foi negativo em 1.049.650 e 479.042, na indústria e serviços, respectivamente. A agropecuária seguiu com expansão na geração de empregos formais, com saldo acumulado positivo de 10.018 novos postos de trabalho (BRASIL, 2016b).

Especificamente no Nordeste, a taxa de desocupação atingiu 10,0% em Recife e 11,9% em Salvador, as duas capitais da Região pesquisadas pelo IBGE. A deterioração do mercado de trabalho foi sentida principalmente nos setores mais dinâmicos nordestinos. No agregado, indústria e serviços registraram saldos negativos em 170.758 e 71.123 postos de trabalho no ano, respectivamente. A construção civil e a indústria de transformação foram os setores mais afetados com baixo nível de investimentos, registrando saldo negativo de 111.815 e 57.711 de postos de trabalho, respectivamente (BRASIL, 2016b).

A desaceleração da atividade econômica impactou negativamente nas receitas fiscais de todos os estados nordestinos gerando perdas, em termos reais, na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS e nas transferências federais. Embora o ICMS e o Fundo de Participação dos Estados-FPE tenham crescido em termos nominais 4,8% e 5,2%, respectivamente, a inflação média entre 2014 e 2015, foi de 9,0%, com perda na arrecadação em termos reais (BRASIL, 2016c; BRASIL, 2016d).

As transferências discricionárias para o Nordeste caíram R\$ 5,0 bilhões em 2015 quando comparadas com o valor transferido em 2014. O principal fator foi a queda nas transferências no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC para os estados e municípios.

O Grau de Endividamento (GRE) aumentou em todos os estados da Federação. O GRE da região Nordeste saltou de 51,1%, em 2014, para 62,1% em 2015. Isto ocorreu porque a Dívida Líquida Consolidada (DCL) cresceu 28,4% enquanto que a Receita Líquida Corrente (RCL) aumentou em menor proporção, isto é, 5,6%.

O Sistema Financeiro Nacional expandiu a oferta creditícia em 6,7% em 2015 quando comparado com 2014. Embora referida variação seja expressiva, observa-se tendência de desaceleração em relação aos últimos anos, em função do aumento das incertezas macroeconômicas, da retração das atividades industriais e nos serviços, do nível de comprometimento da renda das famílias, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros. Em consonância com o cenário nacional, a oferta de crédito no Nordeste apresentou crescimento, mas com tendência de arrefecimento, isto é, 5,1%, tendo ficado abaixo da média para o Brasil (BACEN, 2016).

Por sua vez, o indicador oficial de inflação no Brasil, representado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA registrou elevação de 10,7% em 2015, correspondendo a mais alta taxa desde 2002. Os itens energia elétrica e combustíveis foram os que mais pressionaram o aumento dos preços. No âmbito regional, a inflação do Nordeste alcançou 10,4% em 2015, ligeiramente abaixo em comparação com a média do Brasil. A cesta básica do Nordeste permaneceu como a mais barata do País, R\$ 326,58 ao final de 2015, embora tenha registrado incremento de 12,6% no ano (DIEESE, 2016; IBGE, 2016b).

2.2 Expectativas

O cenário internacional é de restrição econômica e de incertezas em 2016 em face dos desdobramentos da crise econômica global de 2008 e tendo em vista uma combinação inter-relacionada de fatores, a exemplo do fim do chamado superciclo das *commodities*; a trajetória de depreciação das moedas dos países emergentes, incluindo o Real brasileiro em relação ao Dólar norte-americano; a instabilidade da economia chinesa; a capacidade ociosa em diferentes segmentos manufatureiros; além dos conflitos no Oriente Médio, África e Ásia com repercussões geopolíticas, econômicas e sociais em termos globais.

A economia mundial deverá crescer 3,4% em 2016, mesma taxa prevista para o comércio internacional. O PIB dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento deverá expandir 2,1% e 4,3% em 2016, respectivamente. Os preços das principais matérias-primas tenderão a continuar caindo com repercussões negativas nos países que dependem das exportações desses produtos (Banco Mundial, 2016; FMI, 2016).

Nos países em desenvolvimento, a redução da expansão econômica deverá impactar no processo de diminuição da pobreza no curto prazo, podendo ainda inviabilizar o desenvolvimento sustentável em médio prazo. Para evitar tal cenário e estimular o crescimento inclusivo, torna-se fundamental aperfeiçoar a coordenação das políticas a níveis nacional, regional e global.

Em relação ao Brasil, o BNB/ETENE estima que o PIB do País deva retrair 3,1% em 2016, com a indústria e os serviços recuando 6,0% e 2,5%, respectivamente, enquanto que a agropecuária tenderá a expandir 2,0%. A expectativa é que, não ocorrendo mudança na confiança dos agentes econômicos, o Nordeste mantenha a trajetória de retração iniciada em 2015, com o PIB regional decrescendo aproximadamente 2,0% em 2016.

Apesar do arrefecimento da economia, existem expectativas favoráveis para alguns setores, a exemplo da agropecuária e turismo, além de segmentos considerados essenciais como alimentação, medicamentos, combustíveis em conjunto com os serviços industriais de utilidade pública. Contribuem para essas perspectivas a queda do preço dos combustíveis, a desvalorização cambial e a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 no País.

Contudo, as perspectivas são ainda de desaceleração do nível da atividade econômica no Brasil e no Nordeste em 2016. Caso referido cenário não seja revertido, os novos investimentos produtivos ficarão inviabilizados em conjunto com a redução do consu-

mo das famílias e desfavorecendo a criação de novos postos de trabalho.

Conforme as projeções do BNB/ETENE, o Nordeste deverá sofrer perdas de aproximadamente R\$ 236 milhões tendo em vista as mudanças nos índices de repartição do FPE. Por outro lado, as contas externas tenderão a melhorar em 2016, com as exportações alcançando US\$ 200 bilhões e as importações declinando para US\$ 158 bilhões, gerando um superávit de US\$ 42 bilhões na balança comercial do País, representando o dobro do sado obtido em 2015. O déficit no balanço de transações correntes deverá cair drasticamente em 2016, devendo somar US\$ - 18,0 bilhões, representando aproximadamente 0,9% do PIB. Estima-se a entrada de US\$ 50,0 bilhões de investimento direto estrangeiro no Brasil em 2016. A taxa de câmbio tenderá a cair em consequência da melhora no balanço de pagamentos, devendo situar-se na faixa de R\$ 3,04/US\$.

Por sua vez, o IPCA deverá declinar para 7,2% em 2016, aproximando-se da meta estabelecida pelo Banco Central (6,5%). Projeta-se ainda uma expansão de 6,2% na oferta de crédito no País com a taxa Selic permanecendo elevada, 14,25% ao final de 2016.

Tendo em vista a retração econômica e a queda das receitas de arrecadação de impostos, a proposta de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) permitirá que a União amplie o déficit primário e modifique a meta fiscal, proporcionando um novo alento para a economia do País. Os recursos serão destinados para a saúde, defesa e exportações e somam R\$ 9,0 bilhões em investimentos, especialmente a retomada de obras em estágio final, incluídas a ferrovia Norte-Sul e a transposição do Rio São Francisco.

A queda contínua do investimento e do PIB representa uma ameaça para o mercado de consumo de massa que foi ampliado na última década no Brasil, quando a renda média domiciliar *per capita* cresceu em torno de 56% em termos reais e a taxa de pobreza extrema caiu aproximadamente 65%.

O recente ciclo de desenvolvimento foi impulsionado pela demanda: aumento da renda, promovido por um conjunto de ações sociais e econômicas e pelos empregos gerados nas grandes obras de infraestrutura. Essa nova dinâmica impulsionou o aumento do consumo, expandiu a produção e fortaleceu novas oportunidades de investimento. Contudo, o círculo virtuoso de crescimento nos segmentos de comércio e serviços locais necessita ser acompanhado e promovido por uma expansão da oferta, que supõe a ampliação e

modernização do parque produtivo do Brasil, a implementação de investimentos públicos em infraestrutura e a qualificação de mão de obra.

Torna-se fundamental ainda o fortalecimento de políticas que promovam a redução da desigualdade, a exemplo de investimentos em educação, saúde e infraestrutura, além do fortalecimento das redes de proteção social.

Referências

BACEN-BANCO CENTRAL (2016). *Economia e finanças: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito*. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 08.03.2016.

BANCO MUNDIAL (2016). *Commodity markets outlook*. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/pubdocs/publicdoc/2016/1/991211453766993714/CMO-Jan-2016-Full-Report.pdf>. Acesso em: 07.03.2016.

BRASIL (2016a). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Balança comercial: unidades da federação*. Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=5324&refr=1076>. Acesso em: 05.02.2016.

_____. (2016b). Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. *Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED). Evolução de emprego no Brasil e Nordeste 2005 a 2015*. Acesso em: 08.03.2016.

_____. (2016c). Ministério da Fazenda. *Boletim do ICMS*. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>. Acesso em: 28.02. 2016.

_____. (2016d). Ministério da Fazenda. *Boletim do FPE e FPM e transferências discricionárias*. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp. Acesso: 29.02.2016.

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Cesta básica*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015>. Acesso em 30.01.2016.

FMI-FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2016). *World economic outlook update*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/update/01/>. Acesso em: 08.03.2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a). *Indicadores IBGE – Contas nacionais trimestrais – Indicadores de volume e valores correntes – Outubro/Dezembro 2015*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>. Acesso em: 20.03.2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016b). *Sistema nacional de índices de preços ao consumidor*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1419&z=ia&o=3&i=p>. Acesso em 31.01.2016.

NAÇÕES UNIDAS (2016). *World economic situation and prospects 2016*. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2016wesp_ch1_en.pdf. Acesso em: 08.03.2016.

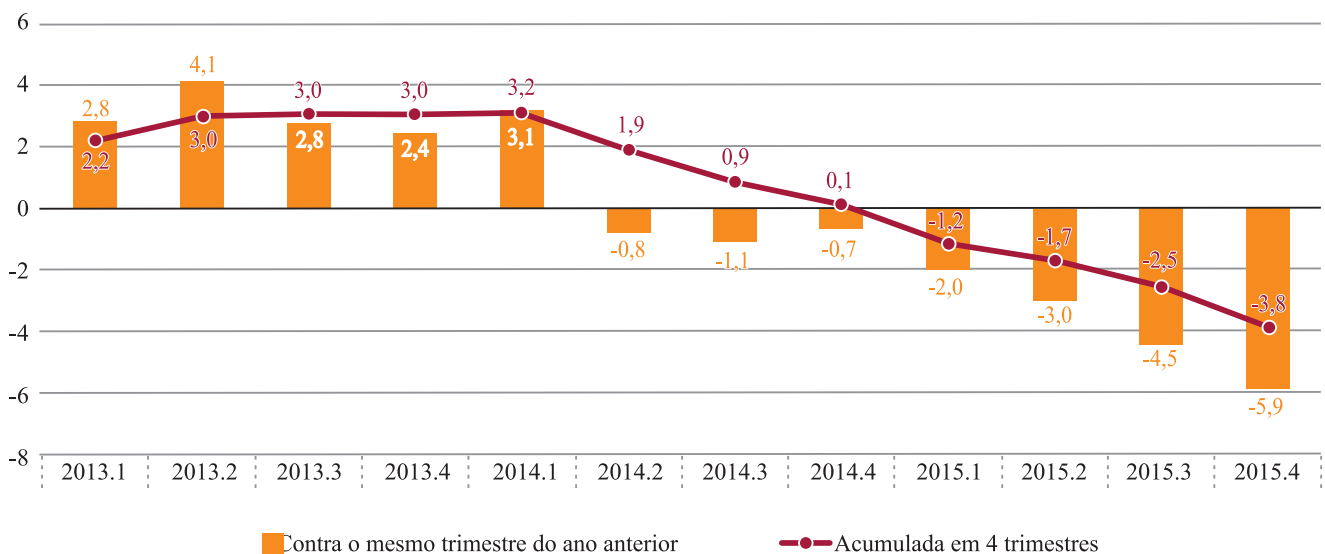
3. ATIVIDADE ECONÔMICA

3.1. PRODUTO INTERNO BRUTO

O produto interno bruto-PIB do Brasil registrou queda de 3,8% em 2015 em relação a igual período de 2014. Na comparação da variação acumulada em quatro trimestres, percebe-se o processo de perda de

dinamismo da economia brasileira, que após iniciar 2014 com crescimento de 3,1%, apresentou desaceleração nos sete trimestres seguintes, registrando, ainda, quedas consecutivas ao longo de 2015 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – PIB: Evolução das taxas de crescimento trimestral e acumulado em quatro trimestres (em %) – 2013.1 a 2015.4



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do (IBGE, 2016a).

Sob a ótica da oferta, a agropecuária cresceu 1,8% enquanto que indústria e serviços recuaram 6,2% e 2,7%, respectivamente, em 2015. A agropecuária foi beneficiada pelo desempenho da agricultura, com destaque para a produção de grãos, particularmente soja e milho. Por outro lado, algumas lavouras registraram decréscimo de produção anual, a exemplo do trigo, café e laranja. No caso da pecuária, silvicultura e extração vegetal o desempenho foi modesto no ano em análise.

Quanto à indústria cabe destacar o desempenho do segmento extrativo mineral, com destaque para petróleo, gás natural e minérios ferrosos. Contudo, a indústria de transformação, a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública-SIUP sofreram retração. A deterioração da confiança dos empresários, a elevação das taxas de juros, o intenso corte do investimento público e a redução das inversões da Petrobras e do setor de construção civil contribuíram para esses resultados.

Os serviços, inclusive o comércio, registraram decréscimo em 2015. Por outro lado, o turismo foi beneficiado tendo em vista que a movimentação operacional nos principais aeroportos do País totalizou um

recorde de 212,2 milhões de passageiros embarcados e desembarcados em 2015.

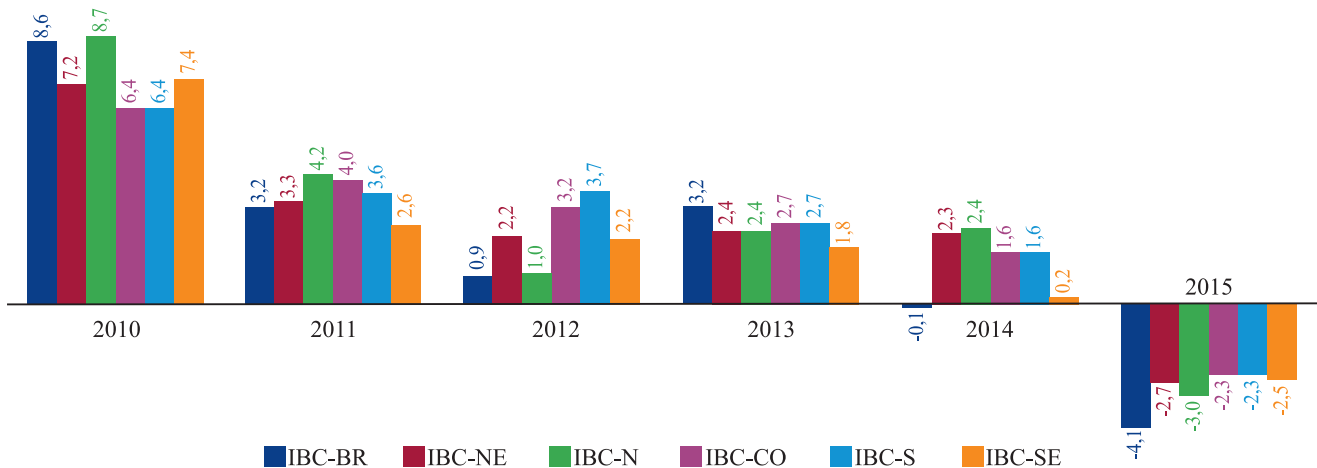
Analisando-se o PIB sob a ótica da despesa, a formação bruta de capital fixo declinou 14,1% em 2015, em função da queda da produção interna, em especial na construção civil, além do recuo na importação de bens de capital. A despesa de consumo das famílias caiu 4,0%, em função da deterioração dos indicadores de inflação, juros, crédito, emprego e renda no ano em análise. A despesa do consumo do governo, por sua vez, declinou 1,0%. A taxa de investimento e a taxa de poupança alcançaram 18,2% e 14,4% do PIB, respectivamente, em 2015.

Em valores correntes o PIB do Brasil totalizou R\$ 5,9 trilhões e o PIB *per capita* alcançou R\$ 28.876 em 2015. O valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços alcançou R\$ 263,6 bilhões, R\$ 1.149,4 bilhões e R\$ 3.642,3 bilhões, respectivamente. A despesa de consumo das famílias totalizou R\$ 3.741,9 bilhões, a despesa de consumo do governo R\$ 1.192,4 bilhões e a formação bruta de capital fixo R\$ 1.072,5 bilhões (IBGE, 2016a).

Os índices de atividade econômica do Banco Central sinalizou redução no desempenho da economia tanto no Brasil quanto nas regiões em 2015 (Gráfico 2). De acordo com esses indicadores, o recuo

no Brasil (-4,1%) foi mais expressivo, seguido pela desaceleração no Norte (-3,0%), Nordeste (-2,7%), Sudeste (-2,5%), Centro-oeste (-2,3%) e Sul (-2,3%) (BACEN, 2016).

Gráfico 2 – Evolução das taxas de crescimento anual do Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-BR) e do Índice de Atividade Econômica Regional (IBC-R) – 2010 a 2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN (2016).

Em relação ao Nordeste, estima-se que os três setores registraram declínio em 2015. Quanto à agricultura, a produção de grãos deverá reduzir 2,8%, quando se compara a safra 2015/2016 (16,2 milhões de toneladas) com a colheita 2014/2015 (16,6 milhões de toneladas). Referido resultado foi influenciado pelo atraso nos plantios por conta de irregularidades climáticas no Cerrado, principal polo de grãos da Região. A produção de cana-de-açúcar declinou no Nordeste (embora tenha crescido em Pernambuco), passando de 55,6 milhões de toneladas (safra 2014/15) para 51,5 milhões de toneladas (safra 2015/16), o que representa uma redução de 7,4%, resultado tanto da queda no rendimento agrícola quanto da redução da área plantada (CONAB, 2016).

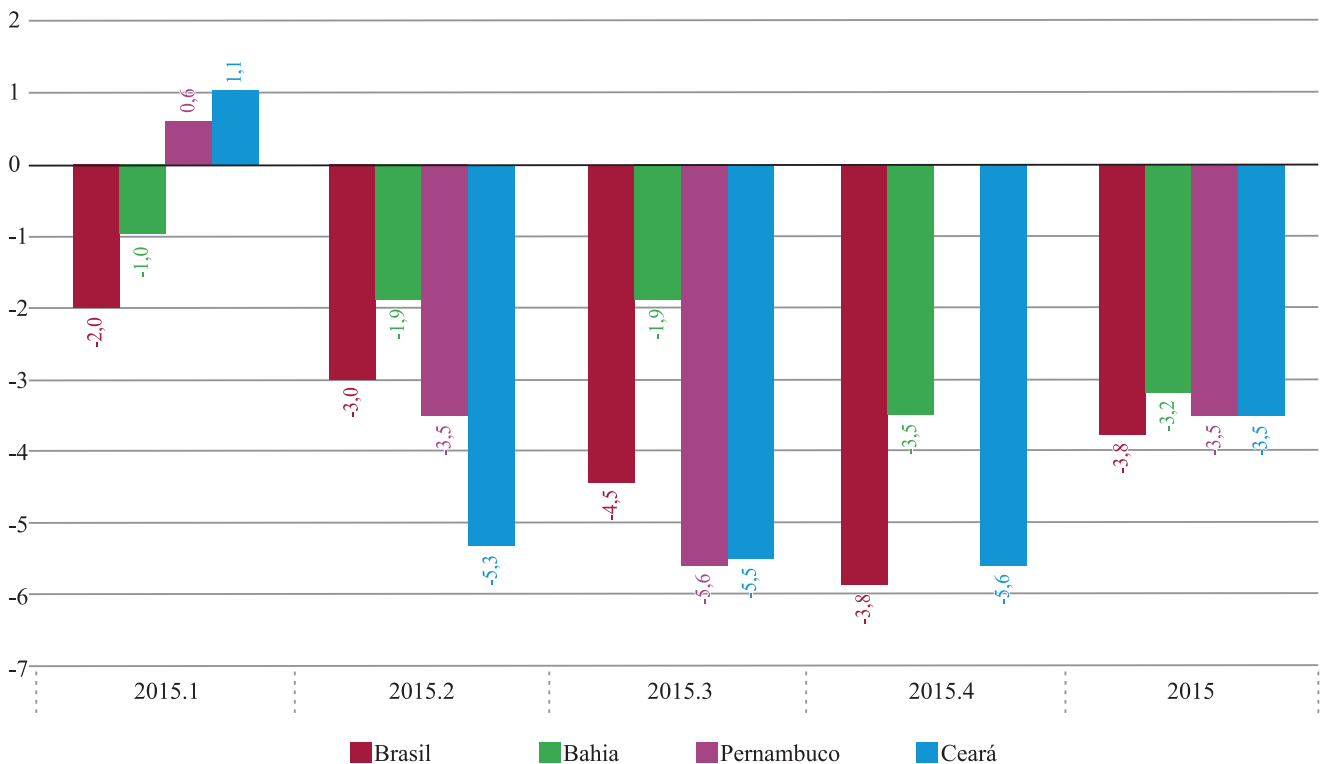
A produção industrial para o Nordeste registrou queda de 2,8% em 2015 comparativamente a 2014. Entre os 15 setores pesquisados, apenas três obtiveram crescimento, ou seja, fabricação de veículos automotores (29,3%), celulose e papel (7,4%) e produtos alimentícios (0,8%). Os maiores recuos da produção industrial na Região ocorreram nos segmentos de vestuário e acessórios (-16,0%), têxteis (-13,6%) e

metalurgia (-13,0%). Contribuíram para esse desempenho a retração da demanda doméstica, influenciada pela política econômica restritiva, marcada por juros altos, ajuste fiscal severo e consequente retração dos investimentos públicos (IBGE, 2016b).

O setor de serviços, inclusive as vendas do comércio varejista e atacadista, declinou em todos os estados do Nordeste. Por outro lado, o turismo foi beneficiado tendo em vista que a movimentação operacional nos principais aeroportos do Nordeste totalizou um recorde de 34,3 milhões de passageiros embarcados e desembarcados em 2015.

Estima-se que o PIB das três maiores economias da Região, isto é, Bahia (-3,2%), Ceará (-3,5%) e Pernambuco (-3,5%) registraram recuo de -3,2%, -3,5% e -3,5%, respectivamente, em 2015 (Gráfico 3). Esse resultado sugere que o PIB do Nordeste declinou em 2015, uma vez que referidas economias contribuem com aproximadamente 60% do PIB do Nordeste (CONDEPE/FIDEM, 2016; IBGE, 2016a; IPECE, 2016; SEI, 2016).

Gráfico 3 – Evolução das taxas de crescimento do PIB trimestral e anual, Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará – 2015.I a 2015.IV



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016a), CONDEPE/FIDEM (2016), IPECE (2016) e SEI (2016).

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) estima em 3,5% a retração no nível de atividade econômica da Bahia em 2015 em comparação com 2014. O setor agropecuário cresceu 5,8% em 2015 influenciado pela safra de grãos, conforme IBGE (2016c). A safra de grãos da Bahia foi estimada em 9,4 milhões de toneladas para 2015/2016, apontando crescimento de 17,1% em relação à colheita do período anterior, com destaque para soja e feijão.

A indústria da Bahia recuou 5,0% em 2015 em relação a 2014. Apenas a extrativa mineral obteve crescimento de 4,1% no ano. A retração do setor industrial da Bahia foi influenciada pela indústria de transformação (-10,2%) e pela construção civil (-6,0%), enquanto que a atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza teve queda pouco expressiva (-0,5%) (SEI, 2016).

No setor de serviços, a queda de 2,5% foi puxada pela atividade de comércio (-8,5%), transportes (-6,1%) e administração pública (-0,8%), que representam mais de 50% do setor. A atividade de aluguel, entretanto, apresentou alta de 2,9% em 2015 em relação a 2014 (SEI, 2016).

O Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco registrou queda de 3,5% em 2015 em relação ao ano anterior de acordo com o CONDEPE/FIDEM (2016).

A agropecuária obteve crescimento de 5,0%, tendo sido relevante para amenizar os impactos da queda do PIB do Estado. A agricultura aumentou 4,3% e a pecuária 6,9%. Destaque para o desempenho da manga, uva, cana-de-açúcar, mandioca, além da produção de ovos e leite.

A indústria, por sua vez, apresentou um recuo de 6,6%. A construção civil retraiu 11,8%, enquanto que a produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana, recuou 5,0% e a indústria da transformação decresceu 2,3%.

O setor de Serviços decresceu 2,7%, quando comparado a 2014. As atividades que mais influenciaram neste resultado foram comércio (-8,0%) e transportes (-5,2%). A atividade comercial foi negativamente impactada pela retração dos rendimentos salariais. Por sua vez, os ramos comerciais considerados essenciais mostraram desempenho positivo, a exemplo de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (7,3%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (3,3%).

O PIB do Ceará declinou 3,5% em 2015 em relação ao ano anterior, com recuos na agropecuária (-24,9%), indústria (-4,6%) e serviços (-2,4%). De acordo com IPECE (2016), a retração da agropecuária do Ceará reflete a queda na produção de culturas que possuem

um peso importante nesse setor. Nesse contexto, as estimativas de IBGE (2016b) indicam uma redução na produção de grãos no Ceará comparada à produção obtida em 2014, em função dos seguidos anos de seca. Cabe mencionar as quedas na produção de algodão (-95,6%), fava (-52,4%), milho (-62,4%), mamona (-40,6%), feijão (-38,1%), arroz (-38,2%) e mandioca (-25,0%).

Segundo as estimativas do IPECE (2016), as maiores perdas do setor industrial foram registradas pela indústria de transformação (-9,7%) e extrativa mineral (-9,3%), enquanto, construção civil e eletricidade, gás e água (SIUP) tiveram crescimento de 0,4% e 0,2%, respectivamente. No setor de serviços, as maiores perdas foram registradas pela intermediação financeira (-7,7%), transportes (-5,5%) e comércio (-2,5%).

A retração econômica no Nordeste em 2015 ocorreu em função dos impactos do ajuste macroeconômico em curso no País, com repercussões nos repasses constitucionais para estados e municípios, e considerando os efeitos do recuo do nível de confiança de consumidores e empresários. A produção industrial e as vendas do comércio sofreram redução por conta do atual cenário, enquanto que parte da produção agrícola foi afetada por fatores climáticos.

Referências

BACEN-Banco Central (2016). *Boletim regional – Janeiro 2016*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/direita>.

o=2016&acaoAno=ABRIR&mes=01&acaoMes=ABRIR. Acesso em: 14.03.2016.

CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento (2016). *Acompanhamento de safra brasileira: grãos, Safra 2015/2016, Sexto Levantamento, Março 2016*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_03_11_15_20_36_boletim_gaos_marco_2016.pdf. Acesso em: 11.03.2016.

CONDEPE/FIDEM-Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (2016). *Desempenho da economia pernambucana em 2015*. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br>. Acesso em: 14.03.2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a). *Indicadores IBGE – Contas nacionais trimestrais – Indicadores de volume e valores correntes – Outubro/Dezembro 2015*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>. Acesso em: 20.03.2016.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016b). *Pesquisa Industrial mensal: produção física. Tabela 3653 - Produção física industrial, por seções e atividades industriais*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3653&z=t&o=22>. Acesso em: 14.03.2016.

_____. (2016c). *LSPA – Levantamento sistemático da produção agrícola*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Fasciculo_Indicadores_IBGE/estProdAgr_201602.pdf. Acesso em: 10.03.2016.

IPECE-Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2016). *PIB Trimestral do Ceará: 4º Trimestre de 2015*. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/APRESENTACAO_PIB_4o_TRIM2014.pdf. Acesso em: 14.03.2016.

SEI-Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016). *PIB da BAHIA: 4º Trimestre de 2015*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pps/estadual/trimestral/pib_est_trimes_4_15.pdf. Acesso em: 15.03.2016.

3.2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Agricultura

A safra nacional de grãos 2015/2016 está estimada em 210,3 milhões de toneladas, segundo o sexto levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2016a), acréscimo de 1,3% em relação à safra 2014/2015, devido ao incremento de 4,9 milhões de toneladas na safra de soja (5,1% sobre a safra anterior), que compensou a redução em outras culturas representativas, como o milho (-1,15 milhão de toneladas, ou -1,4%) e arroz (-1,2 milhão de toneladas, ou -9,8%) (Tabela 1).

A área cultivada no País, para a safra 2015/2016, deverá elevar-se em 1% (554,7 mil hectares) em relação à safra anterior, totalizando 58,5 milhões de hectares. A cultura da soja detém quase 57% da área, com uma estimativa de aumento de 1,1 milhão de hectares em relação à safra 2014/2015 (3,6%), enquanto a maior redução, entre as culturas representativas, está no arroz, 265 mil hectares, ou -11,6%, motivada por problemas

climáticos na atual safra na região Sul, a maior produtora. As chuvas intensas e frequentes fizeram com que a semeadura da lavoura fosse postergada, ficando fora da época ideal. Com o aumento da produção e da área, ainda que em pequena escala, subiu ligeiramente a produtividade nacional de grãos, que passou de 3.585 para 3.595 kg/ha (0,3%) (CONAB, 2016a).

No Nordeste, tanto área como produção deverão se reduzir na comparação das duas safras, em -1,5% e -2,8%, respectivamente, com redução significativa de produção no Maranhão (-13,7%), principalmente por problemas na produção de arroz, milho e soja, pelo atraso nos plantios por conta de irregularidades climáticas (atraso no início ou veranicos após as primeiras chuvas) ou do ataque de pragas, havendo também quedas em menor escala na Bahia (-0,9%) e no Piauí (-3,8%), integrantes da confluência do chamado MATOPIBA, importante fronteira de produção de grãos no Brasil.

Tabela 1 – Brasil: Comparativo de área, produtividade e produção de grãos - Safras 2014/2015 e 2015/2016*

REGIÃO /UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)
NORTE	2.489,8	2.487,0	-0,1	3.205	3.018	-5,8	7.979,2	7.506,7	-5,9
NORDESTE	8.120,7	8.000,1	-1,5	2.049	2.022	-1,3	16.643,2	16.179,6	-2,8
MA	1.728,7	1.463,4	-15,3	2.392	2.437	1,9	4.134,2	3.566,8	-13,7
PI	1.410,6	1.393,5	-1,2	2.222	2.165	-2,6	3.134,3	3.016,5	-3,8
CE	907,7	944,4	4,0	336	434	29,3	304,8	410,3	34,6
RN	59,3	59,3	0,0	373	459	23,0	22,1	27,2	23,1
PB	122,9	213,1	73,4	299	388	29,6	36,8	82,6	124,5
PE	460,1	460,1	0,0	320	399	24,6	147,4	183,5	24,5
AL	79,9	79,9	0,0	841	755	-10,3	67,2	60,3	-10,3
SE	214,8	214,8	0,0	3.389	3.901	15,1	728,0	838,0	15,1
BA	3.136,7	3.171,8	1,1	2.572	2.521	-2,0	8.068,4	7.994,4	-0,9
CENTRO-OESTE	22.873,4	23.207,5	1,5	3.855	3.899	1,1	88.167,1	90.489,0	2,6
SUDESTE	5.105,3	5.162,4	1,1	3.772	4.006	6,1	19.257,4	20.681,9	7,4
SUL	19.341,3	19.644,2	1,6	3.910	3.841	-1,8	75.619,6	75.541,9	-0,2
NORTE/NORDESTE	10.610,5	10.487,1	-1,2	2.321	2.259	-2,7	24.622,4	23.686,3	-3,8
CENTRO/SUL	47.320,0	48.014,1	1,5	3.868	3.887	0,5	183.044,1	186.622,8	2,0
BRASIL	57.930,5	58.501,2	1,0	3.585	3.595	0,3	207.666,5	210.309,1	1,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Conab (2016a). (*) Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª. 2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª.2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Algodão

Conforme o sexto levantamento para a safra 2015/2016, de autoria da CONAB (2016a), a produção brasileira de algodão em caroço (pluma mais caroço), em 2015, foi de 3,9 milhões de toneladas, com a produção nordestina representando 31% deste total (1,2 milhão de toneladas). Para 2015/2016, a estimativa de área plantada no Brasil é de 959,2 mil hectares, uma redução de 1,7% em relação à safra passada. A alta do dólar norte-americano estimula as importações, por um lado, mas encarece os insumos importados, por outro, e o saldo dessa conta não anima a produção, que deve cair 3,5% no País (Tabela 2).

No Nordeste, a redução de área deverá ficar em 11,9% e a de produção em 11,4%, enquanto a produtividade pouco deverá se alterar, com alta de 0,5%. Os três maiores estados produtores, Maranhão, Piauí e Bahia, seguem a mesma tendência, com redução de área (-2,8%, -52,8%, -10,6%) e de produção (-1,6%, -51,4% e -10,4%, respectivamente), embora haja ganhos de produtividade de até 3%, no caso do Piauí.

Os altos custos de produção, preços mais atraentes de culturas concorrentes, como milho e soja, e estoques de passagem mundiais ainda altos, que não favorecem aumentos de preço, motivam os produtores a reduzir área e produção da cotonicultura.

Tabela 2 – Algodão em caroço: Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2014/2015 e 2015/2016

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)
NORTE	7,7	7,0	-9,1	3.830	4.099	7,0	29,5	28,7	-2,7
NORDESTE	317,8	283,3	-10,9	3.851	3.839	-0,3	1.223,7	1.087,6	-11,1
MA	21,4	24,3	13,6	3.984	3.661	-8,1	85,3	89,0	4,3
PI	14,2	6,7	-52,8	3.536	3.466	-2,0	50,2	23,2	-53,8
CE	0,4	0,4	0,0	306	632	106,5	0,1	0,3	200,0
RN	0,3	0,3	0,0	4.500	4.500	0,0	1,4	1,4	0,0
PB	0,2	0,1	-50,0	1.210	1.148	-5,1	0,2	0,1	-50,0
PE	0,1	0,1	0,0	512	512	0,0	0,1	0,1	0,0
AL	0,1	0,1	0,0	490	495	1,0	-	-	-
BA	281,1	251,3	-10,6	3.836	3.874	1,0	1.086,4	973,5	-10,4
CENTRO-OESTE	627,6	636,9	1,5	4.106	3.982	-3,0	2.576,8	2.536,1	-1,6
SUDESTE	22,2	24,0	8,1	3.574	3.692	3,3	79,4	88,6	11,6
SUL	0,9	0,9	0,0	2.179	2.179	0,0	2,0	2,0	0,0
NORTE/NORDESTE	325,5	290,3	-10,8	3.850	3.845	-0,1	1.253,2	1.116,3	-10,9
CENTRO/SUL	650,7	661,8	1,7	4.085	3.969	-2,8	2.658,2	2.626,7	-1,2
BRASIL	976,2	952,1	-2,5	4.007	3.931	-1,9	3.911,4	3.743,0	-4,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CONAB (2016a).

Conforme dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro, gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2016a), a exportação brasileira de pluma, em 2015, totalizou 834,2 mil toneladas, um acréscimo de 11,4% em relação à exportação contabilizada em 2014, com 748,6 mil toneladas.

Em 2015, as cotações internacionais do algodão registraram ligeira recuperação depois da trajetória de queda de cerca de 30%, entre março de 2014 e janeiro de 2015, motivada pela desvalorização internacional do dólar e do petróleo (com a qual as fibras sintéticas ganham competitividade), e também pela percepção de

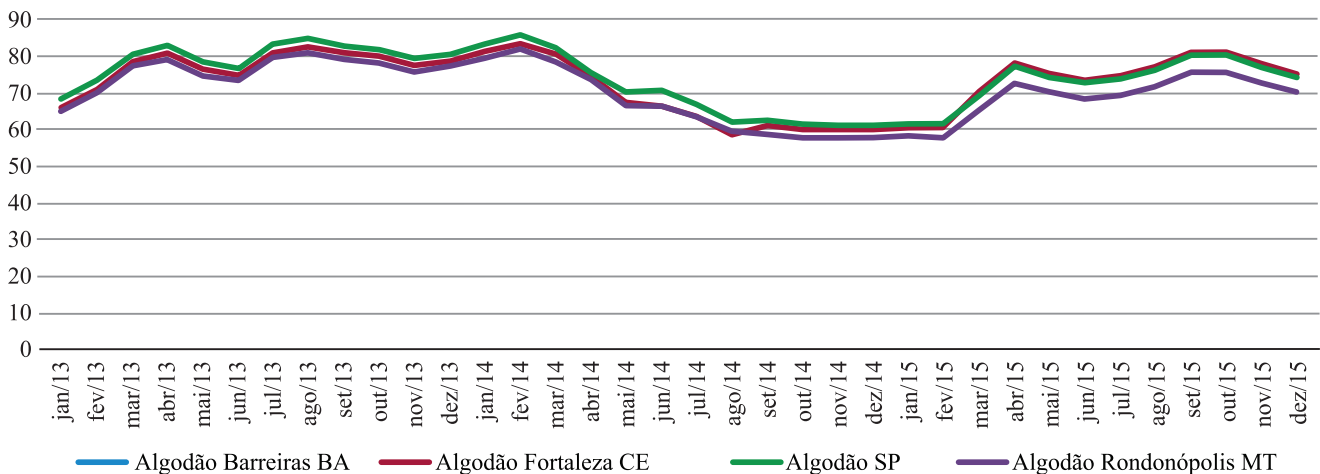
que a economia mundial será afetada negativamente pelo menor crescimento da economia chinesa. Durante 2015, a libra-peso foi negociada na bolsa de Nova Iorque entre US\$ 0,5923 (janeiro) e US\$ 0,6318 (dezembro), chegando a US\$ 0,6551 em agosto. A produção mundial, segundo o Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC, sigla em inglês) ficou em 22,77 milhões de toneladas de pluma em 2015, a menor dos últimos seis anos (CONAB, 2016b).

O ano de 2015 foi de alta nos preços nacionais do algodão, em contraste com a tendência de 2014 (Gráfico 1). Com o dólar em alta favorecendo a exportação durante 2015, as vendas externas aumentaram e

contratos de exportação foram firmados antes mesmo da colheita daquela safra se iniciar. A cotação internacional subiu 21% em março, algo que não acontecia desde o aumento histórico de 2011, e as indústrias nacionais também demandaram algodão, reduzindo a disponibilidade e aumentando os preços. Em maio, as cotações recuaram, não só pela cautela dos comprado-

res, como pela baixa qualidade dos lotes oferecidos. A colheita, que deveria se iniciar em julho, atrasou, e com a maior procura, os preços voltaram a subir, atingindo em outubro o maior valor nominal de 2015, R\$ 2,3656/libra-peso. Com a pluma colhida chegando ao mercado, os preços voltaram a se reduzir nos meses seguintes, apesar da baixa qualidade (CEPEA, 2016a).

Gráfico 1 – Evolução dos preços da arroba da pluma de algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2013 a dezembro/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CMA (2016).

Café

As estimativas mundiais para as safras de café 2014/15 e 2015/16 estão detalhadas na Tabela 3, destacando-se os principais produtores e exportadores (Brasil, Vietnã, Colômbia e Indonésia) e os maiores consumidores mundiais (União Europeia, Estados Unidos e Brasil). Para a safra de 2015/16 está prevista a produção mundial de 150,1 milhões de sacas de 60 kg, aumento de 0,4%, o que representa 587 mil sacas a mais que a safra anterior.

Esse aumento deveu-se, principalmente, ao acréscimo na produção de 1,9 milhão de sacas do Vietnã e 1,8 milhão de sacas da Indonésia, compensando o déficit de 4,9 milhões de sacas da produção brasileira, cuja queda prevista foi de 9,0% em relação à safra 2014/2015 (Tabela 3).

O principal fator para o acréscimo de 6,9% na produção do Vietnã foi o aumento no rendimento em virtude da irrigação que se estendeu desde a floração até o estágio de cereja, enquanto se aguardava o retorno das chuvas normais (USDA, 2016a). Quanto à Indonésia, o acréscimo previsto de 20,5% na produção foi impulsionado pela recuperação na produção de Robusta, combinado com o clima favorável durante a floração do café (USDA, 2016a).

A produção da Colômbia deverá aumentar para 13,4 milhões de sacas em consequência do programa de replantio de variedade resistente à ferrugem, combinado com as condições climáticas normais (USDA, 2016a).

Quanto à produção brasileira, vale salientar que desde a safra de 2012/13 vem declinando (-14,0%), chegando em 2015/2016 quase ao patamar de 2011/2012, cuja produção foi de 49,2 milhões de sacas (Tabela 3 e Gráfico 2). Os motivos encontram-se detalhados mais adiante.

Entre as safras 2014/15 e 2015/16, as exportações mundiais cresceram 4,9%, atingindo uma quantidade recorde de 125,1 milhões de sacas, em função do melhor desempenho do Vietnã e Indonésia que acrescentaram, respectivamente, 6.645 mil e 1.040 mil sacas às suas exportações (Tabela 3).

Nesse mesmo período, o Brasil exportou 3.240 mil sacas a menos, queda de 8,9% em relação à safra anterior, como resultado do declínio de 9,0% de sua produção. Apesar disso, na safra 2015/16, ainda se manterá como o maior exportador mundial de 33,3 milhões de sacas, sendo 90,0% em forma de grãos, 9,9% de café solúvel e 0,1% de café torrado e moído (USDA, 2016a). Contudo, se o Brasil e o Vietnã continuarem com as mesmas tendências, possivelmente, na safra 2016/17, o Vietnã passará a primeiro exportador mundial de café (Tabela 3).

A União Europeia, principal importadora e consumidora mundial de café deverá aumentar suas importações para 45,5 milhões de sacas e o consumo para 43,9 milhões de sacas. Os Estados Unidos, segundo importador e consumidor mundial, também aumentará suas importações para 24,5 milhões de sacas e o consumo para 24,1 milhões de sacas. Estes dois, juntos, respondem por 59,6% das importações e por 45,9% do consumo mundiais de café, refletindo no crescimento mundial da importação e do consumo, cuja previsão

para a safra de 2015/16 é de 117,4 milhões de sacas e 148,3 milhões de sacas anuais, respectivamente (Tabela 3).

Para os estoques mundiais, a previsão é de redução para 36,7 milhões de sacas, 5.842 mil sacas a menos que a safra 2014/2015, em virtude da queda dos estoques do Brasil (-44,7%) e do Vietnã (-28,2). Por outro lado, a União Europeia e os Estados Unidos manterão seus estoques praticamente inalterados (Tabela 3).

Tabela 3 – Estimativas mundiais de produção, consumo, exportação, importação e estoque final de café (milhões de sacas de 60 kg)

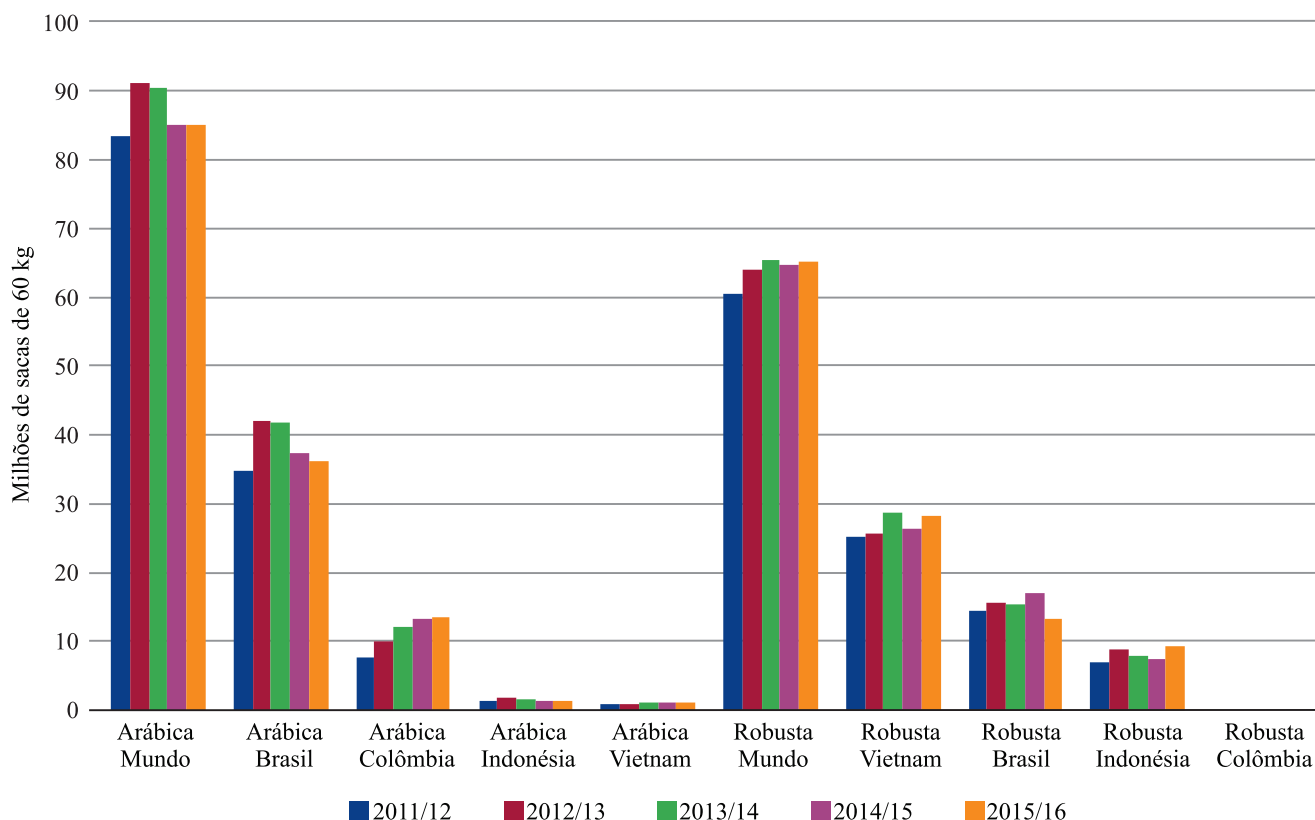
Países	Safras	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
Brasil	2014/15	54,3	0,0	20,3	36,6	9,4
	2015/16	49,4	0,0	20,3	33,3	5,2
Vietnã	2014/15	27,4	0,6	2,2	22,1	5,8
	2015/16	29,3	0,4	2,6	28,7	4,2
Colômbia	2014/15	13,3	0,2	1,5	12,1	0,9
	2015/16	13,4	0,3	1,4	12,2	0,9
União Europeia	2014/15	0,0	45,1	43,6	1,5	12,4
	2015/16	0,0	45,5	43,9	1,6	12,5
Estados Unidos	2014/15	0,0	24,0	23,6	0,0	6,1
	2015/16	0,1	24,5	24,1	0,0	6,1
Indonésia	2014/15	8,8	1,3	3,1	7,0	0,1
	2015/16	10,6	0,6	3,1	8,1	0,1
Mundo	2014/15	149,5	116,9	145,5	119,3	42,5
	2015/16	150,1	117,4	148,3	125,1	36,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do USDA (2016a)

O Gráfico 2 apresenta um comparativo da produção mundial e principais produtores dos cafês Arábica e Robusta, no período de 2011/12 a 2015/16. Para o biênio 2015/16, a expectativa é de aumento da produção mundial de 64 mil sacas do café Arábica e de 523 mil sacas do café Robusta, alcançando as respectivas quantidades de 85,0 milhões e 65,1 milhões de sacas de 60kg. O Brasil é o maior produtor mundial de café Arábica, com previsão de 36,1 milhões de sacas, se-

guido pela Colômbia, com 13,4 milhões de sacas. O maior produtor mundial de café Robusta é o Vietnã, com 28,2 milhões de sacas e o segundo, o Brasil, com produção de 13,3 milhões de sacas. A participação da produção de Arábica, no Brasil, é de 73,1% e a de café Robusta, 26,9%. O terceiro produtor mundial de café Robusta é a Indonésia, cuja produção prevista é de 9,3 milhões de sacas (Gráfico 1).

Gráfico 2 – Comparativo de produção mundial dos cafés arábica e robusta



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do USDA (2016a)

De acordo com a quarta estimativa de café da CO-NAB (2016c) para a safra 2015, a área plantada no País com os cafés Arábica e Conilon⁴ totalizará 1,92 milhão de hectares, redução de 2,0%, correspondente a 38.595 hectares a menos em relação à safra 2014. Em termos absolutos, as maiores reduções de área ocorreram em Minas Gerais (-39.676 ha) e Bahia (-5.261 ha). No Espírito Santo, a área não foi alterada (Tabela 4).

Em Minas Gerais, a redução foi provocada pelo aumento das podas nos cafezais, visando à recuperação de lavouras e também para suavizar o ciclo de bionalidade.

Na Bahia, a redução de área foi contrabalanceada pelo aumento de 2.628 ha na região do Atlântico. No Cerrado, a redução de área ocorreu em função do manejo e substituição por outros cultivos. Na região do Planalto, os produtores abandonaram ou erradicaram algumas áreas, desestimulados pelos frequentes veranicos nas últimas safras.

A produção brasileira de café beneficiado na safra de 2015 está estimada em 43.235 mil sacas. Em relação à safra de 2014, houve redução de 5,3%, em virtude das quedas de 1,7% do café Arábica e de 14,2% do

café Conilon. A queda de produção do Conilon foi devida principalmente em função da menor produtividade considerando as chuvas abaixo da média e de temperaturas acima da média no Espírito Santo, onde se localiza cerca de 70,0% da produção brasileira.

A queda na produção do Arábica foi devida as condições climáticas desfavoráveis em Minas Gerais e São Paulo, duas regiões que representam mais de 80% da produção brasileira dessa variedade.

Em Minas Gerais, principal produtor nacional, está prevista a produção de 22.303 mil sacas de café beneficiado para a safra 2015, redução de 2,8% em relação à safra anterior, em virtude não apenas das podas e da bionalidade da cultura, mas também, das condições climáticas desfavoráveis ao desenvolvimento dos ramos produtivos, aliados à impossibilidade de irrigação por restrições hídricas. No Norte de Minas Gerais, especificamente, o desenvolvimento das plantas foi prejudicado pela severa estiagem na safra de 2014 e o veranico no início de 2015, refletindo na redução da produtividade e queda de 25,4% da produção.

O Espírito Santo é o segundo maior produtor nacional de café e principal produtor de café Conilon do País, com estimativa de produção, em 2015, de 10.700 mil sacas de café beneficiado, das quais 7.761 mil são de café Conilon. A previsão de queda de produção total do Estado é de 16,4% em virtude da perspectiva

⁴ A espécie *Coffea canephora*, conhecida mundialmente pelo nome de café Robusta, devido sua rusticidade e resistência, sobretudo à ferrugem, agrupa várias cultivares, sendo as mais conhecidas, a cultivar Robusta propriamente dita e a cultivar Conilon ou Kouillou (NUNES *et al.*, 2005).

de decréscimo de 22,0% da produção de café Conilon em 2015, devido à conjunção de vários fatores: desestímulo às adubações e tratamentos culturais em virtude dos baixos preços em anos anteriores; podas intensas nas lavouras, principalmente naquelas menos tecnificadas; aumento da incidência da broca dos grãos em decorrência da falta de mão de obra; intenso vento frio durante a época da florada, levando à queda de flores e desfolhamento das lavouras com consequente redução do número de frutos nas rosetas; incidência de pragas e estresse hídrico (CONAB, 2016c).

A Bahia, quarto maior produtor nacional e principal produtor de café do Nordeste, tem produção estimada em 2.346 mil sacas de café beneficiado, queda de 1,1%

em relação à safra de 2014. No Cerrado baiano, onde a produção do café Arábica é irrigada estima-se 338 mil sacas, queda de 22,4% em virtude da diminuição de área em produção. No Planalto, onde predominam os pequenos produtores, a estimativa de produção do café Arábica é de 824 mil sacas, queda de 8,0% em relação à safra anterior, também devido à redução de área em produção. No Atlântico, onde se produz o café Conilon em regime de sequeiro, existem perspectivas favoráveis de aumento de 13,8% da produção em relação à safra 2014, podendo atingir 1.184 mil sacas de café beneficiado. Esse aumento foi devido ao acréscimo de área e de produtividade, pela melhoria nos tratamentos culturais da lavoura e baixa restrição climática (Tabela 4).

Tabela 4 – Café beneficiado - Comparativo de área e produção de sacas beneficiadas – Safras 2014 e 2015

REGIÃO/UF	ÁREA EM PRODUÇÃO (ha)			PRODUÇÃO (mil sacas beneficiadas)						
	Safra 2014	Safra 2015	VAR. %	Safra 2014			Safra 2015			Var. total
	(a)	(b)	(b/a)	Arábica	Conilon	Total	Arábica	Conilon	Total	%
NORTE	90.381	88.900	-1,6	0	1.546	1.546	0	1.741	1.741	12,6
RO	86.004	87.657	1,9	0	1.477	1.477	0	1.724	1.724	16,7
PA	4.377	1.243	-71,6	0	69	69	0	17	17	-75,8
NORDESTE	143.939	138.678	-3,7	1.331	1.040	2.371	1.162	1.184	2.346	-1,1
BA	143.939	138.678	-3,7	1.331	1.040	2.371	1.162	1.184	2.346	-1,1
Cerrado	11.973	9.129	-23,8	435	0	435	338	0	338	-22,4
Planalto	99.366	94.321	-5,1	896	0	896	824	0	824	-8,0
Atlântico	32.600	35.228	8,1	0	1.040	1.040	0	1.184	1.184	13,8
CENTRO-OESTE	26.252	26.364	0,4	239	164	402	228	126	354	-12,0
MT	20.115	20.189	0,4	2	164	166	2	126	128	-22,9
GO	6.137	6.175	0,6	237	0	237	226	0	226	-4,4
SUDESTE	1.654.259	1.613.623	-2,5	30.382	10.246	40.628	29.278	8.098	37.376	-8,0
MG	1.008.548	968.872	-3,9	22.644	297	22.942	21.966	337	22.303	-2,8
Sul e Centro-Oeste	501.214	478.056	-4,6	10.804	0	10.804	10.808	0	10.808	0,0
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	174.369	170.634	-2,1	5.766	0	5.766	4.233	0	4.233	-26,6
Zona da Mata, Rio Doce e Central	293.337	287.340	-2,0	5.305	193	5.498	6.390	219	6.610	20,2
Norte, Jequitinhonha e Mucuri	39.628	32.842	-17,1	770	104	874	534	118	652	-25,4
ES	433.242	433.242	0,0	2.857	9.949	12.806	2.939	7.761	10.700	-16,4
RJ	12.783	12.538	-1,9	292	0	292	310	0	310	5,9
SP	199.686	198.971	-0,4	4.589	0	4.589	4.064	0	4.064	-11,4
SUL	33.251	44.500	33,8	559	0	559	1.290	0	1.290	130,9
PR	33.251	44.500	33,8	559	0	559	1.290	0	1.290	130,9
OUTROS	12.587	10.009	-20,5	93	40	133	90	38	128	-3,3
BRASIL	1.960.669	1.922.074	-2,0	32.603	13.036	45.639	32.048	11.187	43.235	-5,3

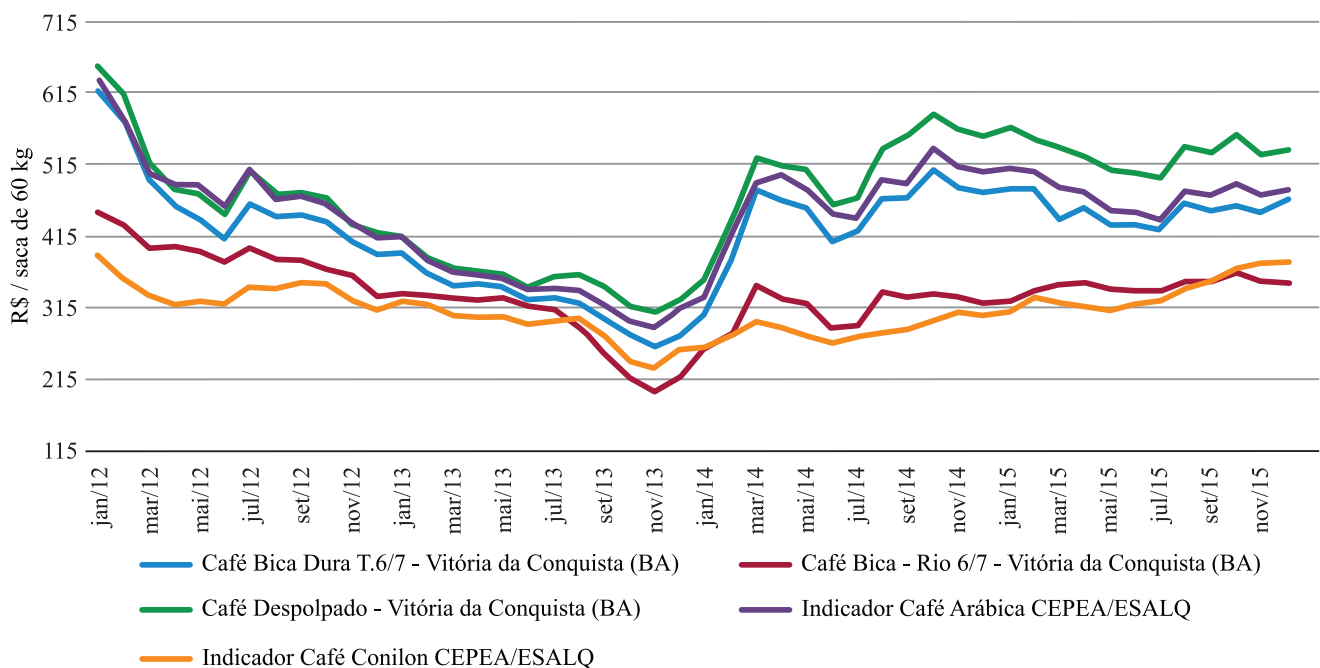
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CONAB (2016c).

Segundo o índice CEPEA/ESALQ, o café Arábica, em dezembro/2015, foi cotado em R\$ 478,45/saca de 60kg, queda de 5,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O café Conilon foi cotado em R\$ 378,90/saca, aumento de 24,4% no mesmo período. Em Vitória da Conquista, os cafés Bica Dura T.6/7 e Despolpado tiveram, em dezembro/2015, as respectivas cotações de R\$ 465,25/saca e R\$ 534,50/saca, desvalorização de 2,2% e 3,6% em relação a dezembro/2014; na mesma praça e período, a cotação do Café Bica-Rio

6/7 aumentou 8,9% para R\$ 350,25/saca (CEPEA, 2016b) (Gráfico 3).

Os preços internos do café Arábica oscilaram em 2015, devido às incertezas financeiras e produtivas. Os preços do café Conilon registraram aumentos gradativos a partir de maio de 2015, atingindo próximo aos patamares de janeiro de 2012. Essa valorização foi influenciada pela queda na produção da safra 2015/16 e pela redução dos estoques nos anos anteriores.

Gráfico 3 – Evolução dos preços da saca de 60 Kg, de janeiro de 2012 a dezembro de 2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de CEPEA (2016b) e CMA (2016).

Cana-de-Açúcar

De acordo com CONAB (2016d), a área cultivada com cana-de-açúcar na safra 2015/16 no País será inferior à da safra 2014/15. A produção de cana por sua vez deverá ser 3,8% superior, equivalente a 658 milhões de toneladas, como resultado do melhor rendimento da lavoura no centro-sul (Tabela 5).

Ao longo da última safra ocorreu maior direcionamento da matéria-prima para a produção de etanol, tendência que deverá continuar para a safra 2015/16. Referida tendência ocorre em função da urgência das usinas em fazer caixa em face dos seus elevados níveis de endividamento. Torna-se mais rápido obter recursos com venda de etanol para o mercado interno em comparação com a exportação do açúcar (REUTERS, 2016). Assim, espera-se uma redução de 2,7% na produção brasileira de açúcar (expectativa de 34,6 milhões de toneladas) frente à safra 2014/15 e aumento de 1,9%

na produção de etanol, estimada em 29,2 bilhões de litros. Desse total, 37,7% deverá ser anidro (11,0 bilhões de litros) e 62,3% hidratado (18,2 bilhões de litros) (CONAB, 2016d).

No Nordeste, a produção de cana continua em declínio, deverá passar de 55,6 milhões de toneladas (safra 2014/15) para 51,5 milhões de toneladas (safra 2015/16), o que representa uma redução de 7,4%, resultado da queda no rendimento agrícola que deverá ser 4,3% inferior, em conjunto com a redução da área em 3,3% (Tabela 5).

A menor produtividade da cana é atribuída ao déficit hídrico que ocorreu em 2015 e à insuficiência de tratos culturais, principalmente nas lavouras dos fornecedores de cana que respondem por elevado percentual da matéria-prima processada no Nordeste.

O déficit hídrico contribuiu ainda para a redução da área plantada, pois provocou perdas morte de parte do canavial. Alagoas, que é o maior produtor de cana-de

-açúcar na Região, deverá sofrer uma redução equivalente a 47 mil hectares em relação à safra 2014/15. Em termos de produção de cana no Estado, a expectativa é de queda de 18,9%.

Para Pernambuco, espera-se um pequeno crescimento da área plantada com cana na safra 2015/16, o equivalente a 1,5%, não sendo suficiente para compensar a redução da área de Alagoas (CONAB, 2016d).

Persistem no Nordeste as condições que provocaram a última crise do setor. Ademais da escassez

hídrica que vem ocorrendo na Região desde 2012, o setor encontra-se com elevado nível de endividamento, produtividade baixa e em declínio e parque industrial defasado.

Na última safra, a maior remuneração tanto para açúcar quanto para o etanol permitiu certo alívio para as empresas. Porém, esta não tem sido uma condição suficiente para reverter o quadro atual de dificuldades financeiras das usinas e destilarias da Região.

Tabela 5 – Cana-de-açúcar: Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2014/15 e 2015/16

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 14/15	Safra 15/16	Var %	Safra 14/15	Safra 15/16	Var %	Safra 14/15	Safra 15/16	Var %
NORTE	47,6	50,3	5,6	78.117	68.997	-11,7	3.717,60	3.467,10	-6,7
NORDESTE	979	947	-3,3	56.857	54.402	-4,3	55.662,80	51.519,20	-7,4
MA	38,8	40,9	5,5	60.592	60.284	-0,5	2.347,90	2.464,40	5
PI	13,9	13,5	-2,5	68.430	70.425	2,9	949,1	952,1	0,3
CE	1,8	2,3	27,8	72.473	74.196	2,4	130,5	170,7	30,8
RN	56	54,8	-2,1	48.040	49.962	4	2.688,80	2.737,40	1,8
PB	130,6	126,7	-3	48.292	48.125	-0,3	6.307,90	6.097,40	-3,3
PE	260,1	264	1,5	56.628	52.475	-7,3	14.730,60	13.855,00	-5,9
AL	385,3	338,3	-12,2	58.201	53.755	-7,6	22.422,50	18.183,20	-18,9
SE	44,4	49,4	11,1	53.498	54.593	2	2.376,40	2.694,20	13,4
BA	48,2	57,2	18,7	77.000	76.335	-0,9	3.709,10	4.364,20	17,7
CENTRO-OESTE	1.748,50	1.816,20	3,9	72.242	77.807	7,7	126.311,10	141.311,60	11,9
SUDESTE	5.593,10	5.584,90	-0,1	72.571	74.753	3	405.896,50	417.486,40	2,9
SUL	636,3	597,2	-6,1	67.856	75.210	10,8	43.179,00	44.917,50	4
BRASIL	9.004,50	8.995,50	-0,1	70.495	73.225	3,9	634.767,00	658.701,80	3,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CONAB (2016a).

As perspectivas de déficit global de açúcar para a safra 2015/16, após cinco safras de superávit, tem provocado aumento do preço do produto no mercado internacional.

As intempéries climáticas afetaram a produção de importantes produtores mundiais como o Brasil, Índia e União Europeia, dessa forma, espera-se uma redução de 1,7% na produção mundial de açúcar na safra 2015/16. Por outro lado, a demanda deverá ser 1,1% superior (USDA, 2016b).

Com a alta da cotação do açúcar no mercado internacional e o maior direcionamento da matéria-prima para produção de etanol no Brasil, os preços da *commodity* no mercado interno também reagiram a partir do segundo semestre de 2015. Em dezembro, o indicador CEPEA/ESALQ do açúcar em São Paulo foi de R\$ 80,32/saca, valor 26,0% superior ao mesmo período do ano anterior.

No Nordeste, observou-se a mesma tendência, o indicador CEPEA para Alagoas e Pernambuco em

dezembro de 2015 foi de R\$ 78,1/saca e R\$ 75,1/saca respectivamente, o que representou uma valorização média de 25,0% em relação a dezembro de 2014 (CEPEA, 2016c).

Com relação ao etanol, as medidas anunciadas pelo Governo para impulsionar o setor, a demanda aquecida e a oferta restrita resultaram na elevação do preço tanto do hidratado quanto do anidro. Além do aumento da tributação sobre a gasolina em 22 centavos/litro, o que impulsionou o consumo do hidratado nos carros flex, houve ainda elevação do percentual de mistura de anidro na gasolina de 25% para 27%.

Segundo os indicadores mensais para dezembro/2015, o etanol hidratado, em Alagoas e Pernambuco, esteve cotado em torno de R\$ 1,70/litro, valorização média de 11,7% em relação a dezembro de 2014. O preço do anidro apresentou um aumento ainda maior nos dois estados, equivalente a 21,6%, tendo sido cotado em R\$ 2,2 no final de 2015 (CEPEA, 2015d).

Feijão

A produção nacional de feijão, na safra 2014/2015, segundo a CONAB (2016e), foi de 3,1 milhões de toneladas, distribuídos numa área de 3,04 milhões de hectares (no total da 1ª, 2ª e 3ª safras). No Nordeste, a safra 2014/2015 alcançou 709,2 mil toneladas e com 1,5 milhão de hectares de área plantada, a maior entre as regiões brasileiras, tendo Bahia e Ceará, nessa ordem, como os maiores produtores (293,9 mil toneladas e 132,5 mil toneladas, respectivamente) (Tabela 6).

De acordo com o levantamento da safra 2015/2016 da CONAB (2016a), a área plantada no Brasil deverá cair 1,2%, para 3,003 milhões de hectares, no entanto, a produção deverá subir para 3,38 milhões de toneladas,

amparada principalmente no aumento de produtividade, que deverá ser de 10%. Na safra 2014/2015, mesmo com a maior área entre as regiões, a produtividade nordestina foi baixa, apenas um quarto da verificada no Centro-Oeste, a maior região produtora, que, por sua vez, usou apenas 26% da área nordestina para produção.

No Nordeste, estima-se uma área de 1,59 milhão de hectares para a safra 2015/2016, aumento de 1,9% em relação à anterior, com uma produção de 799,6 mil toneladas, incremento de quase 13%, puxada principalmente pelos aumentos na Bahia (14,9%), o maior produtor, que tem previsão de produção de 337,8 mil toneladas, e Piauí (37,8%), cuja produção deverá alcançar 106,9 mil toneladas (CONAB, 2016f).

Tabela 6 – Feijão total (1ª, 2ª e 3ª safras): Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2014/2015 e 2015/2016

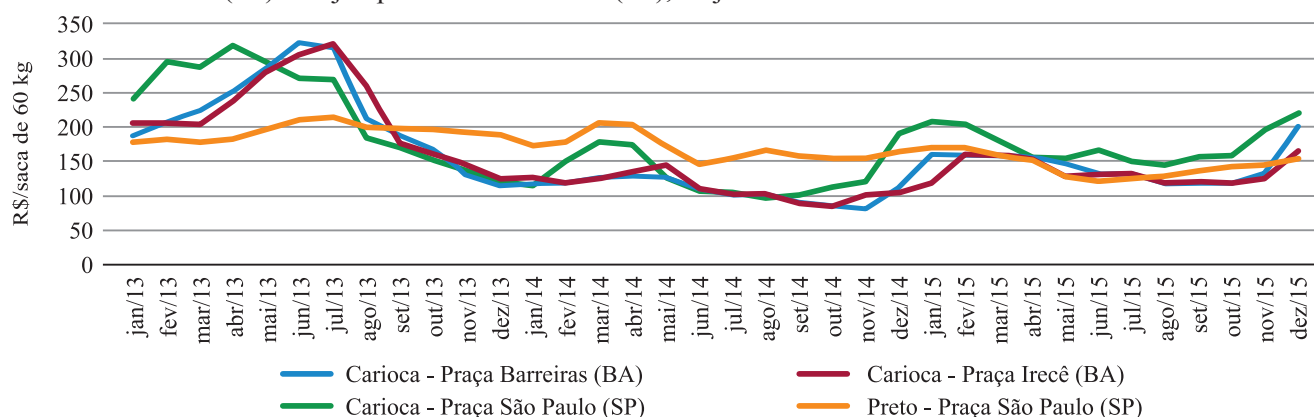
REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)
NORTE	88,1	82,2	-6,7	775	807	4,1	68,4	66,5	-2,8
NORDESTE	1.565,3	1.594,7	1,9	453	501	10,6	709,2	799,6	12,7
MA	93,6	79,3	-15,3	514	506	-1,6	48,1	40,1	-16,6
PI	214,4	214,5	0,0	362	498	37,7	77,6	106,9	37,8
CE	404,1	423,3	4,8	328	300	-8,4	132,5	127,2	-4,0
RN	31,6	31,6	0,0	332	351	5,7	10,5	11,1	5,7
PB	58,6	107,3	83,1	276	288	4,2	16,2	30,9	90,7
PE	237,3	237,3	0,0	360	408	13,2	85,4	96,7	13,2
AL	47,0	47,0	0,0	457	547	19,5	21,5	25,7	19,5
SE	31,5	31,5	0,0	746	737	-1,3	23,5	23,2	-1,3
BA	447,2	422,9	-5,4	657	799	21,5	293,9	337,8	14,9
CENTRO-OESTE	421,1	385,2	-8,5	1.863	1.895	1,8	784,3	730,0	-6,9
SUDESTE	431,1	434,3	0,7	1.604	1.832	14,2	691,4	795,6	15,1
NORTE/NORDESTE	1.653,4	1.676,9	1,4	470	516	9,8	777,6	866,1	11,4
CENTRO/SUL	1.386,6	1.335,6	-3,7	1.686	1.843	9,3	2.337,7	2.462,0	5,3
BRASIL	3.040,0	3.012,5	-0,9	1.025	1.105	7,8	3.115,3	3.328,1	6,8

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE com dados da CONAB (2016f).

As elevadas cotações do feijão carioca no início de 2013 no mercado interno foram decorrentes, entre outros fatores, dos baixos estoques. Com a evolução da safra, os preços recuaram em São Paulo. No Nordeste, a forte alta do preço do feijão carioca ocorrida entre março e junho de 2013 foi causada pela baixa

disponibilidade do produto no mercado provocado pela frustração de safra em 2012, ano de severa estiagem na Região. Nos demais anos, a oscilação de preço do feijão em todo o País esteve relacionada aos períodos de safra e entressafra.

Gráfico 4 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de feijão carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e feijão preto em São Paulo (SP), de janeiro/2013 a dezembro/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CMA (2016).
Valores referentes a dezembro de 2015.

Milho

A área plantada com milho no Brasil, no total de suas duas colheitas, deve se reduzir 2,2% no período 2015/2016 em relação a 2014/2015, devendo ser plantados 15,3 milhões de hectares. Em termos de produção, a expectativa é de queda, de 84,6 mil toneladas para 83,3 mil toneladas (ou -1,6%). O Centro-Oeste é o maior produtor regional, com 47% da produção da safra 2014/2015, ou 39,5 milhões de toneladas, devendo subir mais 0,3% em 2015/2016,

para 39,7 milhões de toneladas. O Mato Grosso foi o maior produtor brasileiro entre os estados, com 20,5 milhões de toneladas produzidas na safra 2014/2015 (Tabela 7).

No Nordeste, a tendência é oposta: crescimento tanto de área (0,6%), de 2,67 milhões de hectares para 2,69 milhões de hectares, como de produção (2,8%), de 6,24 para 6,42 milhões de toneladas, mesmo com as baixas nos dois maiores estados produtores (Bahia e Maranhão), devido a atrasos na chuva que prejudicaram o plantio (CONAB, 2016a).

Tabela 7 – Milho total (1ª e 2ª safras) - Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2014/2015 e 2015/2016

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)
NORTE	667,3	611,9	-8,3	3.838	3.680	-4,1	2.561,0	2.252,2	-12,1
NORDESTE	2.675,4	2.704,7	1,1	2.333	2.235	-4,2	6.243,1	6.043,6	-3,2
MA	514,3	446,6	-13,2	2.857	3.075	7,6	1.469,2	1.373,3	-6,5
PI	406,4	457,2	12,5	2.619	2.371	-9,5	1.064,3	1.083,9	1,8
CE	480,6	503,5	4,8	315	539	71,1	151,4	271,4	79,3
RN	25,9	25,9	0,0	288	455	58,0	7,5	11,8	57,3
PB	62,9	104,0	65,3	322	476	47,8	20,3	49,5	143,8
PE	214,7	214,7	0,0	271	376	38,7	58,2	80,7	38,7
AL	30,1	30,1	0,0	1.007	628	-37,6	30,3	18,9	-37,6
SE	176,2	176,2	0,0	3.794	4.390	15,7	668,5	773,5	15,7
BA	764,3	746,5	-2,3	3.629	3.189	-12,1	2.773,4	2.380,6	-14,2
CENTRO-OESTE	6.480,2	6.517,5	0,6	6.108	6.093	-0,2	39.582,1	39.708,0	0,3
SUDESTE	2.060,7	1.907,4	-7,4	5.368	5.717	6,5	11.061,2	10.904,3	-1,4
SUL	3.809,3	3.725,1	-2,2	6.622	6.607	-0,2	25.225,0	24.611,0	-2,4
NORTE/NORDESTE	3.342,7	3.316,6	-0,8	2.634	2.501	-5,0	8.804,1	8.295,8	-5,8
CENTRO/SUL	12.350,2	12.150,0	-1,6	6.143	6.191	0,8	75.868,3	75.223,3	-0,9
BRASIL	15.692,9	15.466,6	-1,4	5.396	5.400	0,1	84.672,4	83.519,1	-1,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CONAB (2016a).

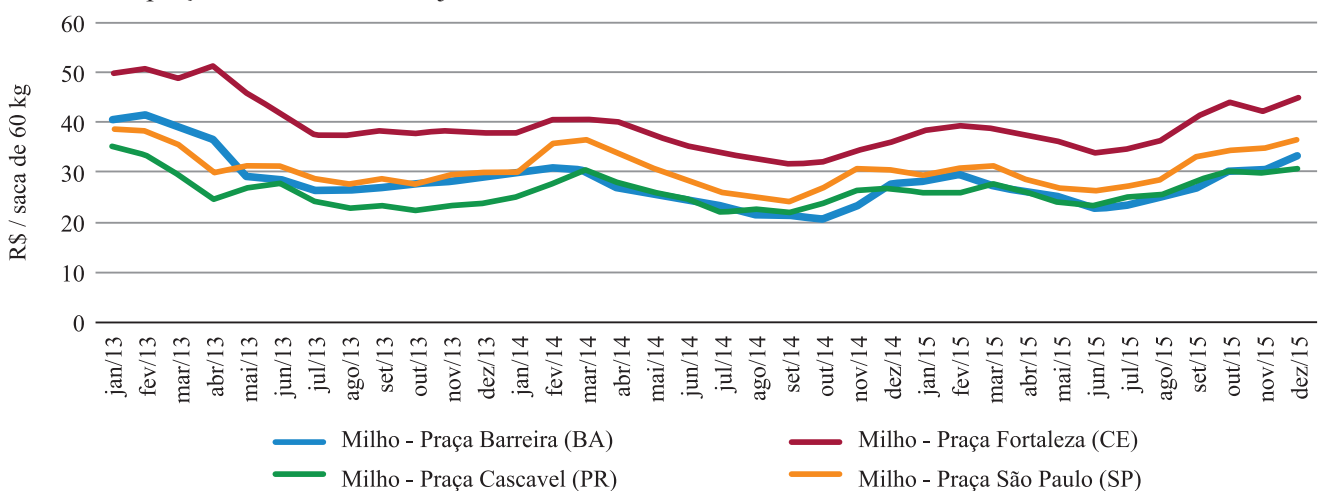
No primeiro semestre de 2013, as estimativas de crescimento da produção mundial de milho, com o consequente aumento dos estoques mundiais e o avanço na colheita brasileira do produto, ocasionaram um movimento de queda dos preços.

No início de 2014, o atraso da colheita de verão e do cultivo de segunda safra devido à seca no Sul e Sudeste e chuvas intensas no Centro-Oeste, contribuíram para o aumento do preço do milho no mercado interno. O avanço da colheita pressionou os preços do cereal no restante do ano (Gráfico 5).

Em 2015, a cotação do milho voltou a se valorizar em grande parte do ano devido principalmente à alta do dólar, que alavancou a competitividade do produto brasileiro no mercado mundial (CEPEA, 2016e).

No Nordeste, os preços foram mais remuneradores devido à escassez hídrica que atinge a região semiárida desde 2012. Por outro lado, a demanda pelo produto foi crescente devido a maior necessidade de suplementação animal, já que a baixa quantidade de chuvas também afetou a produção de pastagem.

Gráfico 5 – Evolução dos preços da saca de 60kg de milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e preço CIF São Paulo, de janeiro/2013 a dezembro/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE com dados da CMA (2016)..

Soja

A produção nacional de soja na safra 2014/2015 foi recorde, 96,2 milhões de toneladas, ocupando uma área de 32,1 milhões de hectares, também um número recorde. Tendência idêntica à da produção mundial, que também atingiu uma máxima histórica (318,7 milhões de toneladas), devido à grande produção de Estados Unidos e Argentina, possibilitando uma relação estoque/consumo final de 29,7%, a maior em cinco anos. Para a safra 2015/2016, a previsão é de um aumento de 3,6% na área nacional, indo para 33,23 milhões de hectares, e de 5,1% na produção, elevando-se para 101,2 milhões de toneladas (CEPEA, 2016f) (Tabela 8).

O Nordeste foi a terceira região do País em área e produção, na safra 2014/2015, com 2,845 milhões de

hectares e 8,1 milhões de toneladas, respectivamente. Para 2015/2016, apesar da previsão de aumento de área em 0,1% (para 2,847 milhões de hectares), a produção deve cair 2,6%. Apenas a Bahia, maior produtor regional, deverá ter incremento de área (6,9%) e produção (99,1%), em detrimento das áreas de milho e algodão, por uma combinação positiva de fatores, como a normalização do clima, bons preços com a comercialização antecipada e liquidez. Maranhão e Piauí, em contraponto, deverão ter reduções de área (-6,6% e -7,7%) e produção (-7% e -2,2%). No Maranhão, alguns problemas climáticos obrigaram os produtores ao replantio ou optar por milho ou milheto para formação de palhada para o plantio direto. No Piauí, o veranico de quase um mês no final de 2015 causou perdas de área, replantio e migração de culturas.

Tabela 8 – Soja: Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2014/2015 e 2015/2016

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)	Safra 14/15 (a)	Safra 15/16 (b)	Var% (b/a)
NORTE	1.441,2	1.513,4	5,0	2.976	2.786	-6,4	4.289,5	4.216,6	-1,7
NORDESTE	2.845,3	2.847,8	0,1	2.841	2.764	-2,7	8.084,1	7.870,2	-2,6
MA	749,6	705,4	-5,9	2.761	2.553	-7,5	2.069,6	1.800,9	-13,0
PI	673,7	622,4	-7,6	2.722	2.635	-3,2	1.833,8	1.640,0	-10,6
BA	1.422,0	1.520,0	6,9	2.940	2.914	-0,9	4.180,7	4.429,3	5,9
CENTRO-OESTE	14.616,1	15.054,8	3,0	3.008	3.093	2,8	43.968,6	46.562,3	5,9
SUDESTE	2.116,2	2.310,3	9,2	2.775	3.180	14,6	5.873,5	7.347,1	25,1
SUL	11.074,1	11.518,3	4,0	3.071	3.055	-0,5	34.012,3	35.186,5	3,4
NORTE/NORDESTE	4.286,5	4.361,2	1,7	2.887	2.771	-4,0	12.373,6	12.086,8	-2,3
CENTRO/SUL	27.806,4	28.883,4	3,9	3.016	3.085	2,3	83.854,4	89.092,9	6,2
BRASIL	32.092,9	33.244,6	3,6	2.998	3.043	1,5	96.228,0	101.179,7	5,1

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE com dados da CONAB (2016a)

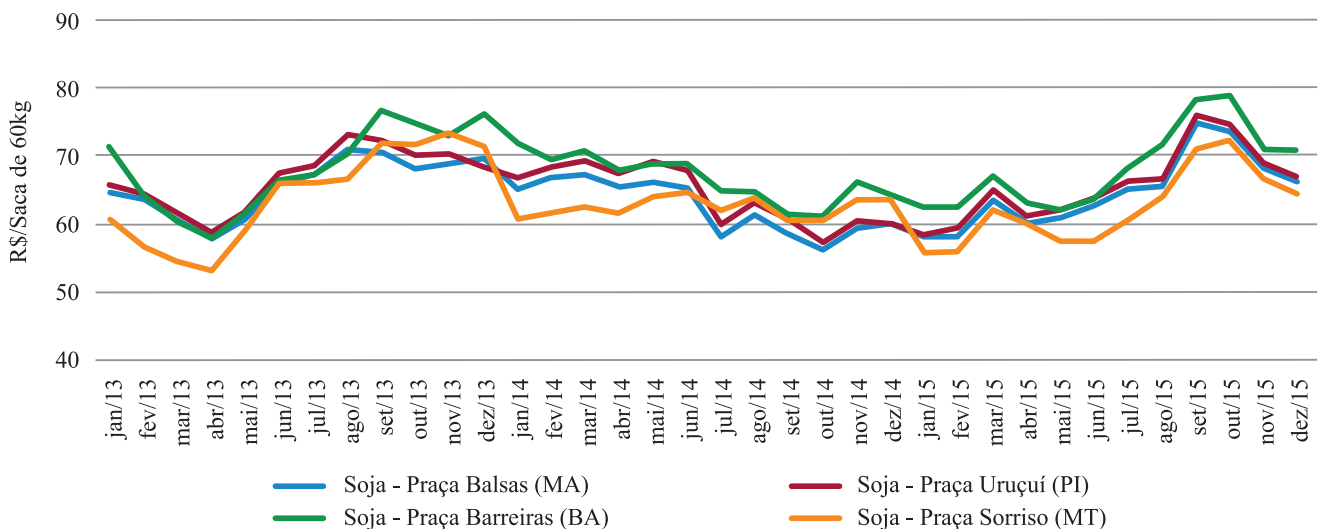
No início de 2013 os preços internos da soja apresentaram tendência de queda decorrente principalmente das expectativas de crescimento da safra no País. Porém, os baixos estoques nos Estados Unidos, a demanda aquecida na China e a valorização do dólar provocaram recuperação dos preços da soja no restante do ano de 2013 (CEPEA, 2016f) (Gráfico 6).

No segundo semestre de 2014 e primeiro de 2015, os preços da soja caíram embora tenha ocorrido alguns meses de preços mais elevados. Os menores preços nesse período foram atribuídos às expectativas de safra

recorde nos Estados Unidos. Além disso, os vendedores, temendo maiores quedas de preços, ofertaram maior quantidade do produto em estoque nesse período (CEPEA, 2016f).

Em 2015, a forte alta do dólar, a entressafra brasileira no segundo semestre e a demanda interna e externa aquecida provocaram valorização da oleaginosa no mercado interno (CEPEA, 2016f). O aumento da oferta mundial no final do ano pressionou a cotação do produto, mesmo assim, a média do preço anual da soja em 2015 foi superior ao observado em 2014.

Gráfico 6 – Evolução dos preços da saca de 60 kg de soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Uruçuí (PI) e Sorriso (MT), de janeiro /2013 a dezembro /2015



Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE com dados da CMA (2016). Valores referentes à dezembro de 2015.

Pecuária

O ano de 2015 foi o terceiro de alta nos preços da pecuária de corte no Brasil, coincidindo com um período de três anos de chuvas abaixo da média em diversas regiões produtoras, o que prejudicou as pastagens e o desenvolvimento e engorda de animais. Esses fatos, somados ao abate de matrizes e ao aumento das exportações, pela prospecção de novos mercados e pela desvalorização do real frente ao dólar, reforçou a queda na disponibilidade interna, e elevou o indicador de preço da arroba do boi gordo (ESALQ/BM&FBo-vespa) em 3,7% em relação a dezembro de 2014, finalizando 2015 em R\$ 149,12/@, depois do recorde em 20/04/15 (R\$ 160,59/@), mês em que a média ficou em R\$ 159,30/@, superando o anterior, de novembro de 2014 (CEPEA, 2016g).

Se o dólar valorizado favorece as exportações de carne, também encarece insumos atrelados à moeda norte-americana, o que aumenta os custos de confinamento. Somando-se a isso um crédito mais escasso por conta da atual crise econômica, o resultado é a alta tanto do preço do boi magro como do boi gordo. Mesmo com o câmbio favorável à exportação, o que fez o montante em moeda nacional ser maior 15% (R\$ 15,7 bilhões), as vendas em volume diminuíram 11,4% em 2015 (para 1,08 milhão de toneladas), em relação a 2014, em decorrência dos impactos da redução do preço do petróleo em países compradores tradicionais, como Rússia e Venezuela (CEPEA, 2016g).

O que pode aumentar a demanda por carne bovina brasileira é a reabertura gradual, iniciada em 2015, de alguns mercados importantes, como Japão, Estados Unidos, China e Arábia Saudita. O embargo japonês durava desde 2012, após um caso suspeito de ‘vaca louca’ no Paraná, e a expectativa é recuperar o volume de embarques anuais daquela época, cerca de US\$ 18 milhões. Em junho, os Estados Unidos liberaram a importação de carne *in natura* de 14 estados brasileiros, encerrando um embargo que já durava 15 anos (G1, 2015a). Já para os países árabes, as exportações brasileiras de carne bovina totalizaram US\$ 1,4 bilhão em 2015 (INDÚSTRIA HOJE, 2015). Em novembro, a China habilitou mais três frigoríficos brasileiros a exportar carne bovina para aquele país, elevando para um total de onze os autorizados a realizar embarques (G1, 2015b).

Por outro lado, com a atual crise econômica, o poder de compra do consumidor se reduziu, o que afetou diretamente a demanda de carne bovina, em razão do seu preço. Durante o segundo trimestre de 2015, quando os preços da arroba estiveram no auge, pesquisa de uma consultoria britânica estimou que 27% dos brasileiros

tinham limitado gastos com produtos de origem bovina entre abril e junho, em relação ao mesmo período de 2014, e que 24% dos brasileiros migraram para outras categorias, como suínos, aves resfriadas ou pratos prontos congelados (BEEFPOINT, 2015).

No decorrer de 2015, a captação de leite nos principais estados produtores do Brasil aumentou 3,2% em relação ao ano de 2014, segundo dados do Cepea. O nível médio de preços pagos ao produtor, durante o ano, é o menor desde 2010, em contraste com custos de produção mais altos, o que gerou queda nas margens dos produtores. A menor demanda por derivados lácteos, devido a restrições de renda por parte dos consumidores e o atraso nas chuvas em parte do Sudeste e Centro-Oeste também foram fatores que dificultaram a obtenção de resultados positivos pelo setor em 2015 (CEPEA, 2016h).

Agronegócio

Desempenho do VBP

Os produtos da agricultura e carnes fizeram o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Brasil crescer, em 2015, 10,9% em relação ao ano de 2014, um aumento absoluto de R\$ 42,1 bilhões (Tabela 9).

O VBP das lavouras temporárias teve aumento de 15,8%, totalizando R\$ 246,3 bilhões, em razão da alta dos preços e do crescimento da produção de culturas representativas, como a cana-de-açúcar, cujo aumento do VBP ficou em 22,8%, totalizando R\$ 47,8 bilhões. As lavouras permanentes tiveram menor crescimento de VBP (5%), destacando-se, entre as mais representativas, a cultura da banana (aumento de 6,8%, subindo para R\$ 6,3 bilhões em 2015), café (6,4%, indo para R\$ 17,4 bilhões) e laranja (15,2%, para R\$ 6,1 bilhões).

O grupo de grãos teve aumento de 14,9%, ancorado principalmente nos aumentos, tanto de produção quanto de VBP, do milho (21,3%, R\$ 30,2 bilhões) e da soja (16,1%, R\$ 107,9 bilhões). São *commodities* exportáveis, impulsionadas pelo real desvalorizado, que têm o preço doméstico aumentado por conta da redução da oferta interna. O VBP pecuário do País teve aumento de 4,8% (de R\$ 130,5 bilhões para R\$ 136,8 bilhões), principalmente pelo aumento de 8,3% do grupo de carnes, compensando, no quantitativo, a queda de 7,6% nos derivados. Os preços internos da carne bovina, que puxam aquele crescimento, continuam altos pelo terceiro ano seguido, por conta de uma oferta reduzida de boi gordo; já no caso do leite e derivados, com a situação atual de restrição orçamentária por parte dos consumidores, adversidades climáticas e aumento dos custos de produção, levaram a uma redução no consumo.

Tabela 9 – Brasil – Estimativa do valor bruto da produção agropecuária (VBP) – 2014 e 2015 – em R\$ milhões de dezembro de 2015.

Produtos	2014	2015	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	257.360	293.268	14,0	35.908
- lavouras temporárias (1)	212.659	246.325	15,8	33.666
- lavouras permanentes (2)	44.702	46.943	5,0	2.241
grãos (3)	136.942	157.392	14,9	20.450
outras lavouras	120.418	135.876	12,8	15.457
Pecuários	130.555	136.822	4,8	6.267
- carnes (4)	101.686	110.141	8,3	8.455
- derivados (5)	28.868	26.681	-7,6	-2.188
Total	387.915	430.090	10,9	42.175

Fonte: IBGE (2014a, 2014b, 2016). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticle.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pêra, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticle.

(4) bovina, suína e de frango.

(5) leite e ovos.

O VBP da agropecuária nordestina totalizou R\$ 58,4 bilhões em 2015, aumento de 6,6% em relação a 2014, quando foi de R\$ 54,8 bilhões. Esse aumento se deve principalmente ao impulso da pecuária (14,1%) e ao crescimento da agricultura (3%).

Apesar do crescimento relativo em 2014/2015, o Nordeste perdeu participação no VBP da agricultura nacional, caindo de 14,4% para 13%, em parte pelo

período de estiagem enfrentado desde 2012, que afetou principalmente a lavoura temporária. Na lavoura permanente houve um pequeno ganho de 0,2%, enquanto a pecuária nordestina teve aumento de participação no VBP nacional, de 13,7% para 14,9%. Na total, a agropecuária nordestina teve sua participação reduzida em relação ao VBP agropecuário nacional, caindo de 14,1% para 13,6%.

Tabela 10 – Nordeste – Estimativa do valor bruto da produção agropecuária (VBP) – 2014 e 2015.(continua)

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
Lavoura temporária (a)							
Brasil						212.658.625	246.325.040
Nordeste						28.245.251	28.854.624
Abacaxi	Mil frutos	630.508	635.685	0,98	1,09	618.331	690.119
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.267.584	1.337.844	2,63	2,91	3.330.261	3.890.980
Alho	Tonelada	4.410	7.619	5,90	6,53	26.005	49.735
Amendoim (em casca)	Tonelada	9.260	10.003	1,46	1,62	13.514	16.161
Arroz (em casca)	Tonelada	886.212	494.490	0,73	0,81	647.775	400.125
Batata - doce	Tonelada	142.053	150.257	0,89	0,99	126.724	148.387
Batata - inglesa	Tonelada	170.058	194.463	1,30	1,44	221.707	280.654
Cana-de-açúcar	Tonelada	70.626.955	67.327.467	0,08	0,09	5.767.264	6.086.162
Cebola	Tonelada	381.736	297.768	0,93	1,03	354.828	306.397
Fava (em grão)	Tonelada	7.693	7.416	8,54	9,45	65.672	70.082
Feijão (em grão)	Tonelada	946.084	665.327	1,56	1,73	1.475.269	1.148.493
Fumo (em folha)	Tonelada	15.355	16.676	2,52	2,79	38.681	46.504
Girassol	Tonelada	-	-	-	-	-	-
Mamona (baga)	Tonelada	86.666	75.997	1,41	1,56	121.853	118.287
Mandioca	Tonelada	6.094.172	5.311.813	0,36	0,40	2.176.212	2.099.816
Melancia	Tonelada	603.015	619.762	0,52	0,57	310.675	353.472
Melão	Tonelada	537.437	559.102	0,82	0,91	440.046	506.773
Milho (em grão)	Tonelada	7.843.428	6.008.459	0,43	0,48	3.406.905	2.889.144

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2014	2015	2014	2015	2014	2015
Soja (em grão)	Tonelada	8.497.214	8.379.606	0,97	1,08	8.278.748	9.037.819
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	161.104	170.984	0,37	0,41	60.267	70.808
Tomate	Tonelada	611.168	465.570	1,25	1,38	764.514	644.706
Lavoura permanente (b)							
Brasil						44.701.754	46.942.851
Nordeste						8.736.291	9.235.624
Abacate	Tonelada	5.101	6.310	1,04	1,15	5.285	7.237
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	7	-	-	-	-	-
Banana	Tonelada	2.428.736	2.214.015	0,75	0,83	1.830.241	1.846.972
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	49.606	51.402	2,36	2,62	117.213	134.454
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	141.110	135.507	5,54	6,14	782.113	831.429
Café (beneficiado)	Tonelada	227.314	220.396	4,66	5,16	1.060.267	1.138.006
Caqui	Tonelada	32	32	0,93	1,03	30	33
Castanha-de-caju	Tonelada	134.896	102.768	1,77	1,96	238.535	201.170
Coco-da-baía	Mil frutos	1.448.573	1.314.298	0,62	0,68	893.643	897.573
Dendê (coco)	Tonelada	203.979	204.961	0,25	0,28	50.897	56.615
Goiaba	Tonelada	144.711	153.710	1,02	1,13	147.379	173.296
Guaraná (semente)	Tonelada	2.600	2.600	7,70	8,53	20.028	22.171
Laranja	Tonelada	1.658.588	1.556.592	0,32	0,36	534.273	555.075
Limão	Tonelada	144.973	95.170	0,72	0,80	104.152	75.689
Maçã	Tonelada	702	870	1,38	1,52	967	1.326
Mamão	Tonelada	978.140	1.026.676	0,76	0,84	746.336	867.198
Manga	Tonelada	784.281	784.692	0,68	0,75	534.676	592.202
Maracujá	Tonelada	622.036	583.636	1,01	1,12	629.023	653.349
Marmelo	Tonelada	15	15	2,79	3,09	42	46
Palmito	Tonelada	26.287	27.059	0,74	0,82	19.357	22.058
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.620	7.349	8,55	9,47	39.523	69.597
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	181.785	179.590	1,87	2,07	340.221	372.081
Tangerina	Tonelada	35.139	34.888	0,55	0,61	19.209	21.113
Urucum (semente)	Tonelada	2.124	2.306	2,56	2,84	5.442	6.540
Uva	Tonelada	314.736	317.904	1,96	2,17	617.440	690.393
Agricultura							
Brasil						257.360.379	293.267.891
Nordeste						36.981.542	38.090.248
Pecuária							
Brasil						130.554.545	136.821.859
Nordeste						17.845.571	20.364.146
Carne bovina	Tonelada	1.246.759	1.273.871	7,12	7,89	8.880.782	10.044.911
Frango	Tonelada	1.098.544	1.159.939	2,27	2,51	2.490.024	2.910.539
Leite	Mil l	3.888.286	4.021.909	1,13	1,25	4.407.714	5.047.071
Ovos	Mil dz	578.392	594.949	3,39	3,75	1.961.435	2.233.484
Suínos	Tonelada	26.710	29.274	3,95	4,38	105.616	128.141
Agropecuária							
Brasil						387.914.924	430.089.750
Nordeste						54.827.113	58.454.393
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						13,3	11,7
Lavoura permanente (b)						19,5	19,7
Agricultura (c)						14,4	13,0
Pecuária (d)						13,7	14,9
Agropecuária (c + d)						14,1	13,6

Fonte: IBGE (2014a, 2014b, 2016) e AgraFNP (2014). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará, nessa ordem, são os maiores VBPs estaduais da agropecuária do Nordeste, totalizando 74,6% do total regional (R\$ 43,6 bilhões), enquanto os demais estados geraram R\$ 14,8 bilhões (Tabela 11).

Já em termos de setores, a agricultura nordestina predomina, com 65,2% de participação na agropecuária regional. Apenas Ceará e Pernambuco contradizem essa tendência, com 60% e 52% do VBP concentrados na pecuária, estados em que a adversidade climática

pode ter atingindo de forma mais intensa a agricultura que a pecuária.

Bahia (com R\$ 13 bilhões) e Maranhão (com R\$ 4,4 bilhões) tiveram a maior participação no VBP das lavouras temporárias. O primeiro também tem a maior participação no VBP das permanentes (R\$ 5,8 bilhões), seguido por Pernambuco (R\$ 1,2 bilhão). Repete-se a mesma ordem na pecuária: Bahia, R\$ 7,2 bilhões, e Pernambuco, R\$ 3,3 bilhões.

Tabela 11 – Nordeste – Estimativa da participação dos estados no valor bruto da produção agropecuária de 2015 (R\$ milhões de dezembro de 2015)

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
MA	4.398,8	15,2	102	1,1	4.501	11,8	2.465	12,1	6.966	11,9
PI	3.175,3	11,0	79	0,9	3.254	8,5	851	4,2	4.105	7,0
CE	846,8	2,9	882	9,6	1.729	4,5	2.597	12,8	4.326	7,4
RN	783,7	2,7	318	3,4	1.102	2,9	887	4,4	1.989	3,4
PB	1.057,5	3,7	226	2,5	1.284	3,4	1.017	5,0	2.301	3,9
PE	1.924,4	6,7	1.191	12,9	3.115	8,2	3.347	16,4	6.462	11,1
AL	2.895,2	10,0	121	1,3	3.016	7,9	999	4,9	4.015	6,9
SE	768,8	2,7	461	5,0	1.230	3,2	988	4,9	2.218	3,8
BA	13.004,4	45,1	5.855	63,4	18.860	49,5	7.213	35,4	26.073	44,6
BA+MA+PE+CE	22.502,9	78,0	7.227	78,3	29.730	78,1	13.876	68,1	43.606	74,6
Demais	6.352,0	22,0	2.009	21,7	8.361	21,9	6.488	31,9	14.849	25,4
Soma	28.854,9	100,0	9.236	100,0	38.091	100,0	20.364	100,0	58.455	100,0

Fonte: IBGE (2014a, 2014b, 2016) e AgraFNP (2014). Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Balanco do agronegócio no Nordeste

No ano de 2015, o Brasil exportou, no total de suas atividades, US\$ 191,1 bilhões, redução de 15,1% em relação a 2014 (Tabela 9), quando o total exportado foi de US\$ 225,1 bilhões. As importações também tiveram queda de 25,2% (para US\$ 171,4 bilhões), o que terminou gerando um saldo positivo total de US\$ 19,7 bilhões. O dólar sobrevalorizado e em trajetória de alta durante 2015, iniciando o ano em torno de R\$ 2,70 e finalizando próximo a R\$ 4,00, não foi suficiente para aumentar as exportações gerais, apesar de encarecer as importações, dado o cenário de arrefecimento econômico interno e externo, que afeta países parceiros do comércio exterior do Brasil. Em contraponto, o Nordeste importou (US\$ 21,4 bilhões) e exportou (US\$ 14,7 bilhões), gerando um déficit de US\$ 6,7 bilhões. Também houve redução de exportações (-7,9%) e de importações (-25,4%) em relação a 2014 (BRASIL, 2016b).

O agronegócio nacional, por sua vez, encerrou

2015 com um saldo de US\$ 80,1 bilhões, 6,6% superior aos US\$ 75,1 bilhões de 2014, com aumento tanto de exportações (9,7%) como importações (27%) em relação a 2014, apesar da redução dos preços das *commodities* e menor demanda pela China. O agronegócio do Nordeste seguiu tendência diversa, com as exportações se reduzindo de US\$ 7,8 bilhões para US\$ 7,7 bilhões (-1%), mas superando as importações, que subiram de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 2,3 bilhões (29%).

Entre 2014 e 2015, a participação das exportações do agronegócio nordestino sobre as exportações totais do Nordeste subiu de 49% para 53%, enquanto a participação das importações, de 6,3% para 10,8%. Em relação ao total nacional, as exportações do agronegócio nordestino caíram cerca de 1%, enquanto as importações praticamente não variaram (0,2%), o que fez o saldo do agronegócio nordestino se reduzir de 8% para 6,8% sobre o saldo do agronegócio nacional.

Bahia, Maranhão e Ceará, nessa ordem, são os principais exportadores do agronegócio nordestino, tendo somado 80,3% das exportações em 2015, redução de

0,8% em relação a 2014. Neste intervalo, o maior crescimento de exportações ocorreu na Paraíba (29,5%), enquanto o maior decréscimo, no Piauí (-36,8%).

Os maiores importadores do agronegócio nordestino são Pernambuco, Bahia e Ceará, nesta ordem, tendo

somado 74,7% das importações em 2015, contra 72,5% do total de 2014. A única redução de importações foi do Rio Grande do Norte (-4,7%) e o maior aumento, o do Piauí (135,5%).

Tabela 12 – Nordeste – Balança comercial do agronegócio, por estado, em milhões de US\$ – 2014/2015

Região/Estado	2014			2015		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	225.100,9	229.154,5	-4.053,6	191.134,3	171.449,1	19.685,3
Brasil - Agronegócio (b)	88.224,1	13.073,1	75.151,0	96.747,9	16.613,8	80.134,1
Nordeste - Total (c)	15.914,1	28.712,7	-12.798,6	14.655,4	21.427,0	-6.771,5
Nordeste - Agronegócio (d)	7.811,3	1.804,4	6.006,9	7.747,0	2.324,1	5.422,8
Alagoas	489,8	101,0	388,8	620,7	103,5	517,3
Bahia	3.984,0	412,3	3.571,7	4.224,6	606,2	3.618,5
Ceará	661,7	387,5	274,2	716,3	467,0	249,3
Maranhão	1.626,9	172,1	1.454,8	1.281,9	202,4	1.079,6
Paraíba	38,1	110,0	-71,9	49,3	166,2	-116,9
Pernambuco	337,5	509,5	-172,0	357,2	663,7	-306,5
Piauí	396,9	1,7	395,2	251,0	4,0	247,0
Rio Grande Do Norte	192,2	72,1	120,1	182,4	68,7	113,7
Sergipe	84,1	38,1	46,0	63,4	42,4	21,0
Variação % 2015/2014						
Brasil - Total (a)				-15,1	-25,2	-585,6
Brasil - Agronegócio (b)				9,7	27,1	6,6
Nordeste - Total (c)				-7,9	-25,4	-47,1
Nordeste - Agronegócio (d)				-0,8	28,8	-9,7
Alagoas				26,7	2,4	33,0
Bahia				6,0	47,0	1,3
Ceará				8,2	20,5	-9,1
Maranhão				-21,2	17,6	-25,8
Paraíba				29,5	51,1	62,6
Pernambuco				5,8	30,3	78,2
Piauí				-36,8	135,5	-37,5
Rio Grande Do Norte				-5,1	-4,7	-5,4
Sergipe				-24,6	11,5	-54,4
Relações (%)						
b/a	39,2%	5,7%	-1853,9%	50,6%	9,7%	407,1%
d/c	49,1%	6,3%	-46,9%	52,9%	10,8%	-80,1%
d/b	8,9%	13,8%	8,0%	8,0%	14,0%	6,8%

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016a) e BRASIL (2016b).

Os principais produtos exportados pelo agronegócio do Nordeste em 2015 foram complexo soja; produtos florestais; complexo sucroalcooleiro; fibras e produtos têxteis; frutas (inclui nozes e castanhas) e couros, produtos de couro e peleteria, em valor, totalizando 88,5% das exportações (US\$ 6,7 bilhões) (Tabela 10). No caso dos produtos florestais, a desvalorização do real ampliou a competitividade do papel e da celulose e a menor demanda interna de madeira pela construção civil fez os produtores nacionais de madeira a procurar mercados externos para escoar a produção (CANAL RURAL, 2016). O valor total exportado aumentou 0,8% em relação ao mesmo período de 2014, de US\$

7,7 bilhões para US\$ 7,8 bilhões.

Alguns grupos tiveram redução significativa em relação a 2014, como o complexo sucroalcooleiro (-US\$ 142,3 milhões ou -17,2%, a maior redução absoluta), couros, produtos de couro e peleteria (-US\$ 101,9 milhões ou -22,1%), e chá, mate e especiarias (-US\$ 40,5 milhões ou -66,4%).

O grupo de cereais, farinhas e preparações foi o que teve maior aumento absoluto em suas exportações (US\$ 136,9 milhões, ou 352%), seguido do complexo soja (US\$ 82,5 milhões, ou 3,6%), o que pode ser explicado principalmente pelo aumento do volume físico exportado.

Tabela 13 –Nordeste – Principais produtos exportados do agronegócio

Posição	Produtos	2014		2015		Variação	
		US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	Absoluta	%
1	COMPLEXO SOJA	2.280,4	29,4	2.362,9	30,2	82,5	3,6
2	PRODUTOS FLORESTAIS	2.054,8	26,5	2.099,8	26,9	45,0	2,2
3	COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	828,2	10,7	686,0	8,8	-142,3	-17,2
4	FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	645,8	8,3	622,1	8,0	-23,8	-3,7
5	FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	583,5	7,5	597,7	7,7	14,3	2,4
6	COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	461,1	6,0	359,2	4,6	-101,9	-22,1
7	CACAU E SEUS PRODUTOS	207,9	2,7	268,7	3,4	60,9	29,3
8	CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	38,8	0,5	175,7	2,2	136,9	352,4
9	SUCOS	130,8	1,7	138,1	1,8	7,3	5,6
10	DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	135,8	1,8	133,9	1,7	-1,9	-1,4
11	CAFÉ	83,9	1,1	101,0	1,3	17,0	20,3
12	PESCADOS	82,6	1,1	93,3	1,2	10,7	13,0
13	CARNES	26,7	0,3	35,1	0,4	8,3	31,2
14	FUMO E SEUS PRODUTOS	41,0	0,5	33,0	0,4	-8,0	-19,6
15	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	28,6	0,4	26,7	0,3	-1,9	-6,8
16	CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	61,0	0,8	20,5	0,3	-40,5	-66,4
	OUTROS	56,1	0,7	57,8	0,7	1,7	3,1
	Total	7.747,0	100,0	7.811,3	100,0	64,3	0,8

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE com dados de RASIL (2016a) e BRASIL (2016b).

Os grupos cereais, farinhas e preparações (US\$ 783,5 milhões), produtos florestais (US\$ 164,9 milhões), produtos oleaginosos (exclui soja) (US\$ 150,1 milhões), complexo sucroalcooleiro (US\$ 147 milhões), pescados (US\$ 89,1 milhões), fibras e produtos têxteis (US\$ 88,3 milhões) concentram 78,9% (US\$ 1,4 bilhão) do valor total importado do agronegócio nordestino em 2015, que somou US\$ 1,8 bilhão.

Esse valor sofreu uma queda significativa de 22,4% em relação a 2014, quando era de US\$ 2,3 bilhões, em

parte devido à alta do dólar norte-americano em relação ao real, que encareceu as importações. Quase todos os grupos de produtos importados tiveram redução em seus montantes, sendo as maiores as ocorridas nos grupos cereais, farinhas e preparações (-US\$ 222,6 milhões ou -22,1%) e fibras e produtos têxteis (-US\$ 68,1 milhões ou -43,6%).

Os aumentos de importação ocorreram nos grupos complexo sucroalcooleiro (US\$ 6,6 milhões ou 4,7%) e demais produtos de origem animal (US\$ 1,3 milhões, ou 13%) (Tabela 11).

Tabela 14 –Nordeste – Principais produtos importados do agronegócio

Produtos	2014		2015		Variação	
	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	Absoluta	%
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1.006,1	43,3	783,5	43,4	-222,6	-22,1
PRODUTOS FLORESTAIS	226,6	9,7	164,9	9,1	-61,7	-27,2
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	188,2	8,1	150,1	8,3	-38,2	-20,3
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	140,4	6,0	147,0	8,1	6,6	4,7
PESCADOS	105,1	4,5	89,1	4,9	-15,9	-15,2
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	156,4	6,7	88,3	4,9	-68,1	-43,6
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	89,6	3,9	76,6	4,2	-13,0	-14,5
BEBIDAS	90,9	3,9	70,9	3,9	-20,0	-22,0
CACAU E SEUS PRODUTOS	136,0	5,9	62,9	3,5	-73,1	-53,7
PROD. HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	46,2	2,0	45,8	2,5	-0,4	-0,8
CARNES	33,9	1,5	23,5	1,3	-10,4	-30,8
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	27,6	1,2	21,4	1,2	-6,2	-22,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	22,2	1,0	16,6	0,9	-5,6	-25,2
COMPLEXO SOJA	-	-	13,5	0,7	-	-
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	9,8	0,4	11,1	0,6	1,3	13,0
LÁCTEOS	14,8	0,6	9,4	0,5	-5,3	-36,1
OUTROS	30,4	1,3	29,7	1,6	-0,6	-2,0
Total	2.324,1	100,0	1.804,4	100,0	-519,8	-22,4

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE com dados de RASIL (2016a) e BRASIL (2016b).

REFERÊNCIAS

AGRA FNP. *Anualpec*. Anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2014.

BRASIL (2016a). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro*. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>. Acesso em: 01.03.2016.

_____. (2016b). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Balança comercial: unidades da federação*.

Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=567>. Acesso em: 01.03.2016.

BEEFPOINT (2016). *Crise leva 27% dos brasileiros a limitar gastos com carne bovina*. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/crise-leva-27-dos-brasileiros-a-limitar-gastos-com-carne-bovina/>. Acesso em: 18.03.2016.

CANAL RURAL (2016). *Produtos florestais contribuem para superávit da balança comercial brasileira*. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/noticias/produtos-florestais-contribuem-para-superavit-balanca-comercial-brasileira-59968>. Acesso em: 30.03.2016.

CEPEA (2016a). *AGROMENSAL. Informações de mercado: algodão*. Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/12_dezembro/Algodao.htm. Acesso em: 07.03.2016.

_____. (2016b). *AGROMENSAL. Informações de mercado: café*. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/imprensa/?page=846>. Acesso em: 22.03.2016.

_____. (2016c). *Indicador açúcar cristal*. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/acucar/>. Acesso em: 15.02.2016.

_____. (2016d). *Indicador mensal etanol*. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/etanol/>. Acesso em: 15.02.2016.

_____. (2016e). *AGROMENSAL. Informações de mercado: milho*. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/imprensa/?page=846>. Acesso em: 23.03.2016.

_____. (2016f). *AGROMENSAL. Informações de mercado: soja*. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/imprensa/?page=846>. Acesso em: 22.03.2016.

_____. (2016g). *AGROMENSAL. Informações de mercado: pecuária*. Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2015/12_dezembro/Pecuaria.htm. Acesso em: 07.03.2016.

_____. (2016h). *Leite: preço ao produtor neste ano é o menor desde 2010*. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>. Acesso em: 07.03.2016.

_____. (2016i). *AGROMENSAL: Informações de Mercado. Pecuária*. Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2016/01_janeiro/Pecuaria.htm. Acesso em: 07.03.2016.

CMA – Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A. *Trading analysis information*. São Paulo: CMA, 2016.

CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento (2016a). *Acompanhamento de safra brasileira: grãos, Safra 2015/2016, Sexto Levantamento, Março 2016*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_03_11_15_20_36_boletim_graos_marco_2016.pdf. Acesso em: 11.03.2016.

_____. (2016b). *Conjuntura semanal: algodão*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_02_17_17_14_13_algodao08a12022016.pdf. Acesso em: 03.03.2016.

_____. (2016c). *Acompanhamento da safra brasileira de café. Quarto Levantamento, Dez. 2015*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_17_09_02_47_boletim_cafe_dezembro_2015_2.pdf. Acesso em: 03.03.2016.

_____. (2016d). *Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, Safra 2015/16, terceiro levantamento: Dezembro de 2015*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_02_23_17_34_53_boletim_cana_portugues_-_3o_lev_-_15-16.pdf. Acesso em: 11.03.2016.

_____. (2016e). *Conjuntura semanal. Feijão. Período: 08 a 11/10/2012*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_10_16_16_02_38_feijao08a11102012.pdf. Acesso em: 24.03.2016.

_____. (2016f). *Conjuntura semanal: feijão*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_06_12_08_41_10_feijao03a07062013.pdf. Acesso em: 24.03.2016.

G1 (2016a). *Japão reabre mercado à carne bovina processada do Brasil*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/12/japao-reabre-mercado-carne-bovina-processada-do-brasil.html>. Acesso em: 07.03.2016.

_____. (2016b). *China habilita para exportação mais três frigoríficos brasileiros*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/11/china-habilita-para-exportacao-mais-tres-frigorificos-brasileiros.html>. Acesso em: 17.03.2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014a). *Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes 2014. [S.I.]*, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=18>. Acesso em: 17.03.2016.

_____. (2014b). *Produção Pecuária Municipal 2014. [S.I.]*, 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=74&z=p&o=29>. Acesso em: 17.03.2016.

_____. (2016). *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola 2016. [S.I.]* 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1618&z=t&o=26>. Acesso em: 17.03.2016.

INDÚSTRIA HOJE (2016). *Arábia Saudita habilita exportação de carne bovina*. Disponível em: <http://www.industria hoje.com.br/arabia-saudita-habilita-exportacao/>. Acesso em: 17.03.2016.

REUTERS (2016). *Usinas com poucos recursos priorizam produção de etanol, diz executivo do setor*. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0VB18V>. Acesso em: 24.02. 2016.

USDA-United States Department of Agriculture (2016a). Foreign Agricultural Service. *Production, supply and distribution online*. Disponível em: <http://apps.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx>. Acesso em: 04.03.2016.

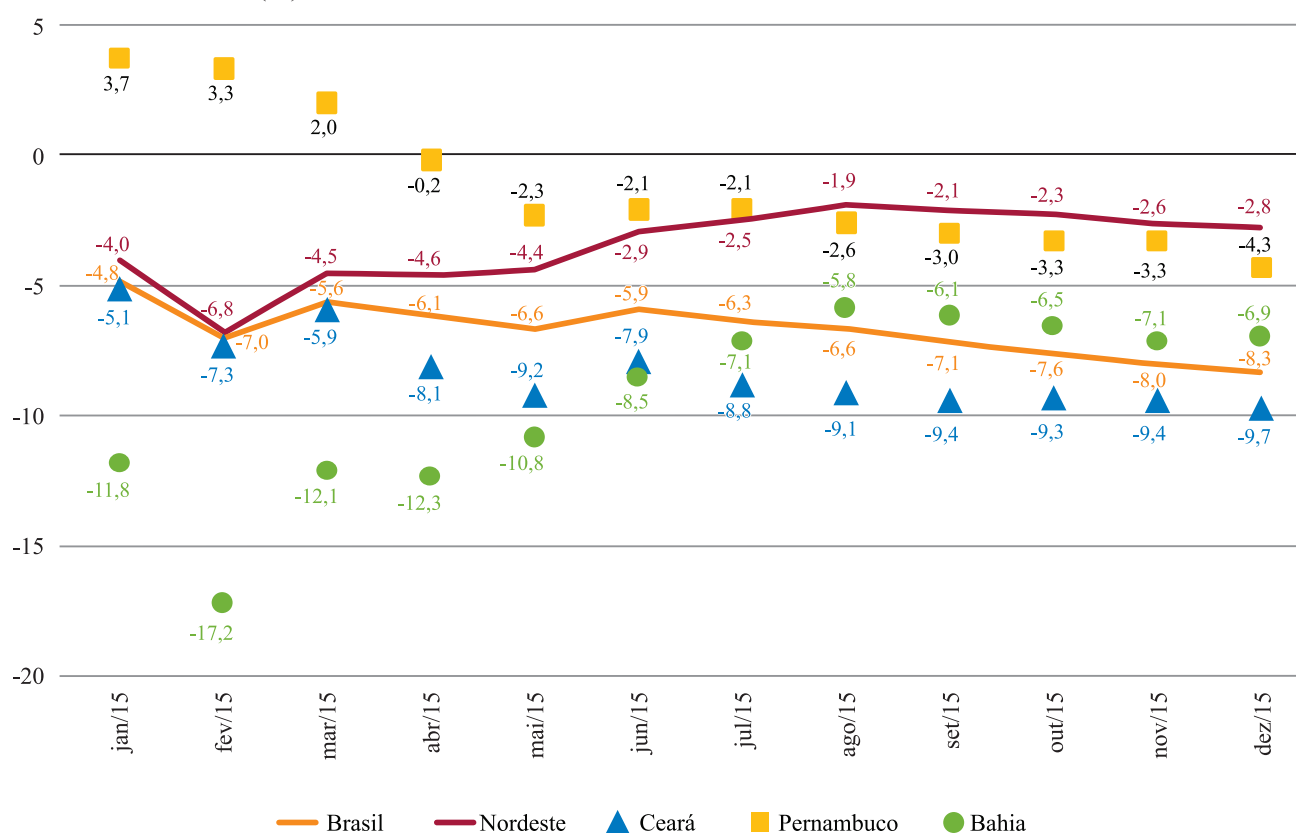
_____. (2016b). *World sugar production, supply, and distribution, 2014*. Disponível em: <http://www.fas.usda.gov/psdonline/>. Acesso em: 02.02.2016.

3.3. PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O indicador da produção industrial para o Brasil em 2015 (-8,3%) apresentou o pior resultado da atual série histórica da *Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)*, iniciada pelo IBGE em 2002. O Nordeste e os estados mais industrializados da Região (Bahia, Pernambuco e Ceará), para os quais o IBGE divulga os resultados da pesquisa PIM-PF, registraram queda na produção industrial no ano. Para Pernambuco

(-4,3%) e Bahia (-6,9%), o indicador acumulado até dezembro também foi o pior da referida série histórica. O Ceará, apesar de ter registrado queda expressiva (-9,7%) dentre os estados citados, enfrentou quadro ainda mais adverso em 2011, quando a sua indústria recuou 13,0%. Por sua vez, a indústria no Nordeste encolheu 2,8% em 2015, o terceiro pior resultado da série (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produção física industrial acumulada no ano – Brasil, Nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia – Jan-dez/2015 (%)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016).

Nota: Indicador acumulado no ano em relação a igual período do ano anterior. Dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes.

Tendo por base o indicador acumulado no ano de 2015 em relação ao do ano precedente, constata-se que a produção industrial do País foi arrefecendo paulatinamente, alcançando o recorde negativo em dezembro. Ao contrário do Brasil, o Nordeste e a Bahia registraram tendência de recuperação da produção industrial ao longo de 2015, embora os respectivos números ainda estivessem abaixo dos verificados em 2014. Por outro lado, a produção deteriorou-se no Ceará ao longo de 2015, enquanto que em Pernambuco a indústria desacelerou entre janeiro e março e em seguida apresentou taxas sucessivas de crescimento

negativo até dezembro, quando a queda na produção industrial atingiu o ápice.

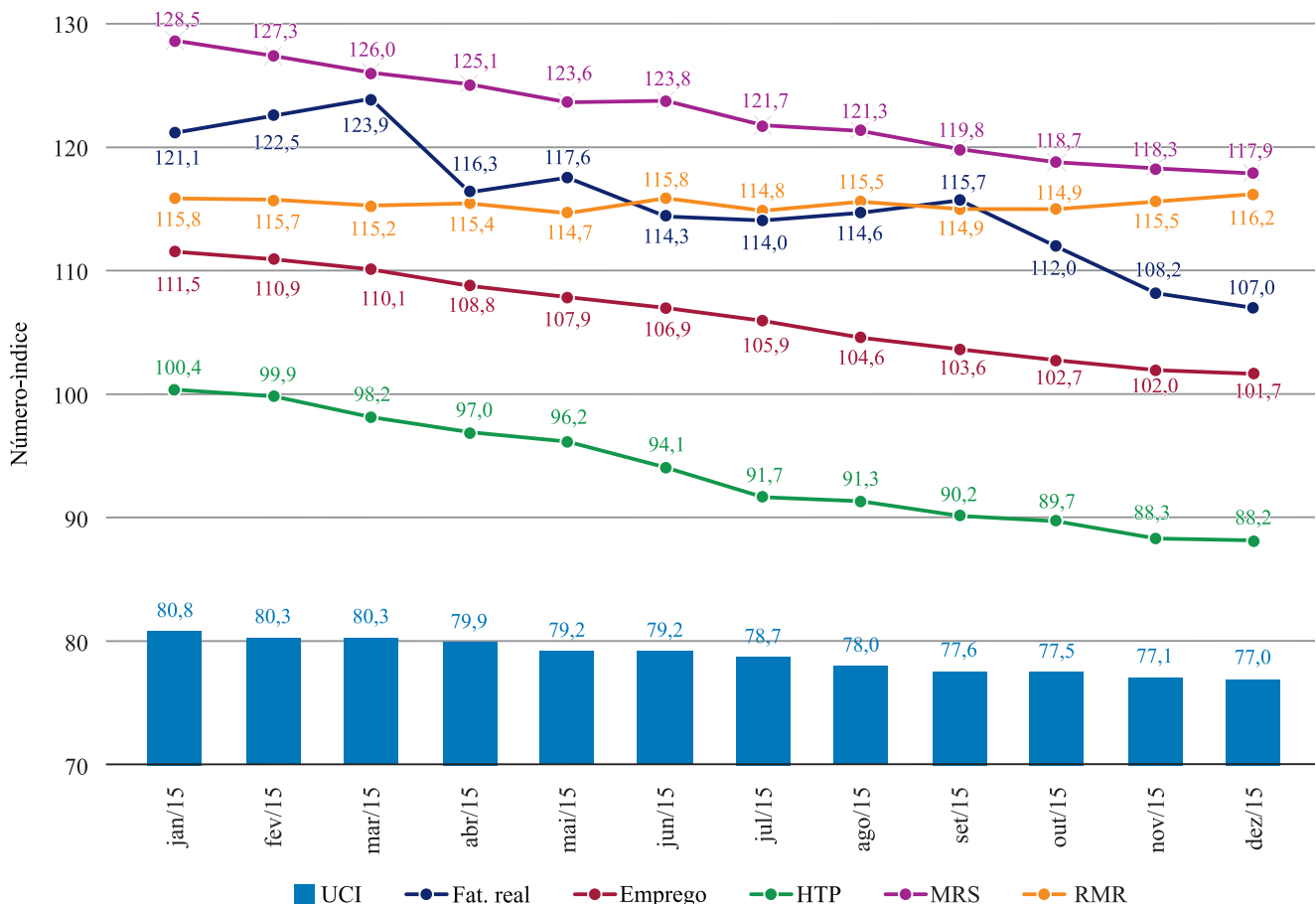
No País, de acordo com os dados da PIM-PF acumulados no ano até dezembro, houve queda na produção industrial em 2015 em todas as grandes categorias econômicas: bens de capital (-25,5%), bens intermediários (-5,2%), bens de consumo duráveis (-18,8%) e bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-6,8%). À exceção dessa última, as demais categorias econômicas alcançaram, em dezembro, o nível mais baixo observado nos meses de 2015, refletindo as dificuldades do setor. Também

diminuíram a produção física, no acumulado do ano, 12 das 15 localidades, 25 dos 26 ramos e 71 dos 79 grupos pesquisados. Trata-se, portanto, de resultados que refletem o quadro de arrefecimento econômico que o País vivencia. Conforme ressalta o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (2015), na raiz desse processo de involução industrial em 2015 estão a deterioração generalizada do estado de confiança dos empresários, a contração do crédito, a elevação dos juros, o intenso corte do investimento público e a paralisa das inversões da Petrobras e do setor de construção pesada.

A queda da produção fabril no País tem sido acompanhada pelo desempenho desfavorável em outros indicadores da indústria. De acordo com a CNI

(2016), todos os indicadores conjunturais da indústria de transformação obtiveram desempenho desfavorável ao longo de 2015, à exceção do rendimento médio real que se manteve estável (Gráfico 2). Tomando por base o indicador acumulado no ano, comparativamente a igual período de 2014, o emprego industrial recuou 8,8%, o faturamento real caiu 11,6%, o número de horas trabalhadas na produção diminuiu 12,2%, a massa salarial real decresceu 8,2% e o nível de utilização da capacidade instalada (UCI) retraiu-se em 3,8 pontos percentuais passando de 80,8% em janeiro de 2015 para 77,0% em dezembro de 2015. Estes números *per se* fornecem um retrato da dimensão da situação na indústria brasileira ao longo de 2015.

Gráfico 2 – Brasil: indicadores conjunturais da indústria de transformação – Jan-Dez/2015



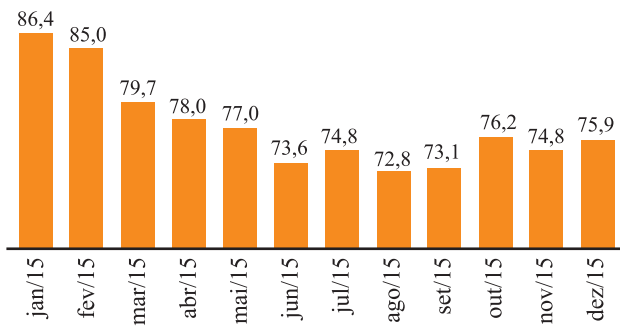
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de CNI (2016).

Notas: Faturamento Real, Emprego, Horas Trabalhadas na Produção (HTP), Massa Salarial Real (MSR), Rendimento Médio Real (RMR) = número-índice de base fixa dessazonalizado - média 2006 = 100; Utilização da Capacidade Instalada (UCI) = percentual médio dessazonalizado.

Apesar da situação desfavorável, existe a perspectiva de recuperação. Observando-se o Índice de Confiança da Indústria, divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2016), constata-se que no segundo semestre de 2015 houve tendência de

reversão à queda contínua desse indicador, vivenciada no primeiro semestre, sinalizando que o pessimismo do empresário industrial está diminuindo, apesar de ainda se manter elevado, com 75,9 pontos em dezembro (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Brasil: Índice de confiança da indústria – Jan-Dez/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de FGV (2016).

Do ponto de vista setorial, dentre os 26 setores de atividades industriais pesquisados pelo IBGE no Brasil, apenas as indústrias extrativas (3,7%) apresentaram crescimento no acumulado do ano até dezembro, comparativamente ao mesmo período de 2014 (Tabela 1). Todos os setores da indústria de transformação do País encolheram a produção em 2015, tendo as maiores retrações ocorridos nos segmentos de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-30,1%) e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,9%). Neste último caso, além da elevada variação negativa, a sua influência na composição do índice geral foi a mais expressiva, correspondendo a -2,36 do mesmo, em valor absoluto. Isto decorreu também em função do seu peso (10,1%) ser um dos mais elevados na composição do índice geral. Ressalte-se que, apesar do desempenho positivo, as indústrias extrativas desaceleraram a produção ao longo do ano, prevendo-se registrar perdas nos primeiros meses de 2016, em parte devido ao desastre ambiental ocorrido em Mariana (MG), que ocasionou a paralisação da produção local de minérios, mas também em função da retração no País das atividades produtivas que demandam bens minerais.

No Nordeste, dos 15 setores pesquisados, três obtiveram crescimento em 2015, comparativamente a 2014, com destaque para a fabricação de veículos automotores (29,3%) conforme a Tabela 1. O crescimento expressivo da produção de veículos no Nordeste decorreu da entrada em operação da fábrica da Fiat Chrysler em Pernambuco, no início de 2015. O impacto positivo da indústria automotiva nordestina no índice geral regional de dezembro correspondeu, em valor absoluto, a 1,54, o maior dentre todas as atividades pesquisadas no Nordeste. Os maiores recuos da produção industrial na Região ocorreram nos segmentos de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-19,3%) e de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-16,0%). Contudo,

os segmentos que mais exerceram impacto no índice de dezembro, além do automotivo, foram em valor absoluto: metalurgia (-0,77) e preparo e fabricação de couro e calçados (-0,65), ambos de forma negativa.

Quanto aos Estados nordestinos cujos dados são divulgados na pesquisa PIM-PF do IBGE, observou-se recuo de produção na maioria dos segmentos fabris. No Ceará, a produção industrial recuou nos 11 setores pesquisados, tendo a atividade têxtil (-33,3%) registrado o pior desempenho. Além de ter a maior queda entre as atividades pesquisadas pelo IBGE no Estado, a sua contribuição para o índice geral de -2,23 em valor absoluto foi também a mais expressiva.

Em Pernambuco, dentre os 12 setores pesquisados, apenas fabricação de produtos alimentícios (6,9%) e fabricação de produtos de limpeza, perfumes e higiene (3,9%) obtiveram avanços no ano. Os demais segmentos experimentaram decréscimo, particularmente fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (-26,7%) e fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-18,1%). No que se refere à composição do índice geral de Pernambuco de dezembro de 2015, cabe destacar que não fora a forte contribuição positiva do segmento de fabricação de produtos alimentícios (2,04, em valor absoluto), a queda do índice geral no Estado teria sido mais elevada. Por outro lado, a fabricação de outros equipamentos de transportes, exceto veículos (-1,74) e a fabricação de bebidas (-1,38) contribuíram negativamente para a composição do índice geral da indústria pernambucana.

Na Bahia, dos 12 setores pesquisados, dois cresceram no ano, particularmente a atividade de fabricação de veículos, reboques e carrocerias (6,5%). Por outro lado, dentre os segmentos que recuaram a produção, cabe destaque para a atividade de fabricação de equipamentos/produtos de informática, eletrônicos e ópticos, que apresentou queda de 54,6%. Contudo, essa expressiva variação na produção física acumulada em 2015 impactou -1,31, em Valor absoluto, a formação do índice geral, diferentemente do segmento de fabricação de coque, produtos de petróleo e biocombustíveis que, apesar de ter caído 13,3% no ano, gerou influência de -3,79, em Valor absoluto, na formação do índice geral da indústria baiana.

Tendo por base os resultados de 2015, depreende-se que tanto a indústria brasileira como a nordestina acumularam perdas expressivas no indicador geral e na maioria das atividades pesquisadas. Ao lado dos problemas estruturais já conhecidos, conforme comentado em edições passadas desta revista, outros fatores de ordem conjuntural contribuíram para o acirramento do quadro da indústria brasileira e nordestina, dentre

os quais a retração da demanda doméstica, influenciada pela política econômica restritiva, marcada por juros altos, ajuste fiscal severo e consequente retração dos investimentos públicos. Além desses fatores, as indústrias brasileira e nordestina foram afetadas em 2015 pelo colapso da confiança dos empresários e das famílias (que se manteve negativa para ambos em todo o ano), diante dos conflitos políticos, do aumento da inflação, da queda na oferta do crédito além da diminuição do emprego e da renda.

Para o ano de 2016, vislumbra-se uma estabilização, considerando a reversão do índice de confiança dos empresários da indústria no segundo semestre ante a queda contínua observada nos meses do primeiro semestre de 2015. Particularmente para os segmentos industriais exportadores, a perspectiva de manutenção do câmbio favorável contribuirá sobremaneira para o aumento do volume de exportação ao mesmo tempo em que desestimula as importações.

Tabela 1 – Variação da produção física industrial das atividades e suas contribuições para o índice geral – Brasil, Nordeste, Ceará, Pernambuco e Bahia - Acumulado jan-dez/2015

Seções e atividades industriais	BR		NE		CE		PE		BA	
	Var. (%)	Contrib. p/ IG	Var. (%)	Contrib. p/ IG	Var. (%)	Contrib. p/ IG	Var. (%)	Contrib. p/ IG	Var. (%)	Contrib. p/ IG
Indústria geral	-8,3	-8,30	-2,8	-2,80	-9,7	-9,70	-4,3	-4,30	-6,9	-6,90
Indústrias extrativas	3,7	0,41	-3,8	-0,34					-6,6	-0,39
Indústrias de transformação	-9,9	-8,71	-2,8	-2,46	-9,7	-9,70	-4,3	-4,30	-6,9	-6,51
Fab. prod. alimentícios	-2,4	-0,33	0,8	0,13	-6,6	-1,12	6,9	2,04	-3,0	-0,24
Fab. bebidas	-5,4	-0,18	-7,0	-0,43	-7,8	-0,86	-12,7	-1,38	-4,3	-0,08
Fab. prod. fumo	-9,3	-0,06								
Fab. prod. têxteis	-14,6	-0,23	-13,6	-0,44	-33,3	-2,23	-5,9	-0,11		
Conf art. vest. e acessórios	-10,9	-0,25	-16,0	-0,62	-7,8	-0,92				
Prep. e fab. art. couro e calçados	-7,5	-0,12	-9,4	-0,65	-10,6	-2,50			-0,5	-0,02
Fab. prod. madeira	-4,6	-0,05								
Fab. celulose e papel	-0,7	-0,02	7,4	0,32			-2,8	-0,09	2,1	0,16
Impressão e reprodução de gravações	-16,5	-0,17								
Fab. coque, prod. petróleo e biocomb.	-5,9	-0,61	-0,9	-0,14	-3,9	-0,25			-13,3	-3,79
Fab. prod. limp., perfumes e higiene	-3,8	-0,05					3,9	0,15		
Fab. outros prod. químicos	-4,9	-0,26	-3,2	-0,32	-12,6	-0,37	-6,3	-0,58	-4,7	-0,76
Fab. prod. farmoquím. e farmac.	-12,4	-0,29								
Fab. prod. borracha e plástico	-9,0	-0,32	-2,5	-0,09			-4,1	-0,25	-0,5	-0,02
Fab. prod. min. não-metálicos	-7,7	-0,28	-7,2	-0,40	-1,5	-0,07	-1,6	-0,15	-10,7	-0,31
Metalurgia	-8,9	-0,48	-13,0	-0,77	-16,5	-0,66	-10,5	-0,76	-10,2	-0,84
Fab. prod. metal, exc. máq/equip	-11,4	-0,41	-19,3	-0,44	-7,2	-0,22	-18,1	-0,89		
Fab. equip. inform., eletr. e ópticos	-30,1	-0,75							-54,6	-1,31
Fab. máq., apar. e materiais elétricos	-12,2	-0,32	-7,1	-0,14	-10,7	-0,50	-9,9	-0,55		
Fab. máquinas e equipamentos	-14,6	-0,72								
Fab. veículos, reboques e carrocerias	-25,9	-2,36	29,3	1,54					6,5	0,70
Fab. outros equip. transp., exc. veículos	-9,6	-0,14					-26,7	-1,74		
Fabricação de móveis	-14,7	-0,19								
Fabricação de produtos diversos	-4,5	-0,05								
Manut., repar. e inst. máq. e equip.	-7,7	-0,10								

Fonte: IBGE (2016)

Elaboração: BNB/ENE/Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Notas: indicador: acumulado no ano em relação a igual período do ano anterior; dados divulgados pelo IBGE sujeitos a ajustes; contribuição para o Índice Geral (IG) em valor absoluto.

REFERÊNCIAS

CNI-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (2016). *Indicadores industriais: estatísticas*. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/publicacoes-e-estatisticas/estatisticas/2016/03/1,38498/indicadores-industriais.html>. Acesso em: 14.03. 2016.

FGV-FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2016). *Sondagem da indústria de transformação*. Disponível em: <http://portalibre.fgv.br/main>.

hannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F. Acesso em: 23.03. 2016.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Industrial mensal: produção física. Tabela 3653 - Produção física industrial, por seções e atividades industriais*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3653&z=t&o=22>. Acesso em: 14.03. 2016.

IEDI-INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (2016). *Carta IEDI n. 712. Produção da indústria de transformação mundial: o Brasil no final da fila*. Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_712.html. Acesso em: 09.01. 2016.

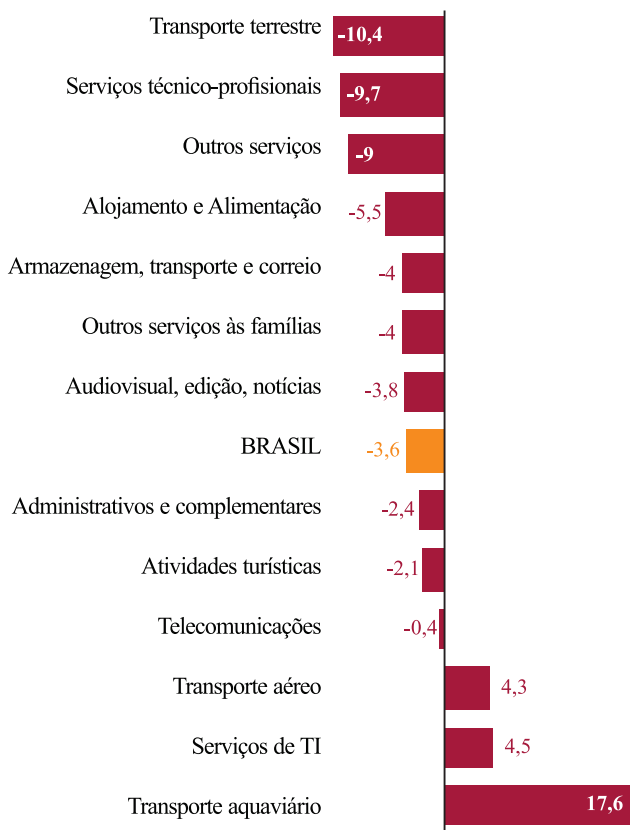
_____. *Carta IEDI n. 724 - Dez pontos sobre a indústria e a economia brasileira em 2015*. Disponível em: http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_724.html. Acesso em: 24.03. 2016.

3.4. SERVIÇOS E COMÉRCIO

3.4.1. Serviços

O setor de serviços, em termos nacionais, apresentou retração de 3,6% em 2015. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, quase todas as atividades registraram declínio, a exemplo de transporte terrestre, com queda de 10,4%. Outras atividades também exibiram recuos, tais quais os serviços técnico-profissionais com -9,7% e outros serviços com -9,0%. Alguns serviços conseguiram manter crescimento em 2015 a exemplo de transporte aéreo (4,3%) e serviços de tecnologia da informação (4,5%). Cabe destacar ainda o transporte aquaviário, com crescimento de 17,6% (Gráfico 1).

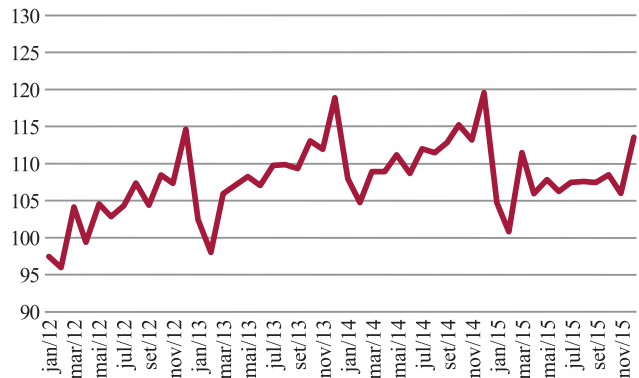
Gráfico 1 - Variação percentual acumulada do volume de serviços em 2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016a).

O setor de serviços foi afetado pela desaceleração econômica, porém, em proporção menor quando se compara com o comércio. Assim, o volume de serviços recuou a níveis de 2012 e 2013, conforme o Gráfico 2.

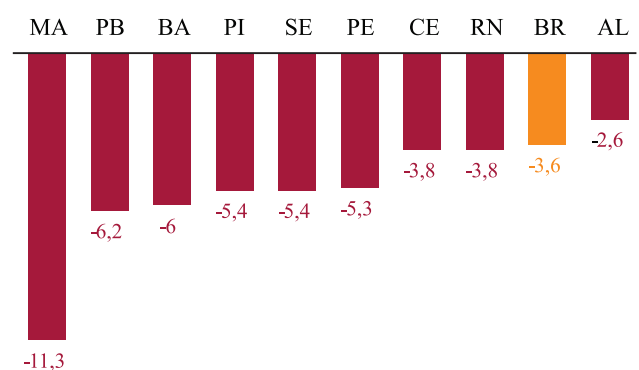
Gráfico 2 - Volume de serviços 2012 a 2015 – Base fixa 2011=100



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016a).

O setor de serviços nos estados do Nordeste decresceu em 2015, tendo inclusive apresentado números abaixo da média nacional, com exceção de Alagoas. Os serviços recuaram 2,6% naquele Estado ante uma queda de 3,6% do setor no Brasil. As demais unidades federativas obtiveram resultados abaixo da média nacional cabendo mencionar a queda de 11,3% do Maranhão (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Variação percentual acumulada do volume de serviços nos estados do Nordeste em 2015



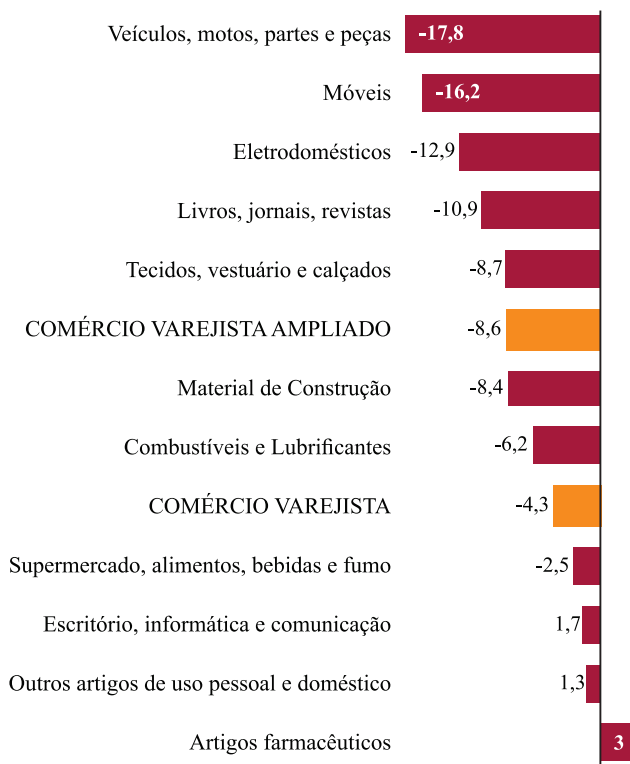
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016a).

Os resultados negativos do setor de serviços acompanham a retração econômica ocorrida no País em 2015. Apesar da queda ter sido de menor intensidade quando se compara com o comércio, o segmento de serviços começa a sofrer com a redução do rendimento das famílias, com o aumento do desemprego e aumento da inflação o que obriga as famílias a alterarem hábitos, reduzir ou não utilizar determinados serviços, com impacto negativo no setor.

3.4.2 Comércio

O comércio varejista restrito apresentou queda de 4,3% no volume de vendas com ajuste sazonal em 2015. A única atividade com resultado positivo no mesmo período foi a venda de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria. Os maiores recuos ocorreram no volume de vendas de móveis e eletrodomésticos, com declínios de 16,2% e 12,9%, respectivamente. O comércio varejista ampliado, que inclui a comercialização de materiais de construção e veículos, registrou decréscimo de 8,6% em 2015 em relação com o ano anterior. O volume de vendas de veículos, motos, partes e peças recuou 17,8%, enquanto as de material de construção apresentaram queda de 8,4%. As demais atividades exibiram resultados negativos, conforme pode ser observado no Gráfico 4.

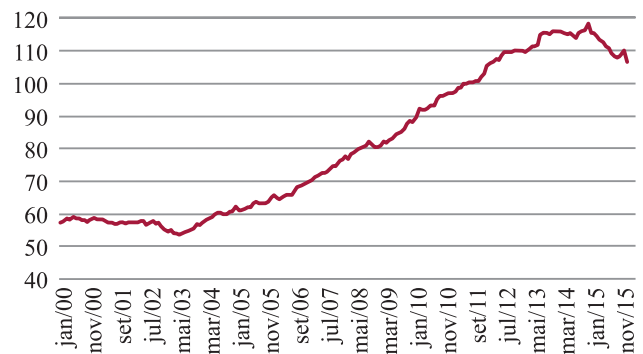
Gráfico 4 – Variação % acumulada das atividades do comércio em 2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016b).

Analisando-se o volume de vendas do varejo restrito em médio prazo, percebe-se que desde 2004 o setor apresentava crescimento consistente. Referida trajetória foi interrompida no início de 2014 e mudou de direção durante o ano seguinte. O Gráfico 5 permite visualizar o recuo do volume de vendas de 2015 para níveis comparáveis com os do final do ano de 2011 e início de 2012.

Gráfico 5 - Volume de vendas do varejo restrito com ajuste sazonal. Base fixa 2011=100



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016b).

As vendas de material de construção, que tiveram queda no final de 2008 em função da crise econômica mundial, voltaram a sofrer declínio em 2015, após um período consistente de crescimento a partir de 2009. Essa tendência já se apresentava desde 2013, conforme pode ser observado no Gráfico 6.

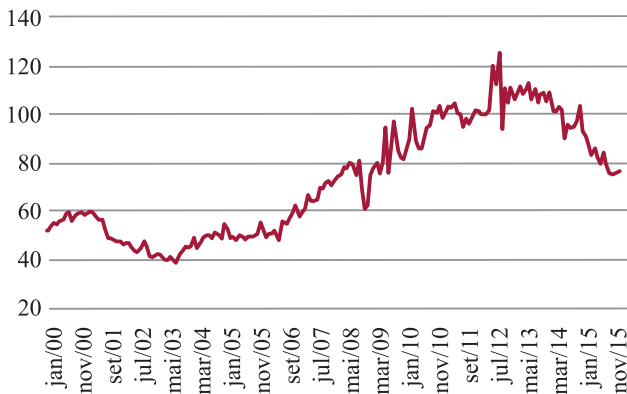
Gráfico 6 - Volume de vendas de material de construção com ajuste sazonal. Base fixa 2011=100



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016b).

A análise da série do volume de vendas de automóveis, motos, partes e peças apresenta um quadro peculiar. Ocorreu queda no volume de vendas a partir de 2008 em função da crise econômica mundial, seguida de diversos altos e baixos das vendas e picos de crescimento em função de estímulos fiscais do governo. Também foram realizadas diversas mudanças na legislação referente ao financiamento para a compra de veículos, a exemplo da simplificação dos procedimentos para a retomada desses bens por falta de pagamento, quando estes figuram como garantia do negócio. No entanto, de acordo com o Gráfico 7, desde 2012 a atividade vem perdendo força e terminou 2015 com níveis de venda comparáveis com os do ano de 2009.

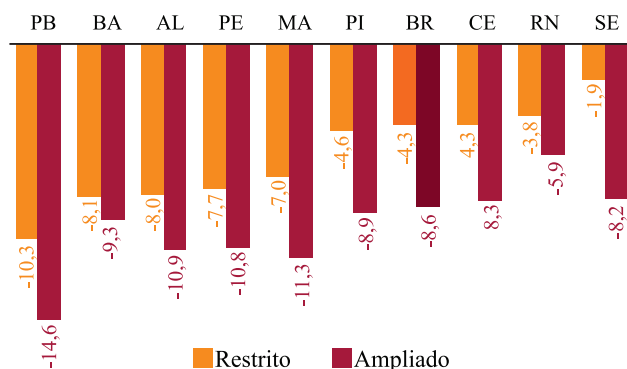
Gráfico 7 - Volume de vendas de automóveis, motos, partes e peças com ajuste sazonal. Base fixa 2011=100



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016b).

Em termos de Nordeste, o comércio registrou resultados negativos para todos os estados da Região. A maior queda no varejo restrito ocorreu na Paraíba, com recuo de -10,3% em 2015 em comparação com 2014. Sergipe registrou a menor queda, -1,9%, entre os estados do Nordeste. Em termos de comércio ampliado, a Paraíba também apresentou o pior resultado no ano de 2015 com declínio de 14,6% em relação ao ano anterior, tendo o Rio Grande do Norte registrado o menor recuo, ou seja, 5,9% (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Variação percentual acumulada do volume de vendas nos estados do Nordeste em 2015



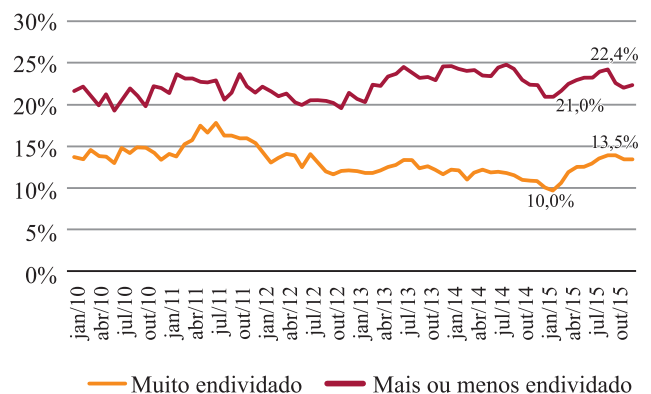
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016b).

A retração econômica com reflexos no mercado de trabalho explicam os resultados obtidos no comércio no ano em análise. Com o encolhimento dos rendimentos, a redução das oportunidades formais de trabalho e com o aumento do desemprego é natural que as famílias diminuam o consumo ou adiem a decisão de compras de determinados bens. O impacto mais direto ocorreu na categoria dos bens duráveis, que podem ter as compras adiadas mais facilmente pelas famílias.

É importante frisar que parte da renda dos consumidores está comprometida com dívidas. Assim, as famílias precisarão realizar o pagamento de compromissos já assumidos. Para o setor de vendas de automóveis, móveis e eletrodomésticos esse componente é fundamental, pois as famílias podem adiar a decisão de compra desses bens.

Conforme o Gráfico 9, o percentual de famílias muito endividadas ou mais ou menos endividadas estava caindo desde 2011. Em janeiro de 2015, aproximadamente 31% das famílias se encontravam naquela situação. No entanto, houve elevação no percentual de famílias com alto nível de dívidas, alcançando 35,9% das famílias em dezembro do mesmo ano.

Gráfico 9 – Percentual de famílias com alto nível de dívidas



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNC (2016).

Conforme o Gráfico 10, o percentual de famílias com dívidas em atraso sofreu uma forte alteração na tendência de queda observada desde 2010. No início de 2015, 30,9% das famílias tinham dívidas em atraso. No entanto, em dezembro do mesmo ano, o percentual de famílias naquela situação subiu para 37,9%.

Gráfico 10 – Percentual de famílias com dívidas em atraso.



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da CNC (2016).

Existem perspectivas de recuperação do comércio nos próximos meses considerando a tendência de arrefecimento dos níveis inflacionários. Apesar da oferta mais restrita, os bancos continuam ofertando crédito. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, ampliou o limite de financiamento para imóveis usados, podendo alcançar até 80% do valor do bem. Essa decisão poderá reaquecer as vendas de materiais de construção para pequenas reformas e aumentar a rotação dos imóveis com impacto positivo na construção ou venda de imóveis novos.

REFERÊNCIAS

CNC (2016). Pesquisa nacional de endividamento e inadimplência do consumidor. Disponível em: http://www.cnc.com.br/sites/default/files/arquivos/releasse_peic_marco_2016.pdf. Acesso em: 31.03.2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a). *Pesquisa mensal de serviços-dezembro 2015*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 18.03.2016.

(2016b). *Pesquisa mensal do comércio-dezembro 2015*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 18.03.2016.

4. TURISMO

O turismo internacional, representado por gastos com viagens e transporte de passageiros, movimentou cerca de US\$ 1,2 bilhão anualmente, correspondendo a aproximadamente 30% das exportações mundiais de serviços ou 6% do total das exportações de bens somadas a serviços. Em termos de categorias do comércio internacional, o turismo está colocado em quinto lugar, atrás somente de combustíveis, produtos químicos, agropecuários e automóveis (OMT, 2016).

O fluxo de turistas internacionais aumentou 4,4% em 2015, tendo alcançado aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas, representando 50 milhões a mais em comparação com 2014. Apesar da crise econômica e dos conflitos que têm afetado diversos países, o número de visitantes internacionais tem se expandido em cerca de 4% ao ano desde 2010, uma tendência que proporciona crescimento econômico, receita de exportação e empregos para os países receptores desses viajantes (OMT, 2016).

A Europa obteve 51,4% dos fluxos do turismo internacional em 2015, totalizando 609 milhões de viajantes; a Ásia/Pacífico ficou com 23,4% equivalendo a 277 milhões de pessoas; seguem as Américas com 16,1% ou 191 milhões de turistas; o Oriente Médio com 4,6%, somando 54 milhões de visitantes; e a África com 4,5%, isto é, 53 milhões de viajantes.

Tabela 1- Movimento de Passageiros - 2014 e 2015

2014				2015			
Região/País	Passageiros domésticos	Passageiros internacionais	Total	Região/País	Passageiros domésticos	Passageiros internacionais	Total
Norte	11.695.135	341.330	12.036.465	Norte	11.435.202	340.177	11.775.379
Nordeste	34.073.472	949.929	35.023.401	Nordeste	33.376.349	937.891	34.314.240
Centro – Oeste	25.856.874	634.985	26.491.859	Centro -Oeste	27.321.609	715.395	28.037.004
Sudeste	95.480.967	18.208.871	113.689.838	Sudeste	84.228.724	29.280.603	113.509.327
Sul	23.566.214	1.011.780	24.577.994	Sul	23.742.382	883.738	24.626.120
Brasil	190.672.662	21.146.895	211.819.557	Brasil	180.104.266	32.157.804	212.262.070

Fonte: Infraero com dados adicionais dos aeroportos de Guarulhos, Brasília, Viracopos, Galeão, Natal e Confins-BH

Os aeroportos do Nordeste movimentaram 34,3 milhões de passageiros, dos quais 33,4 milhões de origem nacional e cerca de 900 mil estrangeiros em 2015, números ligeiramente inferiores aos de 2014 (Tabela 1). O Nordeste, portanto, tem se configurado como a segunda Região receptora turística, com 16,2% da movimentação de passageiros do País em 2015.

Conforme a Tabela 2, os aeroportos de Salvador (9,0 milhões de passageiros) Recife (6,7 milhões), Fortaleza (6,3 milhões) e Natal (2,5 milhões) registraram os maiores movimentos na Região em 2015 (Infraero, 2016).

Os principais países receptores foram França, Estados Unidos, Espanha, China, Itália, Turquia, Alemanha, Reino Unido, Rússia e México, nessa ordem. O Brasil ficou em quarto lugar nas Américas, sendo Estados Unidos, México e Canadá os três primeiros.

Em termos de países emissores, cabe destacar a crescente importância da China, enquanto que Rússia e Brasil perderam posições devido à situação econômica nesses países. Outros grandes emissores são os residentes provenientes de países desenvolvidos, isto é, Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Japão, Canadá, Austrália, Itália e Espanha.

Especificamente em termos de Brasil, a movimentação operacional nos principais aeroportos do País totalizou um recorde de 212,2 milhões de passageiros embarcados e desembarcados em 2015, dos quais 180,1 milhões provenientes de voos domésticos e 32,1 milhões de voos internacionais (Tabela 1). Em 2014, os aeroportos brasileiros registraram 211,8 milhões de passageiros, dos quais 190,7 milhões procedentes de voos nacionais e 21,1 milhões de voos internacionais. Referidos dados representam uma *proxy* da movimentação turística no País, uma vez que as estatísticas detalhadas relativas aos fluxos de 2014 e 2015 não foram divulgadas até a confecção dessa publicação (Infraero, 2016).

Tabela 2 - Movimento de passageiros nos aeroportos das capitais – 2014 / 2015

Cidade	2014	2015	var (%)
Fortaleza	6.501.882	6.347.543	-2,37
Salvador	9.152.159	9.047.403	-1,14
Recife	7.190.381	6.700.696	-6,81
São Luís	1.833.799	1.701.015	-7,24
Natal	2.515.536	2.504.036	-0,46
Maceió	1.893.688	1.982.393	4,68
João Pessoa	1.327.284	1.463.315	10,25
Teresina	1.173.643	1.209.559	3,06
Aracaju	1.377.535	1.280.236	-7,06
Capitais NE	32.965.847	32.236.196	-2,21

Fonte: Infraero Nacional e Aeroporto Internacional de Natal

Ainda de acordo com a Infraero (2016), aproximadamente 2,7 milhões de voos foram registrados nos principais aeroportos do País em 2015, sendo 2,4 milhões domésticos

e 260 mil internacionais. No Nordeste, a movimentação de aeronaves alcançou 385 mil voos em 2015, dos quais 377 mil nacionais e quase oito mil internacionais (Tabela 3).

Tabela 3 - Movimento de Aeronaves – 2014 e 2015

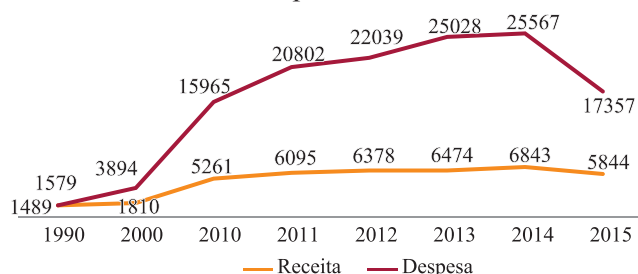
2014				2015			
Região/País	Voos Domésticos	Voos Internacionais	Total	Região/País	Voos domésticos	Voos internacionais	Total
Norte	251.157	5.211	256.368	Norte	219.308	7.771	227.079
Nordeste	410.742	6.438	417.180	Nordeste	377.229	7.552	384.781
Centro - Oeste	337.532	5.546	343.078	Centro - Oeste	333.522	6.298	339.820
Sudeste	1.399.789	121.874	1.521.664	Sudeste	1.197.073	226.567	1.423.640
Sul	329.284	12.180	341.464	Sul	308.000	12.596	320.596
Brasil	2.728.504	151.249	2.879.754	Brasil	2.435.132	260.784	2.695.916

Fonte: Infraero com dados adicionais dos aeroportos de Guarulhos, Brasília, Viracopos, Galeão, Natal e Confins-BH.

Conforme dados do BACEN (2016), os gastos efetuados por turistas estrangeiros em visita ao Brasil, medidos pela receita da conta viagens do balanço de pagamentos, totalizaram US\$ 3,6 bilhões em 2015, pouco mais da metade do recorde obtido em 2014, isto é, US\$ 6,8 bilhões.

Por sua vez, as despesas de turistas brasileiros no exterior somaram US\$ 17,4 bilhões em 2015, valor inferior ao pico registrado em 2014 (US\$ 25,6 bilhões), conforme especificado no Gráfico 1.

Gráfico 1- Receita e despesa cambial turística



Fonte: Bacen (2016).

Apesar do arrefecimento da economia, as expectativas do turismo são favoráveis no Brasil nos próximos anos. Contribuem para essas perspectivas a queda do preço dos combustíveis, a desvalorização cambial e a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 no País.

Referidas competições, em conjunto com os eventos internacionais realizados desde 2007, a exemplo dos Jogos Pan-Americanos, a Rio+20, a Copa das Confederações, os Jogos Militares e a Copa do Mundo proporcionaram ampla divulgação do Brasil no exterior, além de gerar benefícios como a criação de empregos diretos e indiretos, o aumento do fluxo de visitantes estrangeiros, a atração de investimento estrangeiro, a revitalização de áreas urbanas e a melhoria

na infraestrutura aeroportuária.

A expectativa é que de 300 a 500 mil turistas estrangeiros visitem o Brasil em função dos Jogos Olímpicos, além da participação de 10.500 atletas de 206 países. A tocha olímpica percorrerá o Nordeste, pernoitando em 25 municípios. Salvador será ainda uma das seis cidades-sede da modalidade de futebol. Vale ressaltar que durante a realização da Copa do Mundo 2014, o Brasil recebeu um milhão de visitantes estrangeiros, que gastaram aproximadamente US\$ 1,5 bilhão durante a competição (BRASIL, 2016).

O Governo Federal tem desenvolvido uma série de ações integradas e relacionadas ao setor turístico com foco nesses megaeventos. As iniciativas incluem aspectos como a facilitação de viagens, em especial a isenção de vistos para turistas provenientes de importantes mercados emissores. A promoção do setor envolve uma estratégia articulada de gerenciamento da imagem Brasil no mundo em feiras, campanhas e ações de divulgação de diversos destinos e produtos turísticos nacionais, para que os visitantes estrangeiros desfrutem das cidades brasileiras.

As ações de qualificação incluem a capacitação de 9 mil pessoas ligadas ao setor de turismo. Além disso, o Ministério do Turismo realizará, no período dos Jogos Olímpicos, pesquisas com turistas internacionais, domésticos e jornalistas estrangeiros. Esses estudos têm como objetivo conhecer a demanda nacional e internacional, além de investigar a imagem do Brasil junto aos profissionais de imprensa.

Em 2014, quando o Brasil sediou a Copa do Mundo de futebol, uma pesquisa do Ministério do Turismo apontou índices favoráveis quanto à experiência dos turistas estrangeiros no País. Entre os mais de 6,6 mil visitantes entrevistados, 95% afirmaram querer voltar ao Brasil; 61% ainda não conheciam o País e elogiaram

os serviços de infraestrutura e turismo; 92% avaliaram positivamente a segurança pública; 98% consideraram positivos o atendimento e a receptividade; e 92,3% tinham como principal motivação da viagem participar da Copa (BRASIL, 2016).

Finalmente, estão sendo desenvolvidas ações no sentido de promover os produtos da agricultura familiar e o estímulo a padrões sustentáveis de produção e consumo. Além disso, estimula-se a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística.

REFERÊNCIAS

BACEN-Banco Central do Brasil (2016). *Balanço de pagamentos*. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em 21.03.2016.

BRASIL (2016). *Bem vindo ao Rio*. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/bem-vindoario>. Acesso em: 21.03.2016.

Infraero-Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (2016). *Movimento operacional da rede Infraero*. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/index.php/br/estatistica-dos-aeroportos.html>. Acesso em: 10.03.2016.

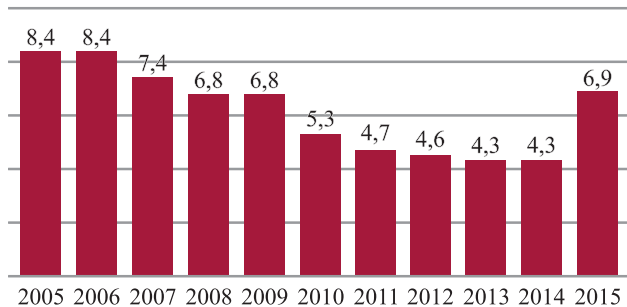
OMT-Organização Mundial do Turismo (2016). *Barômetro do turismo mundial*. Disponível em: <http://mkt.unwto.org/en/barometer>. Acesso em: 10.03.2016.

5. MERCADO DE TRABALHO

5.1. Taxa de desocupação

Em 2015, a economia brasileira apresentou um processo de desaceleração⁵, tendo em vista que o Produto Interno Bruto (PIB) registrou retração de 3,8% em relação ao ano anterior, segundo o IBGE (2016a), a maior contração da série iniciada em 1996. Neste sentido, os reflexos do baixo dinamismo da economia brasileira se sobrepujam no mercado de trabalho. Depois de atingir a menor taxa de desocupação de uma série histórica de 10 anos, precisamente em dezembro de 2014 (4,3%), referido indicador voltou a subir e alcançou 6,9% em dezembro de 2015, patamar maior do que o observado nos anos de 2008 e 2009, início da crise internacional, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação - Nacional - 2005 a 2015 (Dezembro de cada ano, em %)

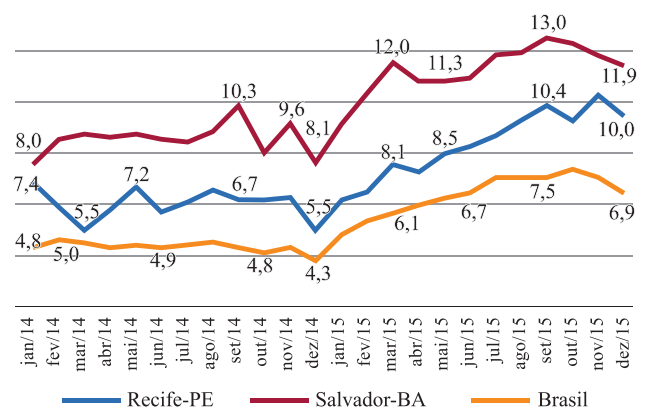


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016a).

Quanto ao indicador regional, os dados disponíveis da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para Recife (10,0%) e Salvador (11,9%) ainda apresentaram taxas de desocupação acima da média nacional, em dezembro de 2015.

Como mostra o Gráfico 2, entre dezembro de 2014 e de 2015, tanto em Recife quanto em Salvador, o crescimento das taxas de desocupação aconteceu de forma acelerada, quando os indicadores cresceram 4,5 e 3,8 pontos percentuais, respectivamente. No entanto, no último trimestre de 2015, percebe-se uma leve tendência decrescente da taxa de desocupação nas duas regiões metropolitanas. De fato, essa redução pode ser explicada pelo aumento das contratações temporárias de final de ano.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de desocupação (% da PEA) no período de janeiro/2014 a dezembro/2015: Brasil, RM Salvador e RM Recife



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016a). Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

5.2. Rendimentos da População Ocupada

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego - PME percebe-se uma tendência de queda nos rendimentos reais ao longo do ano de 2015 tanto para o agregado nacional quanto para as Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife, conforme o Gráfico 3.

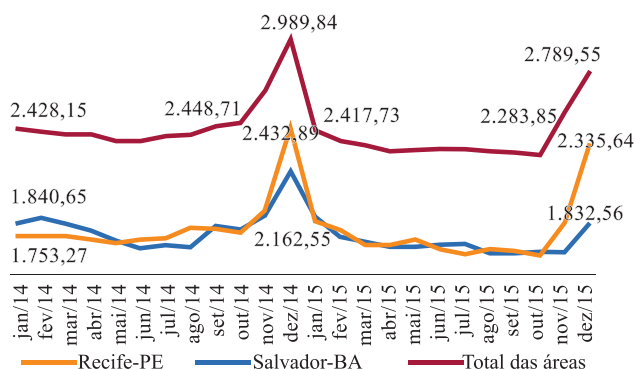
Diante da desaceleração da economia nacional e regional, elevada taxa Selic (14,25%) e com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 10,67% em 2015 (a maior taxa desde 2002, quando atingiu 12,53%)⁶, o cenário do mercado de trabalho se deteriora. Em termos nacionais, a média da remuneração por pessoa ocupada desvalorizou 6,7% em dezembro de 2015 (R\$ 2.789,55), quando comparado com o mesmo período de 2014 (R\$ 2.989,84), de acordo com o Gráfico 3.

Quanto às Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife, o cenário também não é favorável. Conforme os dados da PME, verifica-se que à medida que as taxas de desocupação registraram aumentos consecutivos durante o ano de 2015 (Gráfico 2), as remunerações médias reais apresentaram uma trajetória descendente neste mesmo período (Gráfico 3). Embora tenha apresentado crescimento no último trimestre, as remunerações médias nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife desvalorizaram em dezembro de 2015 em 15,2% e 4,0%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

⁵ O quadro recessivo da economia brasileira iniciou-se a partir do segundo trimestre de 2014.

⁶ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016 d).

Gráfico 3 – Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada por Região Metropolitana – Janeiro/2014 a Dezembro/2015



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da PME - IBGE (2016a).
Nota: Rendimento médio habitual da população ocupada (RS), a preços de janeiro/2016.

5.3. Ocupação

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2014⁷, os quais revelam que o Brasil criou 418 mil de vagas formais de trabalho nos setores público e privado. Com isso, ao final de 2014, o Brasil registrou 49,57 milhões de trabalhadores com vínculo empregatício, 1,3% a mais que em 2013.

No Nordeste, a RAIS 2014 mostrou que foram criadas 313,2 mil vagas, somando 9,1 milhões de trabalhadores com vínculo empregatício, isto é, 2,3% a mais que em 2013, crescimento superior à média nacional. Dentre os Estados que mais empregam, destacam-se Bahia, Pernambuco e Ceará, que juntos garantem 62,3% dos vínculos empregatícios da Região.

Analisando-se o período compreendido entre 2005 e 2014, conforme a Tabela 1, o estoque de mão de obra no Nordeste (57,2%) cresceu mais que o Nacional (49,1%). Entre os estados, Maranhão (84,6%), Ceará (68,7%) e Pernambuco (61,4%) foram os que registraram maior incremento em seus estoques de mão de obra. Com exceção do Maranhão, onde a indústria extrativa mineral avançou 388% entre 2005 e 2014, os setores que se destacaram neste período foram construção civil (Ceará: 227%; Maranhão: 224%; Pernambuco: 117%), comércio (Maranhão: 119%; Ceará: 106%; Pernambuco: 83%) e serviços (Maranhão: 97%; Pernambuco: 95%; Ceará: 86%).

⁷ A RAIS ano-base 2015 está em processo de declaração por parte dos empregadores.

Tabela 1 – Estoque de vínculos empregatícios em 31/12 – Nordeste 2005 e 2014.

UF	2005	2014	Δ%
Bahia	1.596.990	2.372.583	48,6
Pernambuco	1.095.551	1.768.543	61,4
Ceará	920.161	1.552.447	68,7
Maranhão	400.154	738.826	84,6
Paraíba	420.835	679.180	61,4
Rio Grande do Norte	450.797	632.140	40,2
Alagoas	367.116	514.391	40,1
Piauí	279.198	457.730	63,9
Sergipe	277.788	417.023	50,1
Nordeste	5.808.590	9.132.863	57,2
Brasil	33.238.617	49.571.510	49,1

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2016 b).

Historicamente, os setores da indústria e dos serviços apresentam os maiores estoques de mão de obra tanto nacionalmente como no Nordeste brasileiro, de acordo com a Tabela 2. Entre 2005 e 2014, a atividade de serviços na região Nordeste passou de 4.475.032 para 7.056.681 empregos formais, crescimento de 5,2% no período, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (BRASIL, 2016b). Na mesma base de comparação, a indústria regional saltou de 1.101.102 para 1.832.708 empregos formais, apresentando crescimento de 5,8%.

Tabela 2 – Estoque de vínculos empregatícios – Brasil e Nordeste 2005 e 2014.

Região	Setor	2005		2014	
Nordeste	Serviços	4.475.032	77%	7.056.681	77%
	Indústria	1.101.102	19%	1.832.708	20%
	Agropecuária	232.456	4%	243.474	3%
	Total	5.808.590	100%	9.132.863	100%
Brasil	Serviços	24.059.890	72%	36.397.435	73%
	Indústria	7.868.407	24%	11.694.412	24%
	Agropecuária	1.310.320	4%	1.479.663	3%
	Total	33.238.617	100%	49.571.510	100%

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2016 b). Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Com o arrefecimento da economia nacional, a indústria (-6,2%) e os serviços (-2,7%) registraram as maiores contrações no valor agregado em 2015 em relação ao período anterior. Como resultado do baixo desempenho destas atividades, o saldo acumulado no ano de empregos

formais foi negativo em 1.049.650 e 479.042, respectivamente. Enquanto a agropecuária seguiu com expansão tanto em seu valor adicionado (1,8%) quanto na geração de empregos formais, com saldo acumulado positivo em 10.018 novos postos de trabalho (Brasil, 2016a).

Influenciada pelos efeitos do ajuste macroeconômico e tendo em vista as baixas expectativas dos empresários e consumidores, a economia regional arrefeceu em 2015. Com isso, a deteriorização do mercado de trabalho foi sentida principalmente nos setores mais dinâmicos. No agregado regional, indústria, serviços e agropecuária

registraram saldos negativos em 170.758, 71.123 e 2.288 postos de trabalho no ano, respectivamente.

Detendo aproximadamente 20% do estoque de empregos no Nordeste, a indústria ressentiu-se dos efeitos dos ajustes na economia apresentando saldo negativo de 170.758 postos de trabalho. Dentre as atividades manufatureiras, a construção civil e a indústria de transformação foram as mais afetadas pelo baixo nível de investimentos, registrando saldo negativo de 111.815 e 57.711 de postos de trabalho, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3 – Saldo acumulado de empregos formais, por setores no Brasil, grandes regiões e estados do Nordeste: Janeiro a dezembro de 2015

Brasil / Regiões / Estados	Extrativa mineral	Indúst. De transf.	Serviços Ind. De Util. Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrop., extr veg, caça e pesca	Total
Norte	-1.129	-31.676	-65	-46.861	-4.654	-3.936	-434	-1.664	-90.419
Nordeste	-2.183	-57.711	951	-111.815	-24.695	-46.953	525	-2.288	-244.169
Piauí	-71	-1.648	1.657	-9.197	1067	7.036	-42	-520	-1718
Sergipe	-174	-679	368	-2.038	-808	362	-126	-1342	-4.437
Alagoas	-10	-3.159	129	-4.750	-1.510	5.163	-51	460	-3.728
Rio Grande do Norte	-294	-3.879	-342	-6.256	-1.901	811	-262	421	-11.702
Maranhão	-689	-1.588	621	-5.483	-630	-5.887	4	-1.776	-15.428
Paraíba	-232	-3.634	-121	-8.043	-1484	-556	-7	-562	-14.639
Ceará	-227	-17.490	590	-12.239	-2.567	-2521	566	1.126	-32.762
Bahia	-211	-8.173	-887	-33.585	-8.412	-20.518	454	-3.089	-74.421
Pernambuco	-275	-17.461	-1064	-30.224	-8.450	-30.843	-11	2.994	-85.334
Sudeste	-8.558	-350.131	-8.815	-187.961	-124.954	-203.298	-10.324	5.255	-888.786
Sul	-1.343	-138.770	-406	-40.164	-35.572	-17.670	-955	3.244	-231.636
Centro-Oeste	-1017	-29.624	329	-32.701	-13.300	6.985	193	5.471	-63.664
Brasil	-14.230	-607.912	-8.006	-419.502	-203.175	-264.872	-10.995	10.018	-1.518.674

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2015a).

É importante frisar que o saldo acumulado negativo de empregos formais na Região vem sendo atribuído à queda no número de contratações, e não pelo aumento do número de demissões. O contingente de contratações reduziu-se 17,3%, enquanto as demissões recuaram 5,9% entre 2014 e 2015. Referida tendência difere dos anos anteriores, quando as admissões e as demissões foram expressivas entre 2005 e 2014, com as primeiras superando em larga medida as últimas, com exceção de 2012, conforme dados do CAGED (Tabela 4).

Na movimentação do emprego formal por Estado, verifica-se que todas as unidades federativas do Nordeste registraram saldo negativo no acumulado do ano de 2015. Porém, cabe evidenciar que este resultado, em parte, é em decorrência da queda acentuada no número de contratações, tendo ocorrido uma redução do número de demissões entre os anos de 2014 e 2015. Salienta-se que somente o Piauí não trilhou com este mesmo cenário, quando as contratações reduziram em 7,3% e as demissões

cresceram 3,7% neste mesmo período.

Os estados que mais reduziram nas admissões entre 2014 e 2015 foram Pernambuco, Bahia e Ceará, com contrações em 24,3%, 17,2% e 14,4%, respectivamente (Tabela, 5).

Diante da retração dos negócios, as empresas estão contratando menos, no entanto, as demissões seguem em ritmo moderado, com redução do número de demissões entre 2014 e 2015. Como hipótese, como é relativamente alto o custo de contratação, as empresas se sentem obrigadas a não contratar, embora retendo parte da mão de obra mais qualificada, dispensando a de menor qualificação.

O cenário poderia ser pior se as contratações seguissem reduzindo e as demissões estivessem em crescimento, como ocorreu em 2012.

Tabela 4 – Movimentação do emprego formal – Admitidos, desligados e saldo – 2005 a 2015 – Brasil e Nordeste

Anos	Nacional			Nordeste		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
2005	12.959.470	11.395.508	1.563.962	1.733.090	1.447.547	285.543
2006	13.655.772	12.123.344	1.532.428	1.836.948	1.588.484	248.464
2007	15.317.898	13.360.310	1.957.588	2.003.087	1.703.742	299.345
2008	17.652.234	15.933.033	1.719.201	2.261.720	1.994.238	267.482
2009	17.350.287	16.016.481	1.333.806	2.393.436	2.065.001	328.435
2010	20.647.616	18.002.828	2.644.788	2.919.815	2.393.055	526.760
2011	22.012.701	19.981.491	2.031.210	3.113.167	2.749.606	363.561
2012	21.847.155	20.463.302	1.383.853	3.038.260	2.821.803	216.457
2013	22.366.698	21.178.775	1.187.923	3.136.785	2.919.473	217.312
2014	22.022.879	21.604.495	418.384	3.141.674	3.021.211	120.463
2015	17.918.010	19.436.684	-1.518.674	2.598.769	2.842.938	-244.169

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2016a).

Tabela 5 – Movimentação do emprego formal – Admitidos, desligados e saldo – 2005 a 2015 – Pernambuco, Bahia e Ceará.

Anos	Pernambuco			Bahia			Ceará		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
2005	350.248	291.657	58.591	526.399	435.512	90.887	266.464	226.739	39.725
2006	376.459	322.490	53.969	535.050	484.121	50.929	291.157	247.472	43.685
2007	398.494	332.790	65.704	599.355	517.175	82.180	324.240	274.822	49.418
2008	450.561	389.462	61.099	677.743	618.124	59.619	368.294	323.357	44.937
2009	488.905	423.206	65.699	713.264	611.612	101.652	414.529	338.600	75.929
2010	614.223	492.171	122.052	852.438	719.470	132.968	485.040	397.488	87.552
2011	665.978	570.421	95.557	903.983	817.222	86.761	525.508	466.744	58.764
2012	660.165	607.584	52.581	856.103	812.136	43.967	512.549	468.985	43.564
2013	663.424	629.667	33.757	875.868	818.022	57.846	554.131	502.471	51.660
2014	649.229	656.016	-6.787	862.586	838.034	24.552	571.511	522.884	48.627
2015	491.407	576.741	-85.334	713.846	788.267	-74.421	489.084	521.846	-32.762

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2016a).

Com a inflação registrando alta de 10,67% em 2015 (medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), taxa Selic de 14,25% ao ano, além de uma conjuntura política instável, as perspectivas são de continuidade da desaceleração do nível da atividade econômica brasileira e regional em 2016. Referido cenário poderá contribuir tanto para a inviabilização de novos investimentos produtivos quanto para a redução do consumo das famílias, consequentemente, desfavorecendo a criação de novos postos de trabalho.

5.4. Salário Mínimo

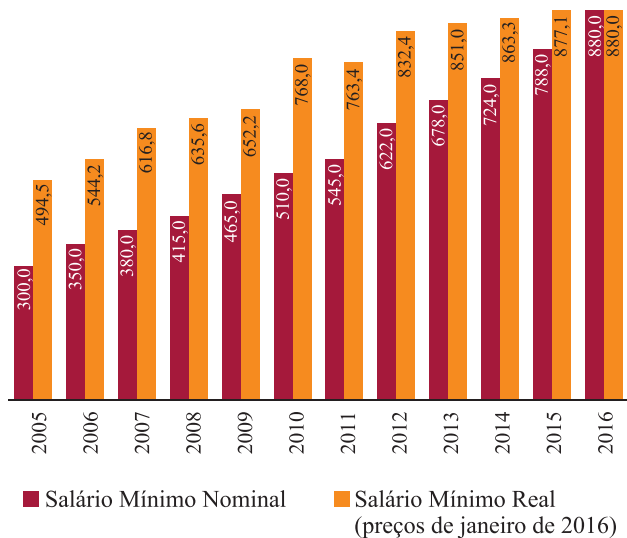
As políticas sociais brasileiras passaram a ganhar importância como estratégia nacional de desenvolvimento a partir de 2004⁸. Aumentos reais do salário

mínimo e redução da taxa de desemprego⁹ acompanharam referidas políticas objetivando minimizar as desigualdades sociais (Gráficos 1 e 4). Estas conquistas foram asseguradas com a criação da Lei Nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que além de garantir os aumentos reais do salário mínimo, dispõe sobre uma política de valorização de longo prazo.

⁸ Quando inicia as campanhas pela valorização do salário mínimo por Centrais Sindicais. Como resultado, foi criada a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

⁹ A evolução da redução da taxa de desemprego entre 2005 a 2014 é visualizada no Gráfico 1 deste artigo.

Gráfico 4 - Salário mínimo nominal e real de 2005 a 2016¹⁰



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IPEA (2016).

A política de valorização do salário mínimo, além de ter a ação de proteção dos rendimentos do trabalhador, estabelece o piso de salário da base do mercado de trabalho e também cumpre com o papel de piso para os benefícios da previdência social (aposentadorias, pensões e auxílios), do abono salarial e para o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os impactos da política de valorização do salário mínimo incluem aspectos econômicos como incremento de renda na economia, aumento no consumo das famílias, e consequentemente, expansão na arrecadação tributária sobre o consumo das famílias. Os aspectos sociais, por sua vez, estão relacionados com a elevação dos menores rendimentos da economia e a distribuição equitativa da renda com reflexos no combate a pobreza e na redução das desigualdades de renda no País (MTE, 2016 c).

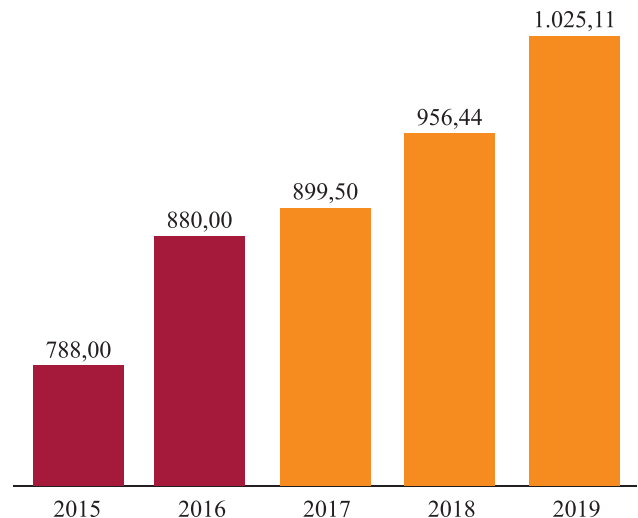
De acordo com a Lei Nº 13.152 de julho de 2015, a partir de 2016 até 2019, o salário mínimo terá reajuste conforme a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do último ano anterior conjuntamente com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores. Segundo Nery (2015), mesmo que a política salarial tenha ofertado aumentos reais entre os anos 2011 e 2015, essa valorização, não deverá ser mantida para os próximos anos devido ao baixo dinamismo econômico de 2015. Assim, o documento enfatiza que provavelmente o valor do salário mínimo para 2017 não obterá ganho real devido à contração¹¹ na economia em 2015 (considerando-se que existe a defasagem do crescimento do PIB de dois anos para a fórmula

10 Série do “salário mínimo real” - Valores de janeiro de cada ano corrigidos em reais (R\$) constantes de janeiro de 2016, elaborada pelo IPEA, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

11 Caso ocorra variação nula ou negativa do PIB, essa retração não seria incorporada no valor do salário mínimo.

de correção do salário mínimo). Neste caso, o reajuste do salário mínimo se daria apenas pela correção da inflação observada no ano anterior. No Gráfico 5, verifica-se a projeção do salário mínimo para os anos 2017, 2018 e 2019 de acordo com dados de Nery (2015).

Gráfico 5 – Projeção do salário mínimo de 2017 a 2019



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Ministério do Planejamento e previsões (*) de Nery (2015).

De fato, participação expressiva da População Ocupada (POC)¹² no Nordeste tem como referência o salário mínimo em seus rendimentos mensais. Na Tabela 6, tem-se o número de pessoas ocupadas por classe de rendimento mensal por todos os trabalhos para os anos de 2005 e 2014, dados extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua, realizada anualmente pelo IBGE.

Quanto à distribuição da População Ocupada (POC), verifica-se que a participação da classe com rendimento mensal de até um salário mínimo cresceu de 38,8% em 2005 para 40,3% em 2014, principalmente, em detrimento da redução do percentual da classe sem rendimento que variou negativamente de 36,7% para 29,9% entre 2005 e 2014.

A classe de rendimento mensal com até três salários mínimos respondia, em 2005, por um conjunto de 56,8% da POC, passando a representar 63,2% da POC em 2014. Por sua vez, a população ocupada na classe com rendimento mensal superior a dez salários mínimos passou a representar 0,9% da População Ocupada, quando em 2005 essa representação foi de

12 São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE).

1,1% Neste caso, analisando apenas os anos de 2005 e 2014, percebe-se distribuição menos assimétrica da renda.

Tabela 6 - Pessoas ocupadas por classe de rendimento mensal - 2005 e 2014 – Nordeste

Classes de rendimento mensal	2005			2014		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Até 1 SM	16.308	10.844	5.464	19.274	13.174	6.100
Mais de 1 a 2 SM	6.087	4.764	1.324	8.638	6.971	1.667
Mais de 2 a 3 SM	1.497	1.306	191	2.332	2.104	228
Mais de 3 a 5 SM	1.237	1.162	75	1.457	1.375	82
Mais de 5 a 10 SM	831	791	40	894	854	40
Mais de 10 a 20 SM	333	324	9	303	289	14
Mais de 20 SM	116	111	5	106	103	3
Sem rendimento	15.447	10.701	4.746	14.333	10.230	4.102
Sem declaração	184	117	67	523	378	145
Total	42.040	30.120	11.920	47.859	35.480	12.380

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados da PNAD - IBGE (2016b).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

REFERÊNCIAS

BRASIL (2016a) - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE). *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Evolução de emprego no Brasil e Nordeste 2005 a 2015*. Acesso em: 08.03.2016.

(2016b). *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Empregos formais no Brasil e Nordeste 2005 e 2014*. Acesso em: 08.03.2016.

(2016c). *Salário mínimo*. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/salario-minimo>. Acesso em: 16.03.2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016a). *Contas nacionais trimestrais 2015*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201504caderno.pdf. Acesso em: 11.03.2016.

(2016a). *Pesquisa mensal de emprego – PME, 2003 a 2015*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>

estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm. Acesso em: 04.03.2016.

Pesquisa básica 2005 e 2014 (2016b). In: *Pesquisa nacional por de domicílio contínua – PNAD*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1860>. Acesso em 04.03.2016.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1419&z=ia&o=3&i=p> Acesso em: 15.03.2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (2016). *Ipeadata, temas*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 08.03.2016.

NERY, P. F. *A MP 672/2015 e a Política de Valorização do Salário Mínimo: haverá valorização?* Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol30>. Acesso em 16.03.2016.

6. SETOR EXTERNO

6.1. CENÁRIO INTERNACIONAL

A economia mundial enfrentou um período de instabilidade, ocasionando um modesto desempenho econômico e fraca performance do comércio internacional em 2015. Uma combinação inter relacionada de fatores conduziu a esse cenário, a exemplo do declínio no preço das matérias-primas, a volatilidade nas taxas de câmbio, a instabilidade nos fluxos de capitais, a redução nos investimentos produtivos, além da falta de conexão entre o segmento das finanças e do setor produtivo (Nações Unidas, 2016).

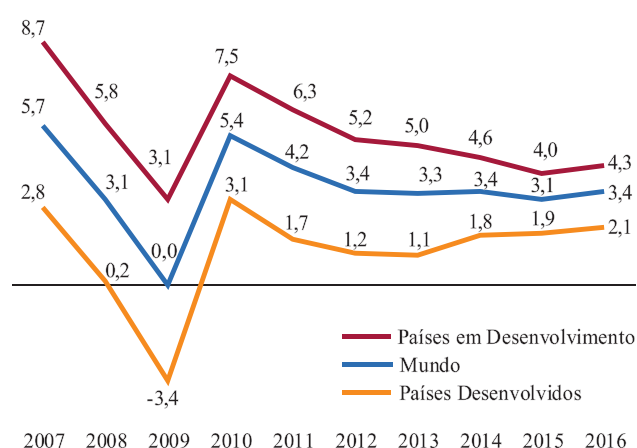
O moderado desempenho econômico impactou negativamente nos mercados de trabalho em diferentes países, tanto em termos de níveis salariais quanto na taxa de desemprego. Conforme a OIT (2016), o número de desempregados no mundo alcançou 197,1 milhões em 2015, quase 30 milhões a mais de pessoas em comparação com a situação antes da crise econômica global iniciada em 2008. Vale ressaltar que aproximadamente 40% dos desempregados no mundo são jovens.

Além disso, o arrefecimento econômico ocorrido em 2015 produzirá impactos nos mercados de trabalho em 2016, resultando em um aumento nos níveis de desemprego, especialmente nos países em desenvolvimento dependentes das exportações de *commodities*. O desemprego mundial deverá aumentar em cerca de 2,3 milhões em 2016. A deterioração dos mercados de trabalho tende a frear a expansão da classe média em diferentes países em desenvolvimento (OIT, 2016).

Os países desenvolvidos recuperaram-se da crise financeira internacional a um ritmo moderado, revelando o fracasso da expansão de liquidez promovida nesses países. De fato, o chamado *quantitative easing* financiou a aquisição de ativos já existentes gerando novas bolhas

especulativas. Os países em desenvolvimento, por sua vez, passam por um período de desaceleração do crescimento (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB – Mundo e Grupos de Países - %



Fonte: FMI (2016).

Diante desse cenário, o FMI (2016) estimou crescimento do PIB global da ordem de 3,1% em 2015 com projeção de 3,4% em 2016. A taxa de expansão do PIB dos países desenvolvidos alcançou 1,9% em 2015, devendo subir para 2,1% em 2016. Referido grupo de nações contribuiu com aproximadamente 30% do desempenho econômico mundial em 2015. Em relação aos países em desenvolvimento, os números esperados são 4,0% e 4,3% para 2015 e 2016, respectivamente, sobressaindo-se a Ásia e a África. Os países em desenvolvimento responderam por cerca de 70% do crescimento econômico mundial em 2015. A Tabela 1 mostra os dados para um conjunto de países selecionados.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento do PIB – Países Selecionados

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estados Unidos	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,2	1,5	2,4	2,5	2,6
Área do Euro	3,0	0,5	-4,6	2,0	1,6	-0,8	-0,3	0,9	1,5	1,7
Japão	2,2	-1,0	-5,5	4,7	-0,5	1,7	1,6	-0,1	0,6	1,0
Índia	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	5,1	6,9	7,3	7,3	7,5
China	14,2	9,6	9,2	10,6	9,5	7,7	7,7	7,3	6,9	6,3
África do Sul	5,4	3,2	-1,5	3,0	3,2	2,2	2,2	1,5	1,3	0,7
Rússia	8,5	5,2	-7,8	4,5	4,3	3,4	1,3	0,6	-3,7	1,0
Brasil	6,0	5,0	-0,2	7,6	3,9	1,8	2,7	0,1	-3,8	-3,5

Fonte: FMI (2016).

Embora o ritmo de expansão ainda seja expressivo, é importante ressaltar que a economia chinesa desacelerou, impactando negativamente no comércio internacional em geral, nos preços dos combustíveis além das *commodities* agropecuárias e metálicas, reduzindo as atividades industriais, particularmente as extrativas, e contribuindo ainda para aumentar a volatilidade nos mercados financeiros (FMI, 2016).

O comércio internacional cresceu 2,6% em 2015, abaixo portanto do desempenho médio do PIB global. A expectativa é que as trocas comerciais internacionais possam aumentar 3,4% em 2016. Por sua vez, os preços médios dos combustíveis, dos metais e dos produtos agrícolas recuaram 45%, 21% e 14% em 2015 quando comparado com 2014, respectivamente. O preço do barril de petróleo declinou de US\$ 96 em 2014 para US\$ 51 em 2015. Os preços das principais matérias-primas tenderão a continuar caindo em 2016 (Banco Mundial, 2016; FMI, 2016).

O declínio nos preços dos combustíveis tem ocorrido em face do aumento da produção estimulada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o que gerou um excesso de oferta em comparação com a demanda mundial. A queda nos preços do petróleo tem impactado negativamente nos investimentos nas cadeias produtivas de óleo e gás.

Em relação às *commodities* metálicas, a redução dos preços é consequência da desaceleração da demanda nos países em desenvolvimento, enquanto no caso dos alimentos a procura continua crescendo, porém a um ritmo inferior ao da expansão da oferta. O fenômeno *El Niño*, por sua vez, pode desencadear uma reversão do preço dos alimentos devido as condições climáticas adversas. Vale ressaltar ainda que a trajetória descendente dos preços das matérias-primas tem contribuído para imprimir um viés deflacionário em nível global e reduzido o ímpeto da recuperação da economia mundial.

O cenário internacional é de restrição econômica e de incertezas em 2016, em face dos desdobramentos da crise econômica global de 2008; tendo em vista o fim do superciclo das *commodities* e a consequente trajetória de depreciação das moedas emergentes em relação ao Dólar, incluindo o Real; da instabilidade chinesa; da capacidade ociosa em diferentes segmentos manufatureiros; dos conflitos no Oriente Médio, África e Ásia com rebatimentos em intensos fluxos migratórios.

Em termos das finanças, após oito anos do resgate trilionário, as cotações em bolsa de importantes bancos dos Estados Unidos e Europa caíram substancialmente. Devido às incertezas econômicas, os países em

desenvolvimento enfrentaram uma fuga líquida de capitais acima de US\$ 600 bilhões em 2015, fato que não ocorria desde 2006. A China foi o país que mais perdeu ativos, em torno de US\$ 400 bilhões, em função da recente abertura de sua conta de capitais. Referida saída de recursos produzirá impactos nas perspectivas de crescimento desses países (Costa, 2016; Nações Unidas, 2016).

As reservas internacionais minimizam os efeitos adversos das saídas de capitais, embora em geral não são suficientes. Os países em desenvolvimento devem evitar elevar as taxas de juro para conter a saída de recursos. O aumento das taxas de juro prejudicam o crescimento econômico. Em alguns casos, pode ser necessário introduzir controles de capital seletivos, direcionados e limitados no tempo para deter saídas, especialmente através de canais bancários.

Ainda em relação aos países em desenvolvimento, é importante ressaltar que a redução da expansão econômica deverá impactar no processo de diminuição da pobreza no curto prazo, podendo ainda inviabilizar o desenvolvimento sustentável a médio prazo. Para evitar tal cenário e estimular o crescimento inclusivo, torna-se fundamental aperfeiçoar a coordenação das políticas a níveis nacional, regional e global. As Nações Unidas (2016) sugerem o fortalecimento de políticas que promovam a redução da desigualdade, a exemplo de investimentos em educação, saúde e infraestrutura, além do fortalecimento das redes de proteção social, enquanto que The Economist (2016) advoga a utilização da política fiscal como mecanismo para estimular o crescimento.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL (2016). *Commodity markets outlook*. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/pubdocs/publicdoc/2016/1/991211453766993714/CMO-Jan-2016-Full-Report.pdf>. Acesso em: 07.03.2016.

COSTA, A.L.M.C. (2016). *Toda solidez se desfaz no ar*. Carta Capital, 17 de fevereiro, no. 882, pp. 38-41.

FMI-FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2016). *World economic outlook update*. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/update/01/>. Acesso em: 08.03.2016.

NAÇÕES UNIDAS (2016). *World economic situation and prospects 2016*. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_cur

rent/2016wesp_ch1_en.pdf. Acesso em: 08.03.2016.

OIT (2016). *World employment social outlook*.

Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_443480.pdf. Acesso em: 07.03.2016.

THE ECONOMIST. *Out of ammo?* Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21693204-central-bankers-are-running-down-their-arsenal-other-options-exist-stimulate>. Acesso em: 11.03.2016.

6.2. COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial brasileira finalizou 2015 com superávit de US\$ 19,7 bilhões, conforme BRASIL (2016). As exportações (US\$ 191,1 bilhões) recuaram 15,1% em relação às registradas em 2014, em função da queda dos preços das principais *commodities* comercializadas no mercado internacional apesar do incremento da quantidade embarcada. As importações (US\$ 171,4 bilhões) afetadas pela retração da atividade doméstica e pela valorização do dólar apresentaram queda ainda maior, de 25,2%, no período em comparação.

O detalhamento das exportações brasileiras por fator agregado mostra que, em 2015, as vendas dos produtos básicos (45,6% da pauta) recuaram 20,4% em relação a 2014, as de semimanufaturados (13,8% do total) caíram 9,0% e dos produtos manufaturados (38,1%).

As maiores reduções de receitas em termos absolutos foram: minérios de ferro e seus concentrados (- US\$ 9,6 bilhões), óleos brutos de petróleo (- US\$ 4,6 bilhões), soja, mesmo trituração, exceto para semeadura (- US\$ 2,3 bilhões), minérios de ferro e seus concentrados (-US\$1,6 bilhões) e outros açúcares de cana (- US\$ 1,5 bilhões).

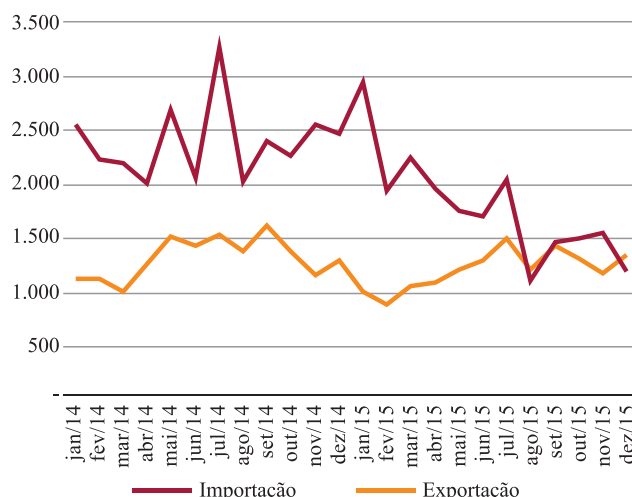
A China (18,6%), Estados Unidos (12,6%) e Argentina (6,7%) foram os principais destinos das vendas externas brasileiras, porém registraram diminuição de 12,3%, 10,9% e 10,4%, respectivamente, nas compras nesse período.

Já as importações brasileiras segundo categoria de uso mostra que o País distribuiu as compras em Bens de Capital (27,5%), Bens Intermediários (43,8%), Bens de Consumo (14,3%) e Combustíveis e Lubrificantes (14,3%). Todas as categorias de produtos acumularam queda de receita em 2015 comparativamente a 2014: Bens de Capital (-22,9%), Bens Intermediários (-18,8%), Bens de Consumo (20,2%) e Combustíveis e Lubrificantes (-44,9%).

A China (17,9%) é o principal país de origem das compras externas brasileiras, seguida pelos Estados Unidos (15,3%), Alemanha (6,1%) e Argentina (6,0%). Entretanto, apresentaram redução nas vendas: China (-17,7%), Estados Unidos (-24,4%), Alemanha (-25,0%) e Argentina (-27,3%).

Ao contrário do País, a balança comercial nordestina acumulou, em 2015, déficit de US\$ 6.771,5 milhões, quase a metade do saldo negativo de US\$ 12.798,6 milhões apresentado em 2014. Este resultado decorreu do decréscimo de 7,9% no valor exportado (US\$ 14.655,4 milhões) e da redução ainda maior de 25,4% das importações (US\$ 21.427,0 milhões). O Gráfico 1 mostra o comportamento das exportações e importações nordestinas nesse período.

Gráfico 1 - Nordeste: Exportação e importação (2014/2015) – Em US\$ milhão FOB



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

A análise por fator agregado revela que as vendas de produtos básicos cresceram 5,5%, no período em análise devido, principalmente, ao incremento de 9,2% das vendas de soja, mesmo trituração (US\$ 167,1 milhões) e de 403,8% de milho em grãos (US\$ 137,7 milhões). Os embarques de produtos semimanufaturados, entretanto, decresceram 0,4%, em função da redução das vendas de pasta química de madeira, para dissolução em 35,4% (- US\$ 133,4 milhões), ferro fundido bruto em 27,2% (- US\$105,0 milhões) e de outros açúcares de cana em 20,0% (- US\$127,6 milhões). Quanto aos produtos manufaturados, a queda de 18,8% foi influenciada pela redução de 61,2% das vendas de óleos combustíveis (- US\$ 965,4 milhões) e de 52,5% de propeno (propileno) não saturado (- US\$ 163,8 milhões) (Tabela 1).

Tabela 1 - Nordeste - Exportação por fator agregado - Jan-dez 2015/2014 - US\$ milhões FOB

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez/2015		Jan-Dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	4.215,0	28,8	3.996,2	25,1	5,5
Industrializados	10.284,3	70,2	11.657,1	73,3	-11,8
Semimanufaturados	4.408,4	30,1	4.424,2	27,8	-0,4
Manufaturados	5.875,9	40,1	7.232,9	45,4	-18,8
Op. especiais	156,1	1,1	260,8	1,6	-40,1
TOTAL	14.655,4	100,0	15.914,1	100,0	-7,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

China (23,7%), Estados Unidos (12,6%), Argentina (7,5%) e Holanda (6,9%) foram os principais destinos das vendas externas da Região. Entretanto, destes, apenas a China registrou acréscimo de 37,4%

nas compras de produtos nordestinos. As exportações para os demais países retrocederam: Estados Unidos (-12,0%), Argentina (-10,1%) e Holanda (-28,3%).

Do lado das importações nordestinas, todas as categorias de uso apresentaram queda nas aquisições externas com destaque para combustíveis e lubrificantes: óleo diesel (- 59,7%) e outras gasolinas, exceto para aviação (- 42,7%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Nordeste - Importação por categoria de uso
- Jan-dez 2015/2014 - US\$ milhões FOB

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez/2015		Jan-Dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	3.328,3	15,5	4.020,3	14,0	-17,2
Bens intermediários	8.244,6	38,5	9.320,2	32,5	-11,5
Bens de consumo	1.865,9	8,7	2.649,9	9,2	-29,6
Bens duráveis	1.002,4	4,7	1.526,9	5,3	-34,3
Bens não duráveis	863,5	4,0	1.123,0	3,9	-23,1
Combustíveis e lubrif.	7.988,2	37,3	12.722,4	44,3	-37,2
TOTAL	21.427,0	100,0	28.712,7	100,0	-25,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

Os principais países de origem das compras externas do Nordeste foram os Estados Unidos (16,4%) China (10,4%), Argentina (8,2%) e Índia (6,0%). Vale ressaltar que, no período comparativo 2015/2014, houve redução nas aquisições dos principais parceiros: Estados Unidos (-53,5%) China (-20,5%), Argentina (7,0%) e Índia (4,2%).

Dos estados nordestinos, apenas Rio Grande do Norte (US\$ 70,5 milhões) e Alagoas (US\$ 51,3 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial em 2015. Os demais acumularam os seguintes déficits: Pernambuco (US\$ - 4.020,0 milhões), Maranhão (US\$ - 570,5 milhões), Ceará (US\$ - 1.643,8 milhões), Bahia (US\$ - 403,7 milhões), Piauí (- US\$ 291,2 milhões), Paraíba (- US\$ 428,4 milhões) e Sergipe (- US\$ 118,2 milhões). A seguir, mostra-se a análise do comportamento do fluxo comercial de cada Estado.

Alagoas

O estado de Alagoas exportou US\$ 672,2 milhões em 2015, valor 6,8% superior ao realizado no mesmo período de 2014. Esse resultado foi motivado pela venda do produto “outros aparelhos para filtrar ou depurar líquidos” pela empresa alemã Ferrostaal Industrieanlagen Óleo e Gás do Brasil Ltda.. A diminuição do número de usinas em operação, a redução de 12,2% da área plantada dos canaviais, valorização do dólar e a elevação da mistura do álcool anidro na gasolina de 25% para 27% concorreram para a queda das exportações de açúcar e álcool. Os principais

países de destinos das exportações alagoanas foram: China (29,2%), Rússia (14,7%) e Bangladesh (7,3%) (Tabela 3).

Tabela 3 - Alagoas – Principais produtos exportados
- Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Outros açúcares de cana	432.874	64,4	543.384	86,3	-20,34
Outros aparelhos p/ filtrar ou depurar líquidos	170.601	25,4	-	-	-
Outs. açúcares de cana/ beterraba,	36.286	5,4	44.465	7,1	-18,39
Outros álcool etílico n/desnaturado	15.066	2,2	18.829	3,0	-19,98
Demais Produtos	17.423	2,6	22.798	3,6	-23,6
Total geral	672.250	100,0	629.474	100,0	6,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

As importações alagoanas alcançaram US\$ 620,9 milhões, em 2015, contra US\$ 610,2 milhões no ano anterior, incremento de 6,8% nesse período. Foram importados, principalmente, bens intermediários (51,1%) e bens de consumo (29,1%). Foram adquiridos os seguintes produtos: outras embarcações (14,5%), óleos brutos de petróleo (7,1%), outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (3,2%), outras naftas, exceto para petroquímica (3,1%) e outras misturas dos hidrocarbonetos aromáticos (3,1%). Os principais países de origem das importações alagoanas foram: China (32,4%), Estados Unidos (27,8%) e Itália (5,6%).

Bahia

Em 2015, a Bahia, responsável por 53,8% das exportações nordestinas, registrou receita no valor de US\$ 7.883,2 milhões, queda de 15,3% ante o ano anterior. As importações, por seu turno, responderam por 38,7% do total da Região e alcançaram a cifra de US\$ 8.286,9 milhões, 10,7% inferior ao registrado em 2014.

A queda no preço das principais *commodities* comercializadas, apesar do aumento da quantidade embarcada, foram os principais fatores do fraco desempenho das exportações baianas. A quantidade embarcada de soja, mesmo triturada, por exemplo, aumentou 51,3%, porém a receita registrou incremento de apenas 13,2% dado que a cotação média do produto caiu 25,3% em 2015 relativamente a 2014 (SEI, 2015).

Vale ressaltar que 56,4% do declínio das exportações baianas em 2015 em relação a 2014 deveu-se à queda das vendas do produto *fuel-oil* (-US\$ 804,4 milhões) com redução de 21,4% no embarque físico.

Quanto aos países de destino das exportações baianas, China (28,3%), Estados Unidos (10,2%), Argentina (9,4%), Holanda (7,9%) e Antilhas Holandesas (3,7%) adquiriram quase 60% do total exportado em 2015. Destes, apenas a China registrou crescimento de 28,6% no valor de suas compras, relativamente a 2014 (Tabela 4).

Tabela 4 - Bahia – Principais produtos exportados - Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Pasta química de madeira de n/conif.	1.059.465	13,4	1.139.357	12,2	-7,0
Soja, mesmo triturada, exc. para semeadura	1.008.920	12,8	891.283	9,6	13,2
Catodos de cobre refinado/seus elementos	559.260	7,1	295.891	3,2	89,0
"Fuel-oil"	419.813	5,3	1.224.190	13,1	-65,7
Automóveis c/ motor explosão	366.397	4,6	396.890	4,3	-7,7
Algodão simplesmente debulhado	356.848	4,5	419.150	4,5	-14,9
Bagaços e outs. resíduos sólidos, da extr. do óleo de soja	356.751	4,5	441.287	4,7	-19,2
Pasta química de madeira, para dissolução	243.064	3,1	376.455	4,0	-35,4
Pneus novos para automóveis de passageiros	162.030	2,1	179.355	1,9	-9,7
Demais Produtos	3.350.632	42,5	3.945.882	42,4	-15,1
Total geral	7.883.181	100,0	9.309.740	100,0	-15,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

As importações baianas segundo as categorias de uso estão distribuídas em Bens Intermediários (39,0%) com destaque para os insumos industriais (32,9%), Bens de Capital (17,0%), Combustíveis e Lubrificantes (33,7%) e Bens de Consumo (10,3%). No período comparativo 2015/2014, todas as categorias registraram redução do valor importado: Bens de Consumo (-34,6%), Bens de Capital (-19,0%), Bens Intermediários (-5,4%) e Combustíveis e Lubrificantes (-1,0%). A queda das importações não

foi maior devido ao aumento de 101% das compras de Gás Natural Liquefeito (GNL), utilizado pelas termoeletricas, no período em análise.

O Chile (12,8%) foi o principal mercado fornecedor das compras externas baianas, vindo em seguida a Argentina (11,4%) e Argélia (10,7%). Na comparação 2015/2014, as compras adquiridas do Chile cresceram 8,3%, enquanto as aquisições originárias da Argentina (26,8%) e Argélia (22,9%) decresceram.

Ceará

O estado do Ceará exportou US\$ 1.045,8 milhões em 2015, registrando retração de 28,9%, relativamente a 2014. A queda acentuada das vendas do produto *fuel-oil* (óleo combustíveis) foi a principal responsável pelo resultado negativo das exportações cearenses. O produto tem como destino o abastecimento, através do Porto do Pecém, das embarcações que realizam navegação marítima.

O Estado foi o segundo maior exportador de calçados no País em 2015 (depois do Rio Grande do Sul), entretanto as receitas dos principais produtos do setor recuaram: calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras (-15,3%); outros calçados cobrindo o tornozelo com parte superior de borracha/plástico (-16,3%); outros calçados de sola exterior de borracha/plástico ou couro natural (-16,3%).

Os Estados Unidos são o principal destino das exportações do Estado (23,4%) seguido da Holanda (7,9%), Argentina (5,9%) e Alemanha (5,7%). Vale ressaltar que, no período comparativo 2015/2014, enquanto os embarques para os Estados Unidos (6,9%) e Alemanha (22,8%) aumentaram, as exportações para Holanda (-63,2%) e Argentina (-5,2%) decresceram (Tabela 5).

Tabela 5 - Ceará – Principais produtos exportados - Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Calçados de borracha/plast.c/ parte super.em tiras, etc.	98.257	9,4	115.950	7,9	-15,26
Outs. Calç .cobr. tornoz. part. Sup .borr./plást.	89.927	8,6	107.470	7,3	-16,32
Melões frescos	88.711	8,5	90.712	6,2	-2,21
Couros/peles, bovinos, prepar. divid. c/a flor	85.175	8,1	120.989	8,2	-29,60
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	85.093	8,1	89.693	6,1	-5,13
Ceras vegetais	64.615	6,2	66.835	4,5	-3,32
Sucos (sumo) de outras frutas, n/ ferment.	44.750	4,3	39.580	2,7	13,06
Outs. calçads. sol. Ext .borr./ plást. couro/nat.	38.653	3,7	46.190	3,1	-16,32
"Fuel-oil"	16.298	1,2	352.437	24,0	-95,4
Demais Produtos	434.306	41,5	441.256	30,0	-1,6
Total geral	1.045.785	100,0	1.471.112	100,0	-28,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

As importações cearenses, por seu turno, alcançaram US\$ 2.689,3 milhões, no acumulado de 2015, valor 10,40% superior ao registrado no ano anterior. No que concerne às importações quanto à categoria de uso, 33,9% foram de Combustíveis e Lubrificantes, 43,9% de Bens Intermediários, 17,2% de Bens de Capital e 5,1% de Bens de Consumo. Entretanto, apenas a categoria Combustíveis e Lubrificantes registrou incremento (48,0%) em função do acréscimo de 73,1% na aquisição de gás natural liquefeito (GNL). As demais apresentaram retração: Bens Intermediários (-27,8%) com destaque para bens industriais (-34,1%), Bens de Capital (-21,1%) e Bens de Consumo (-18,5%).

Maranhão

No acumulado de 2015, as exportações maranhenses alcançaram a cifra de US\$ 3.050,2 milhões, valor 9,1% superior ao registrado em igual período de 2014.

Os produtos alumina calcinada, pasta química de madeira, soja e ferro fundido bruto foram responsáveis por mais de 90% da pauta de exportação do Estado. Vale registrar o extraordinário desempenho das exportações de pasta química de madeira cujos embarques foram

iniciados em 2014 com a entrada em operação da fábrica da Suzano Papel e Celulose - Unidade Imperatriz. Com crescimento de 58,4% no valor e de 48,4% na quantidade exportada, o produto passou a ocupar o segundo item da pauta de exportação maranhense (Tabela 6).

A China foi o principal parceiro comercial, em 2015, absorvendo 19,8% das exportações do Estado seguida dos Estados Unidos (17,9%), Canadá (9,6%) e Islândia (8,5%).

Tabela 6 - Maranhão – Principais produtos exportados - Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Alumina calcinada	1.062.280	34,8	982.459	35,1	8,12
Pasta quim. madeira de n/ conif.	722.277	23,7	455.882	16,3	58,43
Soja, mesmo triturada, exc para semeadura	691.809	22,7	741.860	26,5	-6,75
Ferro fundido bruto não ligado	281.479	9,2	386.496	13,8	-27,17
Demais Produtos	292.328	9,6	228.812	8,2	27,8
Total geral	3.050.173	100,0	2.795.510	100,0	9,1

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

As importações maranhenses, por outro lado, registraram redução de 48,8%, alcançando US\$ 3.620,7 milhões em 2015. Com relação às categorias de uso dos produtos importados, apenas as aquisições do grupo dos Bens Intermediários cresceram (8,2%) com destaque para os insumos industriais (10,5%). As demais decresceram no acumulado do ano comparativamente ao mesmo período do ano anterior: Bens de Capital (-43,8%), Bens de Consumo (-71,3%) e Combustíveis e Lubrificantes (-55,3%). Esta última respondendo por 74,4% das aquisições totais, registrou redução absoluta de US\$ 3.328,6 milhões decorrente da queda dos preços do petróleo e do volume importado.

Paraíba

As exportações do estado da Paraíba somaram US\$ 141,6 milhões e as importações totalizaram US\$ 570,0 milhões em 2015. Relativamente ao ano anterior, tanto as vendas quanto as compras externas decresceram 21,0% e 13,1%, respectivamente.

O principal produto exportado, calçados de borracha, com quase 60% das vendas externas do Estado, apresentou declínio de 11,6% no volume de vendas. Vale

ressaltar, entretanto, o desempenho das exportações de outros açúcares de cana que registrou aumento de receita (44,62%) em 2015 comparativamente a 2014 (Tabela 7).

Estados Unidos (16,1%), Austrália (11,3%) e França (10,3%) foram os principais mercados de destino das exportações do Estado, porém, registraram decréscimo de 43,1%, 6,6% e 48,6%, respectivamente, nas suas aquisições de produtos paraibanos.

Tabela 7 - Paraíba – Principais produtos exportados - Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Calçados de borracha/ plast. c/ parte super. em tiras, etc.	83.671	59,10	94.659	52,85	-11,61
Outros açúcares de cana	9.764	6,90	6.754	3,77	44,57
Sucos (sumo) de outras frutas, n/ fermen.	8.909	6,29	24.192	13,51	-63,17
Outros álcool etílico n/ desnaturado	6.252	4,42	5.394	3,01	15,91
Demais Produtos	32.980	23	48.122	27	-31,47
Total geral	141.576	100,00	179.121	100,00	-20,96

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

As importações paraibanas segundo as categorias de uso estão distribuídas em Bens Intermediários (39,0%), Bens de Consumo (19,0%), Bens de Capital (33,8%) e Combustíveis e Lubrificantes (8,2%). Calçados para esportes, de matéria têxtil e solado de borracha (14,0%), outros trigos e misturas de trigo com centeio (9,0%) e *fuel-oil* (8,2%) foram os principais produtos adquiridos pelo Estado.

Estados Unidos (25,0%), China (21,7%), Vietnã (13,4%) e Argentina (12,1%) representam os principais mercados fornecedores das importações paraibanas. Enquanto Estados Unidos (1,6%) e Argentina (63,8%) aumentaram as vendas para o Estado, China (-3,2%) e Vietnã (-36,2%) reduziram o embarque.

Pernambuco

As vendas externas de Pernambuco somaram US\$ 1.046,6 milhões em 2015, aumento de 10,9% sobre mesmo período de 2014 (Tabela 8).

A entrada na pauta exportadora do Estado do

produto óleo combustível (*fuel-oil*) produzido pela Refinaria do Nordeste (Rnest), da Petrobras, localizada em Ipojuca, no Complexo Industrial Portuário de Suape e o incremento de 6,2% das exportações do produto tereftalato de polietileno em forma primária (utilizado na produção de garrafas PET) foram os principais responsáveis pelo desempenho das exportações pernambucanas.

China (16,6%), Argentina (14,8%), Antilhas Holandesas (9,9%) e Estados Unidos (9,4%) foram os principais destinos das vendas externas pernambucanas.

Tabela 8 - Pernambuco – Principais produtos exportados - Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Outs. açúcares de cana	111.926	10,69	115.759	12,27	-3,31
"Fuel-oil"	109.074	10,42	-	--	
Tereftalato de polietileno em forma primária	104.444	9,98	58.889	6,24	77,36
Outs. compressores de gases	92.022	8,79	73.483	7,79	25,23
Outros grupos eletrog.	76.447	7,30	48.354	5,12	58,10
Outros açúcares de cana	66.430	6,35	83.153	8,81	-20,11
Uvas frescas	55.565	5,31	48.403	5,13	14,80
Mangas frescas ou secas	52.791	5,04	51.295	5,43	2,92
Ácido tereftálico e seus sais	48.294	4,61	131.186	13,90	-63,19
Demais Produtos	329.588	31	333.289	35	-1,11
Total geral	1.046.582	100,00	943.812	100,00	10,89

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

As importações, no entanto, registraram retração de 30,9% nesse período, totalizando US\$ 5.066,6 milhões. A decomposição das importações pernambucanas por categoria de uso mostra que o Estado concentrou 43,4% das suas compras em Bens Intermediários, 29,2% em Combustíveis e Lubrificantes, 16,9% em Bens de Capital e 10,4% em Bens de Consumo. Todas as categorias registram queda no valor importado com destaque, porém, para a redução de combustíveis e lubrificantes

(-53,4%) devido ao início das operações da refinaria.

Estados Unidos (26,4%), Itália (10,3%), China (9,2%) e Argentina (9,1%) foram os principais países fornecedores das importações pernambucanas. Entretanto, enquanto as compras originárias dos Estados Unidos (-58,0%) e China (21,1%) registraram retração, as da Itália (50,7%) e Argentina (5,9%) cresceram.

Piauí

As exportações piauienses somaram US\$ 402,2 milhões, em 2015, registrando expressivo crescimento de 57,1% relativamente ao mesmo período de 2014. Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura foi o principal produto da pauta exportadora do Estado, respondendo por 71,4% das vendas externas totais. No período em análise, o produto registrou aumento de 64,7% no volume de vendas e de 110% na quantidade exportada (Tabela 9).

A China, principal destino das exportações piauienses, participando com 53,8% no total da pauta, apresentou crescimento de 112% nas suas aquisições, no período comparativo 2015/2014.

Tabela 9 - Piauí – Principais produtos exportados - Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Soja, mesmo triturada, exc para semeadura	287.299	71,4	174.472	68,2	64,67
Ceras vegetais	52.807	13,1	53.547	20,9	-1,38
Milho em grão, exc. para semeadura	23.265	5,8	0	--	--
Algodão simplesmente debulhado	18.898	4,7	10.679	4,2	76,96
Demais Produtos	19.938	5,0	17.274	6,7	15,43
Total geral	402.207	100,0	255.972	100,0	57,13

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

As importações piauienses (US\$ 110,9 milhões) registraram recuo de 54,9% no período em análise. Esse decréscimo foi ocasionado, principalmente, pela redução nas compras de Bens Intermediários (-55,4%)

que representam 86,5% do total importado.

A China foi o principal país de origem das importações piauienses, em 2015, respondendo por 45,8% das aquisições do Estado seguindo-se Rússia (9,8%), Israel (6,6%) e Chile (5,0%).

Rio Grande do Norte

As exportações potigüares somaram US\$ 318,0 milhões, em 2015, expansão de 26,5% relativamente a 2014. O principal produto exportado foi óleo combustível (*fuel-oil*) com participação de 20,7% do total. Realizadas pela Petrobras e destinadas às Antilhas Holandesas, as vendas apareceram pela primeira vez na pauta exportadora potigüar (Tabela 10).

Melões frescos e sal marinho também contribuíram para o resultado positivo das exportações do Estado. Além das Antilhas Holandesas (20,7%), Estados Unidos (19,9%) e Holanda (7,9%) foram os principais países de destino das vendas externas.

Tabela10 – Rio Grande do Norte – Principais produtos exportados - Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
"Fuel-oil"	65.989	20,75	-	--	
Melões frescos	63.205	19,87	60.054	23,89	5,25
Sal marinho, a granel, sem agregados	24.998	7,86	18.970	7,55	31,78
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	17.323	5,45	20.092	7,99	-13,78
Demais Produtos	146.525	46	152.240	61	-3,75
Total geral	318.040	100,00	251.357	100,00	26,53

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

Quanto às importações, o Rio Grande do Norte comprou US\$247,5 milhões, redução de 21,1% quando se compara 2015 com 2014. Segundo a categoria de uso, a queda das importações foi devido ao recuo, em valores absolutos, das aquisições de bens de capital (-US\$ 45,7 milhões) e bens intermediários (- US\$ 28,8 milhões).

Outros grupos eletrogeradores de energia eólica (US\$ 73,2 milhões) e trigo (US\$ 42,6 milhões) foram os principais produtos importados. Vale ressaltar que o Estado adquiriu US\$ 10,2 milhões de castanha de caju, quase 700% a mais que em 2014, para compensar a queda na produção devido ao prolongamento da estiagem.

Espanha (36,4%), Argentina (14,1%), Estados Unidos (12,4%) e China (11,1%) destacaram-se como os principais fornecedores das importações do Estado.

Sergipe

O estado de Sergipe exportou US\$ 95,6 milhões em 2015, aumentando suas receitas em 22,7%, em comparação com igual período do ano anterior. O setor de sucos concentra a pauta exportadora do Estado com destaque para os embarques de sucos de laranjas, congelados, não fermentados e outros sucos de abacaxi. As empresas Tropfruit Nordeste S.A. e Maratá Sucos do Nordeste Ltda. responderam por 76,4% das vendas externas sergipanas. A Holanda (57,2%) foi o principal destino das exportações.

Tabela 11 - Sergipe – Principais produtos exportados
- Jan-dez 2015/2014 - US\$ 1.000 FOB

Principais produtos	Jan - dez/2015		Jan - dez/2014		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	47.344	49,5	25.817	33,1	83,4
Outros sucos de abacaxi	13.315	13,9	637	0,8	1991
Outros óleos essenciais, de laranja	4.626	4,8	2.066	2,6	123,9
Outs. sucos de outs. cítricos	4.054	4,2	19.695	25,3	-79,4
Demais Produtos	26.303	27,5	29.760	38,2	-11,6
Total geral	95.642	100,0	77.975	100,0	22,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016).

As importações sergipanas, em 2015, somaram US\$ 213,8 milhões, valor 7,1% inferior ao registrado em 2014. Deste total, 65,4% foram de bens intermediários (50,0% em insumos industriais e 13,3% em alimentos e bebidas destinados à indústria) e 27,8% de bens de capital. Entretanto, as aquisições de bens de capital cresceram 19,6% enquanto as de bens intermediários decresceram 14,2% no período em análise.

As compras externas tiveram como origem, principalmente, os Estados Unidos (16,6%), Marrocos (16,1%), Argentina (11,8%) e China (10,8%). En-

quanto decresceram as aquisições dos Estados Unidos (-41,3%) e China (-10,3%), as compras oriundas do Marrocos e Argentina aumentaram em 16,1% e 837,6%, respectivamente, quando se compara 2015 com 2014.

REFERÊNCIAS

Brasil (2016). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. *Balança comercial: unidades da federação*. Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=5324&refr=1076>. Acesso em: 05.02.2016.

SEP- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Boletim do Comércio Exterior da Bahia*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2015.pdf. Acesso em: 14.03.2016.

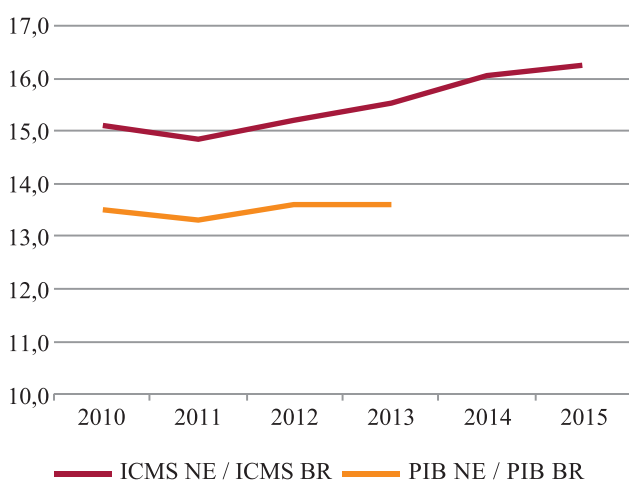
7. FINANÇAS PÚBLICAS

A desaceleração da atividade econômica impactou negativamente no valor arrecadado do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, além dos tributos federais, que constituem a base das transferências constitucionais, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM, bem como nas Transferências Discricionárias, que corresponde ao montante dos recursos transferidos pela União para os estados, Distrito Federal e municípios em decorrência da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares. As transferências podem ser voluntárias, por delegação e específicas.

7.1. Arrecadação de ICMS

O produto interno bruto-PIB do Nordeste representou 13,5% e 13,6% do total da economia brasileira em 2010 e 2013, respectivamente. Por sua vez, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Nordeste em relação ao total do Brasil alcançou 16,3% em 2015, superando portanto a participação do PIB do Nordeste no total do Brasil, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - ICMS e PIB – Relação Nordeste/Brasil



Fontes: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016) e IBGE (2016a).

A arrecadação do ICMS reflete a dinâmica econômica das unidades federativas do País. Os dez estados mais desenvolvidos da federação concentram cerca de 80% da arrecadação do ICMS, dos quais apenas dois são do Nordeste, Bahia e Pernambuco, com 4,7% e 3,2% do total arrecadado em 2015, respectivamente.

O crescimento da arrecadação do ICMS no Nordeste foi de 4,8% em 2015, embora com uma perda de 3,9% em termos reais. No mesmo período, a arrecadação no

País cresceu 3,4%, implicando em uma declínio real de 5,2%. Todos os estados do Nordeste apresentaram crescimento nominal em termos de arrecadação do ICMS embora tenham registrado perdas reais, com os maiores declínios ocorrendo em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, com reduções reais de 7,0%, 5,4% e 5,2%, respectivamente. O Piauí obteve o maior crescimento em termos nominais (8,2%) e o menor decréscimo em termos reais (-0,8%), conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS – Janeiro a Dezembro – R\$ Milhões

Estados/ Região	2014	Part. %	2015	Part. %	Var. %	Var. Real %
Alagoas	2.928	0,8	3.121	0,8	6,6	-2,2
Bahia	18.117	4,7	19.290	4,8	6,5	-2,3
Ceará	9.456	2,4	9.859	2,5	4,3	-4,4
Maranhão	4.716	1,2	5.019	1,2	6,4	-2,4
Paraíba	4.392	1,1	4.540	1,1	3,4	-5,2
Pernambuco	12.660	3,3	12.840	3,2	1,4	-7,0
Piauí	2.979	0,8	3.223	0,8	8,2	-0,8
Rio Grande do Norte	4.389	1,1	4.526	1,1	3,1	-5,4
Sergipe	2.732	0,7	2.918	0,7	6,8	-2,0
Nordeste	62.368	16,0	65.336	16,3	4,8	-3,9
Brasil	388.656	100,0	401.733	100,0	3,4	-5,2

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016b).

Nota: Os dados do ICMS para 2015 são preliminares. Estimaram-se os números para o estado do Amazonas (novembro), Amapá (outubro e novembro), Rondônia (novembro), Mato Grosso do Sul (agosto a dezembro) e Santa Catarina (outubro a dezembro) utilizando-se dados de BRASIL (2016a).

A redução real da arrecadação do ICMS adveio da desaceleração da economia do País e regiões. Os setores secundário e terciário, com destaque para os segmentos de energia, petróleo, combustíveis e lubrificantes, contribuem com 95,4% da arrecadação total do ICMS regional.

O setor de energia tem uma participação relativa de 11,6% na arrecadação do ICMS do Nordeste e cresceu, em termos reais, 34,9%. Em contrapartida, o terciário, que é o setor mais relevante em termos de arrecadação, com participação de 43,7% do total do ICMS regional, teve uma queda real de arrecadação de 8,8%. Por sua vez, os subsetores atacadista, varejista e comunicação, que representam 89,1% do valor coletado no terciário, apresentaram uma redução real de arrecadação da ordem de 9,0%, 8,8% e 11,4%, respectivamente.

A redução da arrecadação de Pernambuco em 1,4%, em termos nominais e 7,0% em termos reais, deveu-se, principalmente, aos setores terciário além de petróleo/combustíveis/ lubrificantes, com perdas reais de 10,55 e 11,9%, respectivamente. Referidos segmentos representam 70,7% da arrecadação de ICMS nesse Estado. A Paraíba, com queda real de 5,2%, registrou declínios reais nas arrecadações do terciário e petróleo/combustíveis/lubrificantes, 10,1% e 11,0% respectivamente, segmentos que representam 68,1% da arrecadação estadual. Também na Paraíba ocorreu a perda real de arrecadação no setor secundário, 12,1%, cuja participação relativa na arrecadação total é de 14,6%. O Rio Grande do Norte teve uma perda real de arrecadação de 5,4%, com reduções nos setores primário, secundário e terciário, que representam 78,4% da arrecadação total. Os declínios reais nestes setores foram de 3,7%, 39,2% e 10,4%, respectivamente.

O Piauí obteve a menor perda real de arrecadação de ICMS, entre os estados nordestinos, 0,8%. Apesar de ter apresentado perdas reais em dois setores, secundário (9,3%) e terciário (9,9%), que representam 49,8% da arrecadação, os segmentos de energia e petróleo registraram crescimento real de 72,9% e 0,2%, representando 43,4% da arrecadação. Cabe ainda destacar o Maranhão, com crescimento real no setor terciário, 0,9%.

7.2. Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fica com 23,5% dessa arrecadação. A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM é de 35,2%. Vislumbra-se perda de recursos para o Nordeste em 2016, considerando que entrarão em vigor os novos coeficientes para o FPE, alterados pela Lei Complementar 143/2013. A Tabela 2 apresenta uma estimativa das perdas oriundas das mudanças nos índices de partição do FPE para o Nordeste. A primeira coluna apresenta a previsão do FPE para 2016, caso não ocorressem mudanças nos índices de partição (os mesmos que em 2015). A segunda coluna mostra a previsão para o FPE para 2016 com os novos índices aprovados. Estima-se uma perda para a Região na ordem de R\$ 236 milhões, sendo Alagoas e Rio Grande do Norte os únicos estados do Nordeste a obterem ganhos.

Tabela 2 - Previsões Para 2016 – FPE e FPM – R\$ Milhões

Estados/ Região	Previsão FPE				Diferença	Previsão FPM
	Índice 2015	Part. %	Índice 2016	Part. %		
Alagoas	2.785	4,160	2.815	4,205	30	1.830
Bahia	6.290	9,396	6.220	9,292	(70)	7.156
Ceará	4.911	7,337	4.867	7,271	(44)	3.814
Maranhão	4.832	7,218	4.818	7,197	(14)	3.190
Paraíba	3.206	4,789	3.184	4,757	(21)	2.484
Pernambuco	4.619	6,900	4.541	6,783	(79)	3.778
Piauí	2.893	4,321	2.890	4,318	(2)	2.038
Rio Grande do Norte	2.797	4,178	2.799	4,181	2	1.902
Sergipe	2.782	4,155	2.744	4,099	(38)	1.118
Nordeste	35.114	52,455	34.878	52,102	(236)	27.311
Brasil	66.942	100	66.942	100	-	76.873

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016c).

O FPE cresceu 5,2% em termos nominais em 2015 em relação ao ano anterior, embora represente uma perda real de 3,5%. O crescimento médio do FPM na Região foi de 6,8%, implicando em um declínio real de 2,1%. O FPM para as capitais teve comportamento similar, com um crescimento médio de 7,1% mas perda real de 1,8%. Registre-se que o FPM da Bahia e de Salvador cresceram 8,3% e 17,8% em 2015 em relação ao ano anterior, respectivamente. O FPM do Rio Grande do Norte aumentou 4,7% enquanto que o de Natal decresceu 4,6%.

O estado que teve o menor crescimento nominal foi o Rio Grande do Norte (em função da perda na capital, Natal). Salvador foi a única capital nordestina que aumentou sua participação no FPM – capitais, no período analisado, passando de 7,6% em 2014 para 8,4% em 2015. O cálculo dos coeficientes individuais do FPM das capitais é o produto do fator população e do inverso do fator renda *per capita*. A participação relativa da renda *per capita* de Salvador caiu levemente, mas foi o suficiente para que ocorresse uma mudança de intervalo nesse indicador. Em Natal verificou-se o inverso, pois a participação relativa dessa cidade na renda *per capita* aumentou implicando uma redução no percentual de participação, de 3,3985% para 3,0405%, ou seja, diminuição de 10,55% no coeficiente de distribuição.

Tabela 3 - Fundos Constitucionais – Janeiro a Dezembro – R\$ Milhões

Estados/ Região	FPE		FPM		FPM - Capitais	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Alagoas	2.416	2.542	1.530	1.628	341	361
Bahia	5.458	5.742	5.876	6.367	491	578
Ceará	4.262	4.483	3.187	3.392	545	578
Maranhão	4.193	4.411	2.667	2.838	341	361
Paraíba	2.782	2.926	2.074	2.209	273	289
Pernambuco	4.008	4.216	3.159	3.361	343	364
Piauí	2.510	2.641	1.703	1.813	341	361
Rio Grande do Norte	2.427	2.553	1.616	1.692	218	208
Sergipe	2.414	2.539	958	1.020	196	208
Nordeste	30.469	32.053	22.772	24.319	3.088	3.307
Brasil	58.086	61.106	64.158	68.399	6.416	6.840

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016c).

7.3. Transferências Discricionárias

As Transferências Discricionárias são divididas em Transferências Voluntárias, por Delegação e Específicas. As Transferências Voluntárias para o Nordeste caíram 10,5% no período analisado, tendo uma participação média de 9,8%, no total das Transferências Discricionárias. As Transferências por Delegação recuaram 91,6%, mas são pouco relevantes, 1,8% do total das transferências. As Transferências Específicas, que são as mais relevantes, com uma participação média de 88,5%, caíram 47,1% (Tabela 4).

Tabela 4 - Transferências Discricionárias – Janeiro a Dezembro – R\$ Milhões

Estados/ Região	2014	Part. %	2015	Part. %	Variação %
Alagoas	846	2,8	597	3,6	-29,5
Bahia	2.616	8,7	1.326	8,0	-49,3
Ceará	1.856	6,2	1.089	6,5	-41,3
Maranhão	1.425	4,7	616	3,7	-56,8
Paraíba	744	2,5	561	3,4	-24,6
Pernambuco	1.426	4,7	745	4,5	-47,7
Piauí	1.140	3,8	454	2,7	-60,2
Rio Grande do Norte	663	2,2	456	2,7	-31,3
Sergipe	342	1,1	202	1,2	-40,9
Nordeste	11.058	36,7	6.046	36,3	-45,3
Brasil	30.108	100	16.644	100	-44,7

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016c).

Os estados mais penalizados com a queda das Transferências Discricionárias foram Piauí, Maranhão e Bahia, com quedas na ordem de 60,2%, 56,8% e 49,3%,

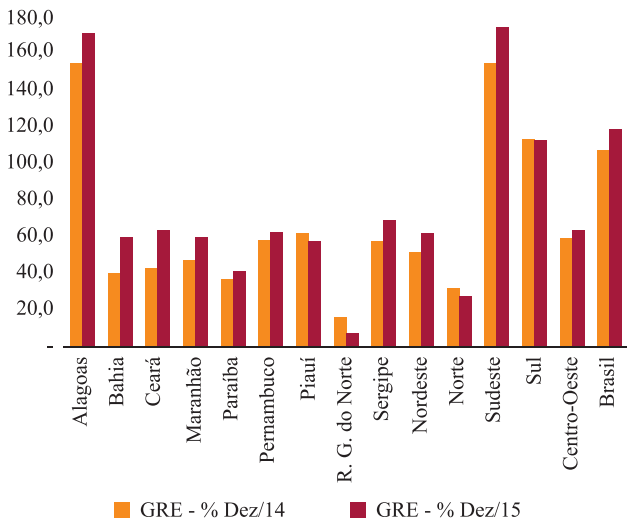
respectivamente, quando se compara 2015 com o ano anterior. Nestes três estados, as Transferências Específicas diminuíram 62,8%, 60,55 e 53,9%, respectivamente.

As Transferências do Programa de Aceleração do Crescimento, que está incluída nas Transferências Específicas, representam em média 78,0% desses repasses no Nordeste, com queda de 63,1% em 2015, quando comparadas com 2014. Dois outros tipos de transferências registraram perdas em 2015, as Transferências do Plano de Ações Articuladas, -72,7% e as Transferências do Plano da Ação de Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional – Projovem, -81,6%.

Duas outras modalidades de transferência registraram incremento: as Transferências do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (916,7%), cujos montantes somaram R\$ 694 milhões; e as Transferências do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – SUS aumentaram 20,0% somando R\$ 287 milhões em termos de valor monetário

7.4. Indicadores Fiscais dos Estados

O Grau de Endividamento dos Estados (GRE), que corresponde a Dívida Líquida Consolidada (DLC) em relação à Receita Corente Líquida (RCL), mostra a capacidade das unidades federativas em fazer investimentos. Quanto mais baixo o indicador, maior a autonomia das unidades federativas em direcionar recursos para investimentos ou ainda tomar empréstimos. O GRE do Nordeste aumentou de 51,1% em dezembro de 2014 para 62,1% em dezembro de 2015. O Piauí obteve uma significativa queda em seu indicador, com declínio de 60,9% para 45,3%. Enquanto o Rio Grande do Norte possui o menor grau de endividamento no Nordeste, Alagoas possui o GRE mais elevado, ou seja, 153,4%. A título de comparação, O GRE nacional alcançou 118,1% em 2015, sendo o Sudeste a região mais endividada com GRE de 162,2% (Gráfico 2).

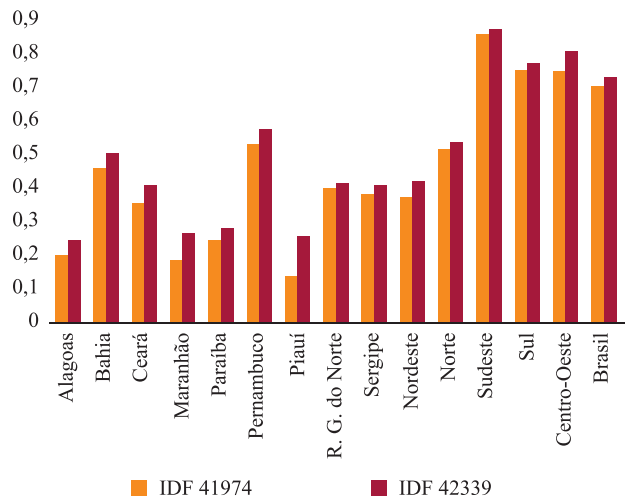
Gráfico 2 - Grau de Endividamento dos Estados - %


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016a).
Nota: Os dados para Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul foram estimados.

O Grau de Endividamento cresceu em função do aumento da Dívida Corrente Líquida (DCL) dos estados, que aumentou 17,0% e 28,4% no Brasil e no Nordeste, respectivamente, em 2015, implicando dizer que as unidades federativas encontram-se mais endividadas. Em contrapartida, a Receita Corrente Líquida (RCL) cresceu 5,6% em termos nominais para uma inflação média de 9,0%. A DCL cresceu na Bahia e Ceará em torno de 57,0%, mas caiu no Rio Grande do Norte e no Piauí, 55,3% e 0,4%, respectivamente.

Por sua vez, o Índice de Independência Financeira (IDF) define a condição do Estado em gerar receitas a partir de sua própria economia. O IDF corresponde a fórmula: $1 - (\text{Transferências da União}/\text{RCL})$. As Transferências da União são representadas pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM) além das Transferências Discricionárias da União para estados e municípios. Quanto mais próximo de um, menor será a dependência da unidade federativa em relação às transferências federais.

O IDF aumentou em todas as regiões do País em função da redução das transferências federais para os estados. As transferências federais representavam 62,9% da receita corrente líquida da região Nordeste em 2014 e passaram representar 57,8% em 2015. A mais importante das transferências, o FPE, cresceu 5,2%, enquanto que a RCL aumentou 5,6%. Cabe ainda salientar que o IDF da Região Nordeste é o menor entre as regiões do País, 0,42 em 2015, para um índice nacional médio de 0,73. O Nordeste possui quatro estados com IDF abaixo de 30,0%, ou seja, Alagoas, Maranhão, Paraíba e Piauí, implicando dizer que são dependentes das transferências federais (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Índice de Independência Financeira dos Estados


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de BRASIL (2016a).
Nota: Os dados para Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul foram estimados.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2016a). Banco Central. *Indicadores econômicos consolidados*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: 29.02.2016.

(2016b). Ministério da Fazenda. *Boletim do ICMS*. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>. Acesso em: 28.02.2016.

(2016c). Ministério da Fazenda. *Boletim do FPE e FPM e transferências discricionárias*. Disponível em:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp. Acesso: 29.02.2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016a). *Contas regionais do Brasil: 2010-2013*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 29.12.2016.

8. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

8.1. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional¹³ registrou, ao final de 2015, um estoque de R\$ 3.218,4 bilhões em operações de crédito, registrando uma elevação nominal de 6,7%, quando comparado com o ano anterior, conforme BACEN (2016a).

O crescimento do crédito no Brasil vem sendo influenciado nos últimos anos pelas operações financiadas com recursos direcionados, de forma que se

observou um crescimento da ordem de 9,8% para a referida variável em 2015 frente a 2014, enquanto que a expansão das operações financiadas com recursos livres foi de 3,8%. A participação do estoque de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) continuou apresentando trajetória ascendente, passando de 53,1%, em dezembro de 2014, para 54,2%, em dezembro de 2015.

Tabela 1 – Brasil: Saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional – usos e fontes dos recursos e controle de capital – 2014 e 2015 (R\$ milhões correntes)

Discriminação	Dezembro	Dezembro	Variação Nominal	Participação Dez/15, %	Crédito/PIB (*), em %	
	2014	2015			dez/14	dez/15
1. Destinação por Tomador	3.017.456	3.218.438	6,7	100,0	53,1	54,3
1.1. Pessoas Físicas	1.412.081	1.511.144	7,0	47,0	24,8	25,5
1.2. Pessoas Jurídicas	1.605.375	1.707.294	6,3	53,0	28,2	28,8
2. Fontes dos Recursos	3.017.456	3.218.438	6,7	100,0	53,1	54,3
2.1. Livres	1.576.209	1.636.177	3,8	50,8	27,7	27,6
2.2. Direcionados (²)	1.441.247	1.582.261	9,8	49,2	25,3	26,7
3. Controle de Capital	3.017.457	3.218.438	6,7	100,0	53,1	54,3
3.1. Inst. Fin. Públicas	1.623.109	1.799.185	10,8	55,9	28,5	30,3
3.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	953.182	947.439	-0,6	29,4	16,8	16,0
3.3. Inst. Fin. Estrangeiras	441.166	471.814	6,9	14,7	7,8	8,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN (2016b).

Notas: (1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

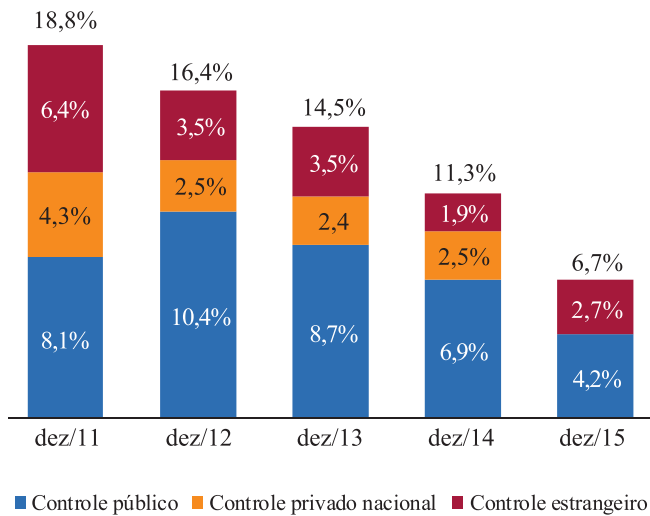
(2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

Apesar dos resultados positivos, observa-se uma desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito desde 2011, com a carteira de longo prazo apresentando tendência mais sustentável de expansão. Os bancos públicos continuam incrementando suas respectivas participações no crédito total, de maneira que

no ano de 2013 superou a marca de 50% de participação de mercado. Contudo, a partir de 2012, observou-se uma perda de fôlego na contribuição deste grupo, haja vista que o crédito direcionado, que sustentou parte do crescimento do crédito nos últimos anos, apresenta menor dinamismo, em razão do programa de ajuste fiscal.

13 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

Gráfico 1 – Contribuição ao crescimento do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional por controle de capital – Dezembro/2011 a Dezembro/2015 (Mês/mesmo mês do ano anterior)



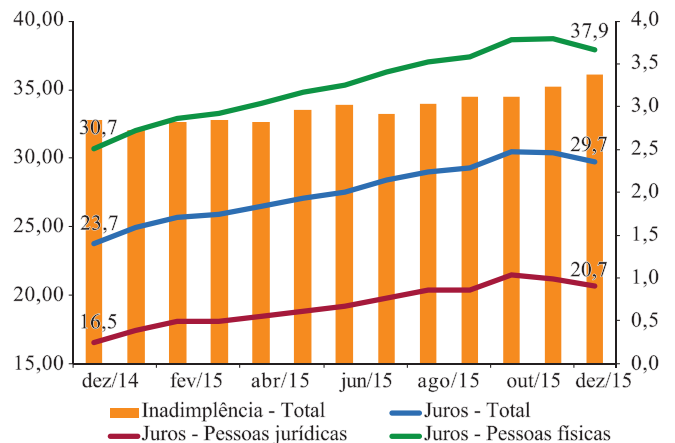
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN (2016a).

Nota: Em 2015, o crédito nas instituições de Controle Privado Nacional apresentou leve retração de -0,2% quando comparado a 2014.

A expansão mais moderada da oferta de crédito foi resultado, em grande medida, do aumento das incertezas macroeconômicas, a exemplo do comportamento da atividade industrial, do nível de comprometimento da renda das famílias, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros.

Quanto às condições de concessão de crédito, observa-se uma elevação das taxas de juros total, 29,7% em dezembro de 2015, tanto em razão do crescimento das taxas para pessoa física, quanto para pessoa jurídica, que alcançaram 37,9% e 20,7%, respectivamente. A taxa de inadimplência, que representa a proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito, acompanhou a elevação dos custos financeiros e registrou trajetória de alta, de forma que aumentou de 2,8%, em dezembro de 2014 para 3,4%, em dezembro de 2015, sobretudo devido à elevação na taxa de inadimplência das empresas, de 1,9% para 2,6%. A taxa de *spread*, ou seja, a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, que representam em grande medida as margens de rentabilidade dos bancos, apresentou elevação de 12,1% em 2014 para 18,5% em 2015, fundamentalmente em razão da elevação das taxas de juros e da percepção maior de risco nas operações

Gráfico 2 – Inadimplência, Taxas de Juros Total, Pessoas Físicas e Jurídicas



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN (2016b).

Conforme BACEN (2016d), o mercado de crédito brasileiro apresenta menor ritmo de crescimento, devido a variáveis conjunturais e redução da confiança dos consumidores e empresários, acompanhado pela manutenção de práticas e critérios de concessão mais conservadores nas novas operações de crédito. O montante de provisões continua significativamente superior à inadimplência, o que evidencia a resistência do sistema de crédito ante o cenário econômico adverso. Por sua vez, as análises de cenários e de sensibilidade desenvolvidas pelo BACEN sinalizam que o sistema bancário brasileiro apresenta capacidade de suportar os efeitos de choques, mesmo diante de possíveis mudanças bruscas de taxas de juros, câmbio, inadimplência ou preços dos imóveis residenciais.

8.2. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro no Nordeste

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro no Nordeste alcançou R\$ 404,9 bilhões¹⁴, no final de 2015, representando crescimento de 5,1%, quando comparado com o ano anterior, abaixo da média nacional (6,7%), conforme BACEN (2015a).

Entre os estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Ceará (10,3%), acompanhado pelo Piauí (9,8%), Rio Grande do Norte (8,4%) e Maranhão (7,7%). Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do

¹⁴ O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações.

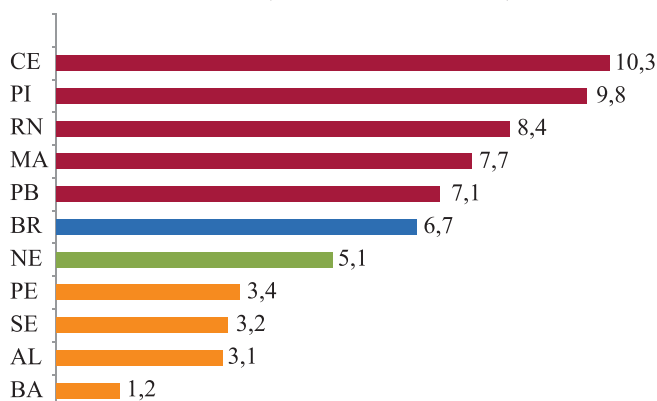
estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste.

O crescimento do crédito em nível regional permanece motivado pelo aumento das operações de crédito das pessoas físicas, voltado fundamentalmente para o consumo, tendo registrado avanço de 9,2% em 2015, embora já demonstre sinais de arrefecimento. No que se refere às operações de crédito para pessoas jurídicas, essencialmente direcionado para a produção, verificou-se estabilidade (0,0%) no saldo de crédito em 2015 quando comparado com 2014. Em termos de participação, ao final de dezembro de 2015, o saldo das operações de crédito do Nordeste destinado às famílias representava pouco mais da metade (57,4%) do total, cabendo a parcela restante (42,6%) às empresas, diferente da composição média brasileira, com maior preponderância do crédito destinado às empresas (53,0%), comparativamente às famílias (47,0%).

A inadimplência da Região, seguindo a mesma trajetória em nível nacional, apresentou elevação, na medida em que registrou 4,3% em dezembro de 2015, ante 3,3% em dezembro de 2014. A inadimplência registrada para a pessoa física (4,9%) foi superior ao observado para pessoa jurídica (3,4%), embora esta última venha apresentando maior crescimento ao longo dos últimos períodos.

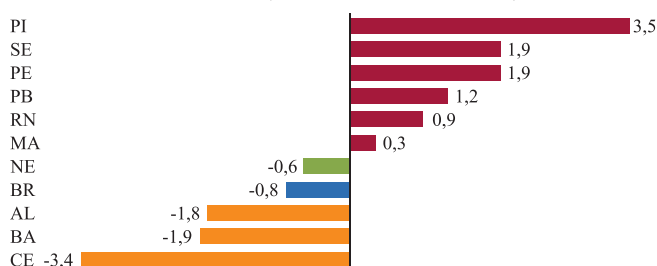
O saldo dos depósitos captados pelo sistema bancário no Nordeste atingiu R\$ 191,6 bilhões, em novembro de 2015, representando queda de 0,6%, comparativamente com o mesmo mês do ano anterior, de forma que apresentou trajetória semelhante aos depósitos em nível nacional (-0,8%), consoante informações do Banco Central (2014e). Pode-se inferir que este resultado está relacionado com o maior endividamento das famílias, inflação resiliente, queda do poder aquisitivo (massa salarial e emprego), além da retração do nível de atividade econômica, levando as famílias a recorrer a suas reservas financeiras no intuito de alcançar o equilíbrio orçamentário. Contudo, vale salientar a elevação no saldo dos depósitos bancários da Região, que ocorreu em cinco estados, com destaque para o Piauí (3,5%), maior em variação percentual, e Pernambuco, que registrou a maior variação absoluta na captação de depósitos, R\$ 716,0 milhões nos últimos doze meses.

Gráfico 3A – Variação percentual do saldo das operações de crédito no Brasil e nos Estados do Nordeste (Dez 2015/Dez 2014)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN (2016a).

Gráfico 3B – Variação percentual do saldo dos depósitos bancários no Brasil e nos estados do Nordeste (Nov 2014/Nov 2015)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BACEN (2015e).

Notas: (1) Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. (2) Para o saldo dos depósitos, foram considerados os saldos dos depósitos à vista, do governo e setor privado, depósitos em caderneta de poupança e os depósitos interfinanceiros. (3) Os dados dos depósitos referentes ao mês de dezembro não estavam disponibilizados no momento da elaboração deste documento.

8.3. Empréstimos e financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME

Os empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES no Nordeste, no acumulado de 2015, alcançaram R\$ 34,7 bilhões, registrando-se um crescimento de 22,4% em relação a igual período de 2014 (BRASIL, 2016). Do referido valor, 88,3% correspondeu a operações realizadas diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ficando a parcela restante (11,7%) repassada a outras instituições financeiras via Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME). Em nível regional observou-se forte crescimento das operações do BNDES (48,0%), em detrimento de uma relevante queda (-47,0%) das aplicações da FINAME na modalidade de máquinas e equipamentos.

No Nordeste, o crescimento das aplicações totais do

BNDES, em 2015, foi fundamentalmente influenciado pelas variações positivas ocorridas nos setores da indústria (26,6%) e outros serviços (53,6%), com destaque para a expansão da carteira nos segmentos de médio-grande e grande porte, ou seja, 16,6% e 39,1%, respectivamente. Vale salientar que todos os outros portes registraram redução na aplicação de recursos do BNDES em termos regionais: micro (-14,3%), pequeno (-19,1%) e médio (-15,7%). Em termos de realização, as liberações ocorridas no Nordeste corresponderam a 104,7% do total programado para 2015. Em âmbito nacional, esse índice de realização foi inferior (83,3%) em relação à programação inicial. Ainda em termos nacionais, houve um decréscimo de 25,0% nas aplicações totais, em razão das operações diretas com o BNDES e FINAME apresentarem redução em relação ao ano anterior de 21,3% e 37,9%, respectivamente.

8.4. Banco do Nordeste: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e Operações de Crédito

O Banco do Nordeste, principal órgão de fomento sediado na Região, além da relevância no atendimento dos agentes produtivos no crédito de longo prazo, também tem se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros competitivos em

relação aos níveis ofertados pelas instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Esse desempenho foi constatado em pesquisa realizada pelo Banco Central (2016f), cobrindo o período de 24 a 31 de dezembro de 2015, ocasião em que se acompanhou a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional.

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em segundo lugar por praticar uma das menores taxa de juros no País nas operações de desconto de cheques. Foi também o nono colocado nos encargos financeiros cobrados nas operações de cheque especial. Nas operações com as empresas, a taxa de juros cobrada pelo BNB nas operações de conta garantida foi a segunda mais baixa entre os bancos pesquisados no País. Destaque-se também as operações de cheque especial, desconto de cheques e capital de giro superior a 365 dias, que ficaram entre as dez melhores praticadas do mercado de crédito nacional. Vale ressaltar que, embora nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas o BNB não ocupe as primeiras posições, as suas taxas de juros foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro.

Tabela 2 – Taxas efetivas de juros das operações de crédito: Posição relativa do Banco do Nordeste em relação ao mercado brasileiro de crédito

Modalidade da Operação	Posição do BNB	Taxas Efetivas ao Mês (%)			Nº. Bcos. Pesquisados	
		BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado		Máxima do Mercado
Pessoa Física						
Desconto de Cheques	2º	2,20	3,52	1,70	6,20	11
Cheque especial	9º	4,25	7,56	0,00	16,96	31
Crédito pessoal consignado privado	20º	2,59	2,94	1,02	8,02	43
Crédito pessoal não consignado	24º	4,92	8,00	0,00	23,46	57
Pessoa Jurídica						
Conta garantida	2º	1,50	4,37	1,21	14,12	32
Cheque especial	3º	6,10	9,27	4,73	13,43	17
Desconto de cheque	5º	2,63	3,29	2,04	6,70	24
Capital de giro prazo superior 365 dias	9º	1,91	2,47	1,52	5,02	38
Capital de giro prazo até 365 dias	11º	1,98	2,51	1,40	5,29	38

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN (2016f).

Nota: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil.

Sob a ótica da captação de recursos, no final de dezembro de 2015, o volume de depósitos captados pelo BNB atingiu R\$ 11,0 bilhões, representando queda de 7,4% comparativamente à mesma posição do ano anterior. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósito a prazo (60,3%), vindo em seguida o depó-

sito de poupança (16,8%) e os depósitos interfinanceiros (11,8%), para citar os mais relevantes. Entre os estados, as maiores elevações na captação de depósitos do Banco do Nordeste, em termos percentuais, no ano acumulado de 2015, ocorreram em Alagoas (33,8%) e Maranhão (18,9%) (BNB, 2016).

Por sua vez, o saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB, no final de 2015, alcançou R\$ 13,7 bilhões, registrando-se acréscimo de 4,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os estados que apresentaram os melhores resultados foram Espírito Santo (49,5%) e Minas Gerais (25,6%).

O estoque das operações realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE, operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 47,2 bilhões, em dezembro de 2015, correspondendo a um crescimento no saldo de 6,1% sobre igual posição de 2014. Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao saldo das operações de crédito do Banco do Nordeste, chegou-se ao montante de R\$ 61,0 bilhões no acumulado de 2015, registrando aumento de saldo das operações de crédito total do BNB em 5,8%. Vale ainda salientar que o FNE participa com 77,4% do saldo total, representando a principal fonte de recurso de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste. Em 2015 foram realizadas contratações de 506,1 mil operações com recursos do FNE, injetando recursos de R\$ 11,4 bilhões na área de atuação do BNB (BNB, 2016).

No rol dos programas geridos pelo BNB, cabe destacar o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que no ano de 2015, contratou 4.167,8 mil operações, envolvendo desembolso de recursos da ordem de R\$ 8.133,7 milhões, apresentando elevação de 14,2% nos valores desembolsados, comparativamente ao ano anterior. O referido Programa caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (67,0%), possuir um baixo valor médio por contratação (R\$ 1.492,28) e exibir um reduzido índice de inadimplência (1,22%), abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoa física (4,86%). Vale também sublinhar os resultados apresentados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, que através do BNB contratou no período analisado, 469,4 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2.335,5 milhões, representando crescimento de 8,4% e 11,3%, em quantidade de operações e valores contratados, respectivamente (BNB, 20

tura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Acesso em: 08.03.2016.

(2016c). *Nota para a Imprensa 27.01.2016: política monetária e operações de crédito do sistema financeiro.* Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>. Acesso em: 08.03.2016.

(2016d). *Relatório de estabilidade financeira – Outubro 2015 – Volume 14, Número 2.* Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2015_10/refPub.pdf. Acesso em: 09.03.2016.

(2016e). *Estatística bancária por município – ESTBAN.* Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Acesso em: 09.03.2016.

(2016f). *Sistema financeiro nacional: informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito.* Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 10.03.2016.

BNB-BANCO DO NORDESTE (2016). *Informações da área de controle financeiro.* Fortaleza.

BRASIL (2016). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Empresas estatais: dados estatísticos: orçamento de investimento: dados anuais 2014 e 2015: execução orçamentária: alínea “i” empréstimos e financiamentos.* Disponível em: <http://planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/dados-e-estatisticas/orcamento-de-investimento/orcamento-de-investimento-2015>. Acesso em: 14.03.2016.

REFERÊNCIAS

BACEN-BANCO CENTRAL (2016a). *Economia e finanças: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito.* Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 08.03.2016.

(2016b). *Economia e finanças: indicadores de conjun-*

9. INDÍCE DE PREÇOS

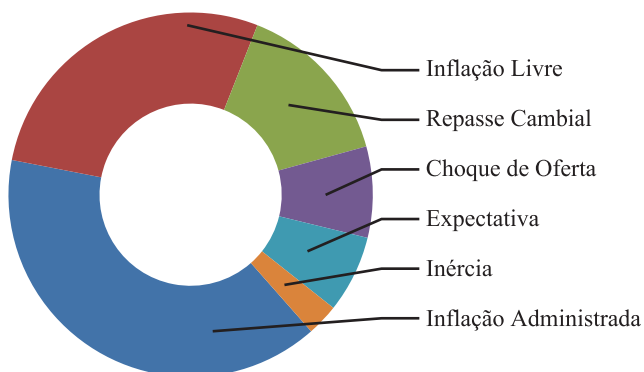
9.1 INFLAÇÃO

O indicador oficial de inflação no Brasil, representado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, registrou elevação de 10,67% em 2015, subscrevendo a maior taxa desde 2002, quando havia atingido 12,53%, conforme dados divulgados pelo IBGE. Em decorrência desse resultado acima do teto da meta de inflação (6,5%), o Banco Central divulgou carta aberta ao Ministério da Fazenda elencando as principais razões para o não cumprimento dos parâmetros fixados.

Referido documento ressalta os efeitos do realinhamento dos “preços administrados” em relação aos “preços livres”, bem como a equiparação dos preços domésticos em relação aos preços internacionais. Estas foram, em grande medida, as principais causas do processo inflacionário observado em 2015, com destaque para a elevação da energia elétrica residencial, das tarifas públicas, dos impostos, dos combustíveis além dos repasses cambiais.

Observa-se no Gráfico 1 que o reajuste dos chamados preços administrados foi relevante na composição da inflação brasileira em 2015, com aumento de 18,1%, o que resultou em uma contribuição de 4,21% da inflação total de 10,67%. Em 2015, os itens energia elétrica (1,5%) e combustíveis (1,0%) foram os que mais pressionaram a inflação, representando quase um quarto do IPCA nacional nesse ano. O reajuste dos preços livres e os repasses cambiais contribuíram com 2,97% e 1,57%, respectivamente, para o total da inflação anual. Os choques de oferta, as expectativas e a inércia inflacionárias contribuíram em menor proporção com a inflação do Brasil no ano em análise.

Gráfico 1 – Decomposição da Taxa de Inflação em 2015



Fonte: Banco Central (2016).

Apesar das oscilações na taxa de câmbio e das incertezas no campo político e econômico, espera-se

um arrefecimento da pressão inflacionária em 2016 considerando o arrefecimento da atividade econômica, conjugado com a diluição dos efeitos da elevação dos preços administrados ocorridos em 2015.

No âmbito regional, a inflação do Nordeste¹⁵ registrou 10,4% em 2015, apresentando menor índice em comparação com a média para o Brasil, a exemplo do ocorrido em 2014. O resultado mais baixo verificado na Região foi influenciado, sobretudo, pelos índices de Recife (10,2%) e Salvador (9,8%), esta última sendo a região metropolitana que possui o maior peso no cálculo realizado pelo BNB/ETENE para o Nordeste. A Região Metropolitana do Nordeste que apresentou maior inflação nos últimos doze meses foi Fortaleza ao registrar crescimento de preços de 11,4%.

Sob a ótica dos grupos que compõem o índice de inflação, verifica-se que a Região Nordeste apresentou números abaixo do nível nacional em 5 dos 9 grupos pesquisados pelo IBGE. O melhor resultado nordestino vis-à-vis ao brasileiro foi em grande medida devido ao grupo habitação, que possui o terceiro maior peso na composição do índice, haja vista a Região ter registrado 12,5%, ante 18,3% em termos nacionais. As elevações de preços no grupo habitação foram influenciadas pelo aumento de preços da energia elétrica residencial. Os grupos alimentação e transportes registram aumentos de preços expressivos tanto em termos nacionais quanto no Nordeste.

Tabela 1 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no Brasil e Nordeste – Por grupo – 2012 a 2015 – Variação % em 12 meses)

IPCA -Grupo Pesquisado	2012		2013		2014		2015	
	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE
Alimentação	9,9	11,9	8,5	8,8	8,0	6,8	12,0	13,4
Habitação	6,8	6,4	3,4	2,7	8,8	10,3	18,3	12,5
Artigos de residência	0,8	-0,4	7,1	5,8	5,5	5,5	5,4	5,2
Vestuário	5,8	3,7	5,4	6,3	3,6	2,9	4,5	3,2
Transportes	0,5	1,9	3,3	3,4	3,8	2,7	10,2	10,9

15 Índice criado pelo BNB/ETENE, a partir dos dados de inflação divulgados pelo IBGE. A metodologia criada pelo BNB/ETENE para o índice regional utiliza modelo metodológico similar ao índice nacional. Na edição da Revista BNB Conjuntura Econômica (nº 41) está divulgada a metodologia de construção do referido índice de inflação do Nordeste. A metodologia da Cesta Básica Regional se encontra nesta mesma edição.

IPCA -Grupo Pesquisado	2012		2013		2014		2015	
	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE	Brasil	NE
Saúde e cuidados pessoais	5,9	5,4	6,9	6,2	7,0	7,0	9,2	9,1
Despesas pessoais	10,2	9,9	8,4	7,5	8,3	7,5	9,5	10,4
Educação	7,8	8,2	7,9	8,6	8,5	7,9	9,2	8,9
Comunicação	0,8	1,2	1,5	1,7	-1,5	-0,4	2,1	3,1
Geral	5,8	6,5	5,9	6,0	6,4	6,0	10,7	10,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2016).

9.2. CESTA BÁSICA REGIONAL

A cesta básica do Nordeste permaneceu como a mais barata do País, R\$ 326,58 ao final de 2015, embora tenha registrado incremento de 12,6% no ano, percentual inferior apenas ao verificado na cesta do Centro-Oeste (13,8%), enquanto que a do Norte sofreu a menor variação, 7,7%, conforme a Tabela 2.

Salvador e Fortaleza, por terem maiores pesos no índice regional, foram as capitais que mais influenciaram no índice anual. O aumento na cesta básica nordestina foi influenciado principalmente pelo crescimento no preço da banana, 19,2%, do tomate, 21,4%, do feijão, 18,7% e da carne, 17,9%. Estes quatro itens representam 62,0% da cesta básica regional.

É importante registrar que seis alimentos representam 83,8% da cesta básica nordestina: carne, 31,1%; pão, 16,1%; tomate, 13,9%; banana, 10,3%; feijão, 6,7% e leite, 5,7%. O preço médio da carne apresentou expressiva dispersão entre as capitais da Região em 2015. A variação em Recife foi de 14,4%, enquanto que em Aracaju chegou a 31,9%. Salvador foi a capital que mais influenciou o índice da Região no que se refere à carne, tendo participado com 30,2% da variação de 17,9%. Fortaleza (26,8% da variação), Recife (13,8% da variação) e Aracaju (12,0% da variação) também influenciaram no preço desse produto.

O pão é o segundo alimento em importância na cesta básica nordestina, 16,1%. O aumento do preço desse alimento em 2015, 8,2%, foi influenciado pelo incremento registrado em Fortaleza, 10,7% (preço médio de 2015, comparado com o preço médio de 2014). Fortaleza respondeu por 33,9% da variação do preço do pão, enquanto que em Aracaju o incremento foi o maior no Nordeste dentre as capitais que participam da pesquisa do DIEESE, ou seja, 28,9%.

O tomate representa 13,9% da cesta básica do Nordeste, tendo registrado um incremento de preço de 21,4% em 2015. A cidade de Salvador respondeu pela maior parte desse aumento, 70,8%. Nesta capital, o preço médio do tomate aumentou em 55,7%, em 2015 com relação

ao preço médio de 2014. Em João Pessoa o crescimento também foi expressivo, 21,4%.

Salvador influenciou o aumento no preço médio da banana em 2015, tendo subido 61,0% quando comparado com o preço médio de 2014, implicando uma variação anual na Região de 19,2%. Duas capitais tiveram o preço médio da banana reduzido em 2015, comparado com o preço médio de 2014, Natal, -10,1%, e Recife, -8,6%.

O feijão, que representa 6,7% da cesta básica do Nordeste, teve seu preço elevado em 18,9%. Duas capitais foram responsáveis por 73,8% dessa variação, Fortaleza (36,8% de alteração no preço) e Recife (32,8% de variação no preço). Em Salvador, o preço médio do feijão caiu 3,2% em 2015 quando comparado com a média de 2014.

O crescimento do valor da cesta básica do Nordeste, em 2015, esteve abaixo do grupo alimentos no âmbito do índice regional de inflação, ou seja, o IPCA regional. A cesta aumentou 12,6% para uma inflação de alimentos de 13,4%. Com isso, a população dos extratos mais baixos de renda, em que a cesta básica é relevante no orçamento, foi beneficiada.

Tabela 2 - Valor da cesta básica no Brasil e suas regiões: 2014 - 2015.

Período	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
2014	Jan	311,99	267,64	293,10	317,52	300,72
	Fev	306,54	265,00	289,16	320,12	300,10
	Mar	308,29	273,67	320,50	344,18	319,35
	Abr	310,18	278,70	320,74	352,37	324,94
	Mai	313,92	287,44	320,39	358,15	351,94
	Jun	326,41	288,51	313,53	346,97	342,29
	Jul	319,16	277,92	294,14	336,16	321,84
	Ago	301,64	272,18	289,95	330,51	316,47
	Set	300,90	269,84	292,27	327,62	316,19
	Out	303,34	266,96	297,73	335,38	329,21
	Nov	307,61	265,91	311,20	336,45	331,64
	Dez	315,26	273,42	318,27	344,42	333,04
2015	Jan	314,90	288,87	341,36	361,48	348,62
	Fev	318,62	296,14	342,55	367,51	348,55
	Mar	330,00	298,18	340,05	368,55	354,71
	Abr	327,75	309,05	347,87	378,61	364,18
	Mai	341,76	332,41	362,83	394,30	376,03
	Jun	353,96	315,80	349,70	378,67	372,36
	Jul	331,32	315,18	346,04	382,20	371,17
	Ago	338,06	306,23	335,98	372,52	369,82
	Set	328,92	297,33	330,55	371,36	371,04
	Out	330,95	298,00	334,83	369,75	365,35
	Nov	341,67	316,58	360,58	390,44	388,63
	Dez	354,84	326,58	374,87	408,22	403,00
% mês	3,9	3,2	4,0	4,6	3,7	4,0
% mês ano ant.	12,6	19,4	17,8	18,5	21,0	18,2

Período	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
% mês (-1) ano ant.	11,1	19,1	15,9	16,0	17,2	16,2
% mês (-2) ano ant.	9,1	11,6	12,5	10,2	11,0	10,7
% ano	7,7	12,6	13,8	12,2	12,3	11,9
% 12 meses	7,7	12,6	13,8	12,2	12,3	11,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DIEESE (2015).

REFERÊNCIAS

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Cesta básica*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015>. Acesso em 30.01.2016.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema nacional de índices de preços ao consumidor*. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1419&z=ia&o=3&i=p>. Acesso em 31.01.2016

ANEXO A

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS - NORDESTE E BRASIL 2015

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%) ¹	Brasil	Δ (%) ¹
<i>Agricultura</i>						
Estimativa produção grãos 2	2015/16	Mil t	16.954,5	1,9	210.475,9	1,4
Estimativa área plantada grãos 2	2015/16	Mil ha	8.173,2	0,6	58.554,4	0,9
Estimativa produtividade grãos 2	2015/16	Kg/ha	2.074,0	1,2	3.601,0	0,5
<i>Indústria</i>						
Produção física industrial	Jan-Dez	Índice	97,0	-3,0	91,7	-8,3
Pessoal ocupado assalariado na indústria	Jan-Dez	Índice			93,8	-6,2
Folha de pagamento real na indústria	Jan-Dez	Índice			92,2	-7,8
Horas pagas na indústria	Jan-Dez	Índice			93,3	-6,7
<i>Comércio</i>						
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Dez	Índice	93,2	-6,8	95,7	-4,3
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Dez	Índice	90,2	-9,8	91,4	-8,6
<i>Comércio Exterior (F.O.B)</i>						
Exportações	Jan-Dez	US\$ milhões	14.655,4	-7,9	191.134,3	-15,1
Importações	Jan-Dez	US\$ milhões	21.427,0	-25,4	171.449,1	-25,2
<i>Crédito</i>						
Saldo das operações de crédito 3	dez/15	R\$ milhões	404.964,0	5,1	3.218.438,0	6,7
Saldo dos depósitos bancários 3	dez/15	R\$ milhões	9.646,7	-8,2	11.040,2	-7,4
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	dez/15	R\$ milhões	54.185,1	5,1	61.049,2	5,8
BNB - Contratações FNE	dez/15	R\$ milhões	10.546,6	-16,9	11.495,2	-14,6
BNB - Contratações do PRONAF	dez/15	R\$ milhões	2.099,9	10,6	2.335,3	11,3
BNB - Contratações do CrediAmigo	dez/15	R\$ milhões	7.765,1	13,8	8.133,7	14,2
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Dez	R\$ milhões	34.767,2	22,6	240.245,2	-25,0
Taxa inadimplência operações de crédito 4	dez/15	%	4,2 5	3,3 6	3,4 5	2,7 6
<i>Finanças Públicas</i>						
Arrecadação de impostos federais 7	Jan-Dez	R\$ milhões	56.165,8	3,1	826.843,5	4,8
Arrecadação de ICMS	Jan-Dez	R\$ milhões	65.335,8	4,8	401.733,4	3,4
<i>Emprego</i>						
			<i>Em 2015</i>	<i>Em 2014</i>	<i>Em 2015</i>	<i>Em 2014</i>
Saldo do emprego formal na indústria extrativa mineral	Jan-Dez	Mil	-2,18	-1,26	-14,23	-2,32
Saldo do emprego formal na indústria de transformação	Jan-Dez	Mil	-57,71	-18,90	-607,91	-167,38
Saldo do emprego formal do SIUP	Jan-Dez	Mil	0,95	0,32	-8,01	4,77
Saldo emprego formal na construção civil	Jan-Dez	Mil	-111,82	-28,03	-419,50	-109,0
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Dez	Mil	-24,70	48,83	-203,18	205,5
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Dez	Mil	-46,95	117,30	-264,87	490,7
Saldo do emprego formal na Administração Pública	Jan-Dez	Mil	0,53	0,10	-11,00	4,9
Saldo emprego formal agropecuário	Jan-Dez	Mil	-2,29	2,09	10,02	-8,9
Saldo total do emprego formal	Jan-Dez	Mil	-244,17	120,46	-1.518,67	418,4
Taxa média de desocupação em Recife 8	dez/15	%	10	5,5	-	-
Taxa média de desocupação em Salvador 8	dez/15	%	11,9	8,1	-	-
Taxa média de desocupação no Brasil 8	dez/15	%	-	-	6,9	4,3

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP

1 Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais.

2 Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª, e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale. 4º Levantamento CONAB.

2 Valores de variação do ano safra 2015/2016 sobre o ano safra 2014/2015

3 Saldo das operações de crédito no Nordeste, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Os saldos dos depósitos referem-se apenas aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica, no Nordeste e no Brasil.

4 Nova taxa de inadimplência exclui as operações de cartão de crédito – compras à vista – do total do crédito.

5 Em dezembro de 2015;

6 Em dezembro de 2014;

7 Não inclui receita previdenciária;

8 A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa.

Observações:

Por se tratar de trabalho de curto prazo, alguns indicadores apresentam valores provisórios, segundo as próprias fontes oficiais.

A produção industrial do Nordeste corresponde aos resultados de todos os estados da Região, e não apenas do CE, PE e BA.

As variações para o Nordeste, do comércio varejista e comércio varejista ampliado foram estimadas a partir da agregação do índice de volume de vendas de cada Estado, ponderada pela participação da receita bruta de revenda de cada Estado, na receita bruta da Região, divulgada na Pesquisa Anual do Comércio de 2010, do IBGE.

O saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recursos. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data.

A taxa de inadimplência corresponde ao valor das operações bancárias vencidas há mais de 90 dias sobre o total dos empréstimos.

Contratações e desembolsos de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo.

O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos, podendo o mesmo assumir valores positivos ou negativos.

ANEXO B

VALORES ABSOLUTOS

Indicadores	Período/ Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
<i>Agricultura</i>										
<i>Mil t</i>										
Estimativa produção grãos 2	2015/16	4.129,30	3.213,60	406,1	26,9	47,8	183,5	60,3	838,00	8.049,00
<i>Mil ha</i>										
Estimativa área plantada grãos 2	2015/16	1.637,10	1.427,40	907,7	59,3	122,9	460,1	79,9	214,8	3.264,00
<i>Em Kg/ha</i>										
Estimativa produtividade grãos 2	2015/16	2.522,00	2.251,00	447	454	389	399	755	3.901,00	2.466,00
<i>Indústria</i>										
<i>Em Número Índice</i>										
Produção física industrial	Jan-Dez	-	-	90,3	-	-	96,5	-	-	93
<i>Comércio</i>										
<i>Em Número Índice</i>										
Comércio varejista (volume de vendas)	Jan-Dez	93,0	95,4	95,7	96,2	89,7	92,3	92,0	98,1	91,9
Comércio varejista ampliado (volume de vendas)	Jan-Dez	88,7	91,1	91,7	94,1	85,4	89,2	89,1	91,8	90,7
<i>Comércio Exterior (F.O.B)</i>										
<i>Em US\$ milhões</i>										
Exportações	Jan-Dez	3050,2	402,2	1045,8	318,0	141,6	1046,6	672,2	95,6	7883,2
Importações	Jan-Dez	3620,7	111,0	2689,6	247,5	570,0	5066,6	620,9	213,8	8286,9
<i>Crédito</i>										
<i>Em R\$ milhões</i>										
Saldo das operações de crédito 3	dez/15	37.826,0	18.804,0	64.647,0	30.660,0	26.871,0	74.840,0	20.255,0	18.513,0	112.547,0
Saldo dos depósitos bancários 3	dez/15	486,6	316,1	5.153,8	540,3	378,9	953,1	197,5	297,8	1.322,6
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	dez/15	6.148,4	4.601,3	11.353,1	3.838,7	3.062,2	8.257,8	2.624,6	2.602,3	11.696,8
BNB - Contratações FNE	dez/15	1.218,3	1.061,5	1.795,3	595,7	631,5	1.229,9	430,7	372,1	3.211,6
BNB - Contratações do PRONAF	dez/15	239,7	237,1	315,3	129,6	194,6	274,5	120,9	92,5	495,7
BNB - Contratações do CrediAmigo	dez/15	951,2	909,5	2.466,1	476,3	607,1	566,5	417,7	371,7	999,0
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Dez	4.487,0	1.962,1	5.952,2	3.361,2	1.171,9	6.867,8	244,3	494,1	10.226,5
<i>Finanças Públicas</i>										
<i>Em R\$ milhões</i>										
Arrecadação de impostos federais 7	Jan-Dez	4.580,5	1.822,5	10.315,7	3.038,9	3.251,3	14.262,3	1.957,2	2.083,2	14.854,3
Arrecadação de ICMS	Jan-Dez	5.019,0	3.222,8	9.859,1	4.526,5	4.540,3	12.840,2	3.120,6	2.917,7	19.289,6
<i>Emprego</i>										
<i>Em mil</i>										
Saldo emprego formal - Total	Jan-Dez	-15,43	-1,72	-32,76	-11,70	-14,64	-85,33	-3,73	-4,44	-74,42

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

1 Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais;

Observações: as notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

... Informações inexistentes ou desconhecidas.

ANEXO C

VALORES DOS PRINCIPAIS INDICADORES (%)

Indicadores	Período /Mês	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NE	Brasil
<i>Agricultura</i>		<i>Em %</i>										
Estimativa produção grãos ²	2015/16	-0,1	2,5	33,2	21,7	29,9	24,5	-10,3	15,1	-0,2	1,9	1,4
Estimativa área plantada grãos ²	2015/16	-5,3	1,2							4,1	0,6	0,9
Estimativa produtividade grãos ²	2015/16	-5,4	-1,3	-33,2	-21,6	-30,1	-24,6	10,3	-15,1	4,1	1,2	0,5
<i>Indústria</i>		<i>Em %</i>										
Produção física industrial	Jan-Dez	-	-	-9,7	-	-	-3,5	-	-	-7,0	-3,0	-8,3
<i>Comércio</i>		<i>Em %</i>										
Comércio varejista - volume de vendas	Jan-Dez	-7	-4,6	-4,3	-3,8	-10,3	-7,7	-8	-1,9	-8,1	-6,8	-4,3
Comércio varejista ampliado - volume de vendas	Jan-Dez	-11,3	-8,9	-8,3	-5,9	-14,6	-10,8	-10,9	-8,2	-9,3	-9,8	-8,6
<i>Comércio Exterior (F.O.B)</i>		<i>Em %</i>										
Exportações	Jan-Dez	9,1	57,1	-28,9	26,5	-21,0	10,9	6,8	22,7	-15,3	-7,9	-15,1
Importações	Jan-Dez	-48,8	-55,0	-10,4	-21,1	-13,1	-30,9	6,8	-7,1	-10,8	-25,4	-25,2
<i>Crédito</i>		<i>Em %</i>										
Saldo das operações de crédito ³	dez/15	7,7	9,8	10,3	8,4	7,1	3,4	3,1	3,2	1,2	5,1	6,7
Saldo dos depósitos bancários ³	dez/15	18,9	4,6	-16,3	5,4	-12,3	-0,5	33,8	6,3	1,2	-8,2	-7,4
BNB - Saldo das operações de crédito (BNB + FNE)	dez/15	6,0	8,9	4,5	4,7	5,3	2,7	4,9	5,8	5,5	5,1	5,8
BNB - Contratações FNE	dez/15	-8,2	-5,6	7,9	-34,0	14,9	-35,0	-25,0	-68,5	-7,4	-16,9	-14,6
BNB - Contratações do PRONAF	dez/15	-1,4	13,0	8,0	7,2	26,1	5,1	20,0	12,9	14,3	10,6	11,3
BNB - Contratações do CrediAmigo	dez/15	12,7	15,1	13,6	10,1	8,9	18,4	14,4	17,3	15,3	13,8	14,2
BNDES + FINAME (emprést. e financ. concedidos)	Jan-Dez	-16,0	1,5	69,9	156,4	-8,0	0,9	-49,3	12,5	40,6	22,6	-25,0
Taxa inadimplência operações de crédito ⁴	dez/15	4,3	3,9	4,2	3,7	4,0	4,2	5,0	4,5	4,3	4,3	3,4
<i>Finanças Públicas</i>		<i>Em %</i>										
Arrecadação de impostos federais ⁷	Jan-Dez	4,1	5,8	4,4	5,8	4,3	3,2	8,1	6,4	-0,2	3,1	4,8
Arrecadação de ICMS	Jan-Dez	6,4	8,2	4,3	3,1	3,4	1,4	6,6	6,8	6,5	4,8	3,4
N. variações acima média Nordeste	...	8	12	10	11	9	10	11	11	10	11	10
N. variações abaixo média Nordeste	...	9	5	7	5	7	7	5	5	8	7	11

Fontes: BACEN, BNB, CONAB, CONFAZ, IBGE, MDIC, MF, MTE e MP.

Notas:

1 Variação em relação a igual período do ano anterior. Para os indicadores monetários, as variações apresentadas são nominais;

Observações: as notas da Tabela 1 aplicam-se também nesta tabela, para os respectivos indicadores.

... Informações inexistente ou desconhecida.